

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO

MINISTÉRIO DA DEFESA
2021



MINISTÉRIO DA
DEFESA

Relatório de Gestão Ministério da Defesa 2021

SUMÁRIO

➔ Mensagem do Ministro da Defesa	2
➔ Escopo e abrangência	4
➔ 1. Contexto de atuação	6
➔ 2. Principais resultados finalísticos	26
➔ 3. Desempenho da gestão de recursos	46
➔ 4. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	88

MENSAGEM DO MINISTRO DA DEFESA

O Relatório de Gestão do Ministério da Defesa (MD), referente ao ano de 2021, contém uma abordagem pragmática, focada nos resultados obtidos em face dos objetivos estratégicos propostos, bem como na consolidação do andamento dos programas e projetos estratégicos e das missões atribuídas à pasta e às Forças Armadas, quando atuando sob a sua coordenação.



Contemplando 23 anos de história, o MD apresenta, neste documento, sua organização e contexto de atuação, bem como seus principais resultados finalísticos e de gestão dos recursos, de forma a prestar contas com transparência à sociedade brasileira do trabalho realizado em 2021. Nele estão relacionadas as ações constitucionais e subsidiárias que impactaram o país no exercício.

No campo operacional, as ações do MD refletem a atuação da pasta e a operação conjunta das Forças Singulares em prol do fortalecimento da soberania nacional, da defesa da pátria e da proteção do patrimônio físico e imaterial do país. A Operação Ágata, por exemplo, empregou mais de 33.500 militares, com apreensões de cerca de 28 toneladas de drogas e 1.338 toneladas de minérios explorados ilegalmente. Os exercícios conjuntos, coordenados pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), integraram as capacidades operativas das três Forças. A Operação Meridiano foi o maior treinamento conjunto da história do MD.

O trabalho coordenado pelo MD e executado pelas Forças Armadas abrange, também, a proteção ambiental e a salvaguarda da nossa biodiversidade, com ações de combate a ilícitos ambientais e de vigilância de fronteiras e na atuação conjunta para a preservação da Amazônia e dos biomas nacionais. Podemos ilustrar esse setor com a participação e os relevantes resultados obtidos pelo Sistema de Vigilância e Proteção de Fronteiras (SISFRON) e pelas operações Verde Brasil-2 e Samaúma.

Ainda nesse campo, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) integra informações e gera conhecimento atualizado para articulação, planejamento e coordenação de ações do Ministério da Defesa e de agências de governo na Amazônia Legal. Em 2021, o CENSIPAM consolidou o Projeto Amazônia SAR - Sistema Integrado de Alerta de Desmatamento com Radar Orbital (SipamSAR) - e o Painel do Fogo, com recursos de tecnologia da Informação e monitoramento por satélite para a rápida identificação de áreas de desmatamento e de focos de incêndio e queimadas, respectivamente,

sendo ambas importantes ferramentas para o apoio à decisão.

Em outro foco, atuando nos momentos de maior necessidade, em situações de calamidade pública, de desastres naturais ou de emergências, o povo brasileiro sabe que pode contar com os seus militares. Nesse sentido, como ilustração do trabalho desenvolvido em 2021, 1.262 municípios da região conhecida como arco da seca foram atendidos pela entrega emergencial de água potável na Operação Carro PIPA, beneficiando cerca de 1,8 milhões de brasileiros em mais de 41 mil pontos de abastecimento. Ainda, teve relevo a atuação das Forças Armadas no sul da Bahia e no norte de Minas Gerais, por ocasião das fortes chuvas de final de ano.

O MD também promove ações concretas de apoio à integração e de infraestrutura nacional. As Forças Armadas atuaram diretamente em várias iniciativas, como a transposição do rio São Francisco, a construção de aeroportos, a pavimentação de rodovias, a implantação de ferrovias, a instalação de pontes, a perfuração de poços artesianos, entre outras.

Além de coordenar e integrar as Forças Armadas em ações em prol da Nação brasileira, o MD atua em diversas outras frentes. Um dos destaques é o Programa Calha Norte (PCN), que, desde 1985, vem sendo aperfeiçoado e ampliado. Essa iniciativa, que contempla as Vertentes Civil e Militar, entre outros benefícios, contribui para a defesa e a integração nacional, com ênfase na faixa de fronteira, promovendo o desenvolvimento sustentável e a fixação da população local. Em 2021, o PCN teve sua área de abrangência ampliada para 533 municípios, que somam mais de 24 milhões de brasileiros, distribuídos em 10 Estados da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A Pasta fomenta, ainda, no campo social, o esporte e a educação, com iniciativas voltadas para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, como os Programas Forças do Esporte (PROFESP) e o João do Pulo (PJP). Em outro espectro, o Programa Atletas de Alto Rendimento (PAAR) contribui para elevar a participação brasileira nas

principais competições esportivas. Recentemente, nas Olimpíadas de Tóquio 2020, dos 303 atletas da delegação brasileira, 93 eram militares do PAAR. Com eles, o Brasil conquistou a 12ª colocação no quadro geral de medalhas - melhor resultado do País em uma olímpiada. Destacamos, também, os Programas Rondon e Soldado Cidadão e o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que contribuem para a integração social e profissionalização de estudantes e de militares.

A Escola Superior de Defesa, sediada no DF, criada pelo Decreto nº 10.806, de 23 setembro de 2021, realizará estudos, pesquisas, extensão, difusão, ensino e intercâmbio, em temas de interesse de defesa, com foco nos servidores civis dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de instituições de interesse, atendendo também a militares das Forças Armadas e Auxiliares. A Escola desempenha o importante papel de aproximar os órgãos de Governo e dos demais Poderes, que integram o centro político administrativo do País, bem como estimular o fundamental envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa.

No campo científico e tecnológico (C&T), a pasta elegeu o setor espacial brasileiro, a defesa cibernética, a área nuclear e as pesquisas científicas como principais campos de atuação. O Programa Espacial Brasileiro ganhou novo impulso a partir do acordo de salvaguardas tecnológicas com os EUA, o que ampliou a cooperação e o protagonismo tecnológico, preservando a soberania nacional. O Exercício Guardiã Cibernético 3.0 aplicou tecnologia de ponta, garantindo a segurança de informações estratégicas em um ambiente digitalmente vulnerável. A Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) prossegue suas atividades de pesquisa, contando hoje com 17 laboratórios. Atualmente, 14 projetos estão em atividade, embarcados em navios polares, na EACF e na península antártica. Outras iniciativas de pesquisa são conduzidas pelos centros de tecnologia e engenharia das Forças Singulares.

Também destacamos a situação vivenciada com o novo coronavírus, na qual o MD e as Forças Armadas cumpriram relevante papel no enfrentamento da pandemia, contribuindo com o sistema de saúde pública do Brasil. Convocados a colaborar, os militares atuaram diretamente na campanha de vacinação e na atenção especial aos indígenas e a populações localizadas em áreas de difícil acesso. Como marcos de desempenho, destacam-se mais de 5 mil horas de voo no transporte de pessoas e de materiais, 10,4 mil descontaminações de locais públicos, 900 pacientes transportados, 270 mil m³ de oxigênio transportado, além de doação de sangue e distribuição de kits de alimentação.

Assim, são apresentadas neste relatório ações importantes e impactantes do MD e das três Forças, como operações militares de combate ao desmatamento, às queimadas e outros ilícitos ambientais; ações de apoio à saúde pública, à população mais carente, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura e à educação, à defesa civil, além dos projetos sociais e esportivos, com amplo alcance para a inclusão social, e os de cunho científico e tecnológico, entre outros. Enfim, as entregas à sociedade são inúmeras, o que demonstra a perfeita integração entre os meios civil e militar que compõem nossa sociedade e retrata a elevada credibilidade das Forças Armadas no seio desta nação.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO

Ministro de Estado da Defesa

ESCOPO E ABRANGÊNCIA

O presente Relatório de Gestão, no formato de relato integrado, busca atender às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), mediante a apresentação de informações concisas, relevantes e estratégicas sobre a organização, a gestão e a produção de resultados do Ministério da Defesa (geração de valor).

Este item apresenta um resumo do escopo e abrangência das informações que integram o relatório, de modo a facilitar sua leitura e entendimento e torná-lo mais útil para a Sociedade, para os gestores e para os órgãos de controle.

De acordo com a Instrução Normativa TCU nº 84/2020, que estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da Administração Pública Federal, integram a prestação de contas da Unidade Prestadora de Contas (UPC):

I - Conjunto de informações divulgadas no sítio do órgão na internet:

- objetivos metas e indicadores definidos e resultados alcançados;
- produtos e resultados gerados;
- principais ações de controle e de correição adotadas;
- estrutura organizacional, competências, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades e horários de atendimento;
- programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados;
- repasses ou transferências de recursos financeiros;
- execução orçamentária e financeira detalhada;
- licitações realizadas e em andamento, por modalidade, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;
- remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluídos os auxílios, as ajudas de custo, os jetons e outras vantagens pecuniárias, além dos proventos de aposentadoria e pensões;
- contato da autoridade de monitoramento da LAI, designada nos termos do art. 40 da Lei 12.527, de 2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).
- demonstrações contábeis exigidas pelas normas aplicáveis à UPC, acompanhadas das respectivas notas explicativas;
- rol de responsáveis, composto pelos responsáveis pela gestão, titulares e os respectivos substitutos, que, durante o exercício ou período a que se referirem as contas, tenham ocupado os cargos ou equivalentes definidos nos incisos I, II e III do art. 7º e incisos I e II do §1º do mesmo artigo da Instrução Normativa TCU nº 84/2020.

II - Relatório de gestão, apresentado na forma de relato integrado da gestão da UPC.

Assim, o conjunto das informações divulgadas na internet, disponíveis no sítio do MD (<https://www.gov.br/defesa/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>), complementa e dialoga com o Relatório de Gestão.

O presente Relatório de Gestão consolida informações relevantes sobre a gestão dos órgãos que integram o MD, a seguir relacionados, excetuadas as Forças Armadas que apresentam relatórios específicos: Secretaria-Geral (SG), Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), Escola Superior de Guerra (ESG) e Hospital das Forças Armadas (HFA). Cabe esclarecer que a SG é o órgão central de direção que coordena e supervisiona as atividades do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) e dos órgãos específicos singulares, que lhe são subordinados: o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), a Secretaria de Orçamento e Organização Institucional(SEORI), a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) e a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD).

A Escola Superior de Defesa, que também integra a estrutura regimental do MD, foi criada pelo Decreto nº 10.806, de setembro de 2021, e ativada oficialmente em novembro do mesmo ano, a partir do desmembramento das instalações, acervos e obrigações e direitos contratuais do que era a Escola Superior de Guerra em Brasília. Assim, não serão apresentadas informações específicas relacionadas à referida instituição no presente relatório, uma vez que a citada escola se encontrava em fase de organização no

final de 2021. Vale mencionar que as movimentações e atos de cunho orçamentário, financeiro e patrimonial de 2021 foram centralizados pelo Campus ESG-Rio, na UG 110402.

Este documento foi organizado em quatro capítulos, cujos conteúdos são apresentados a seguir, procurando demonstrar a relação entre planejamento, organização (governança), gestão de recursos, resultados e conformidade contábil.

O Capítulo "Contexto de Atuação" apresenta como o Ministério está organizado, a sua estrutura e competências; informações sobre o planejamento estratégico do órgão, com apresentação de sua identidade estratégica (missão, visão e valores), cadeia de valor e Mapa Estratégico; resumo da programação no PPA 2020-2023; estruturas de governança; principais frentes de relacionamento com a sociedade e respectivos resultados; e ações no campo de integridade e gestão de riscos.

O Capítulo "Principais Resultados Finalísticos" mostra os principais resultados finalísticos do MD de 2021, no contexto da apresentação dos resultados dos Programas do PPA 2020-2023, o Programa Defesa Nacional (6012) e o Programa Cooperação com o Desenvolvimento Nacional (6011). São apresentados os resultados do PPA 2020-2023 para o exercício, incluindo os avanços dos projetos que integram o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa (PPED), os andamentos dos projetos que integram o portfólio do Planejamento Estratégico do MD 2020 a 2023 (PG-MD 2020-2023), além de outros resultados relevantes alcançados pelos órgãos que integram o MD. É importante destacar que o Plano de Gestão do MD (PG-MD) 2020-2023 está alinhado ao PPA 2020-2023 e ambos estão alinhados à Política e à Estratégia Setoriais de Defesa (PSD e ESD) 2020-2031.

Conforme definido na Portaria Normativa nº 99/GM-MD/2018, o Portfólio de Projetos Estratégicos Defesa (PPED) reúne os principais projetos estratégicos de defesa, entendidos como aqueles diretamente relacionados à construção de capacidade de defesa, direcionados para o desenvolvimento ou aquisição de plataformas, sistemas de armas ou sistemas de comunicação de caráter operacional a serem empregados em proveito de operações militares ou no adestramento de tropas, os quais são geridos pelas Forças Armadas ou pelo EMCFA. Considerando quase todos os projetos/programas que integram o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa são gerenciados e conduzidos pelas Forças Armadas, este relatório apresenta apenas resultados do acompanhamento do andamento físico financeiro dos referidos projetos, feito a partir de informações encaminhadas pelos órgãos gestores, observando as informações relacionadas no âmbito do **Acórdão nº 1519/2017-TCU-Plenário**.

Os resultados finalísticos apresentados foram extraídos do balanço de 2021 do PPA, do acompanhamento do planejamento estratégico do MD, o PG-MD 2020-2023 (<https://www.gov.br/defesa/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>), dos relatórios de acompanhamento do Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa e outros balanços feitos pelos órgãos, sempre focando nos resultados relevantes e de maior impacto para a sociedade e para a construção das capacidades de defesa. São apresentados também, principalmente no âmbito do Programa cooperação com o Desenvolvimento nacional, alguns resultados relevantes para a sociedade produzidos pelas Forças Singulares.

O Capítulo "Desempenho da Gestão de Recursos" procura apresentar, de forma resumida e amigável, os principais resultados de cada uma das dimensões a seguir, sempre com base em informações extraídas dos sistemas estruturantes e demais instrumentos de gestão e controle das respectivas áreas especializadas: gestão de pessoas; gestão orçamentária e financeira; gestão de tecnologia da informação e comunicação; gestão patrimonial, de infraestrutura e logística; e gestão de sustentabilidade ambiental.

Finalmente, cabe mencionar que as restrições provocadas pela Pandemia de Covid-19 e a insuficiência orçamentária foram as principais dificuldades enfrentadas para a geração dos resultados no ritmo e na dimensão desejados.

CONTEXTO DE ATUAÇÃO

CAPÍTULO 1

1.1 IDENTIFICAÇÃO

O Ministério da Defesa (MD) é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, atuando com vistas ao seu preparo e emprego conjunto e singular e na coordenação das operações militares.

Criado em 1999, para reforçar a articulação das Forças Armadas e dar mais fluidez à sua relação com outras áreas do Estado, o MD tem sob sua responsabilidade uma vasta e diversificada gama de assuntos.

Fazem parte de seu escopo de atuação temas de grande alcance:

- Política de defesa nacional, estratégia nacional de defesa e políticas e estratégias setoriais de defesa e militares
- Atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais
- Serviço Militar Obrigatório e orçamento de defesa
- Investimento, financiamento, fomento e promoção da base industrial de defesa e compra, contratação, desenvolvimento, importação e exportação de produtos de defesa
- Política marítima nacional, segurança do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar
- Política militar aeronáutica, atuação na política aeroespacial nacional, segurança da navegação aérea e infraestrutura aeroespacial e aeronáutica
- Operacionalização do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam)

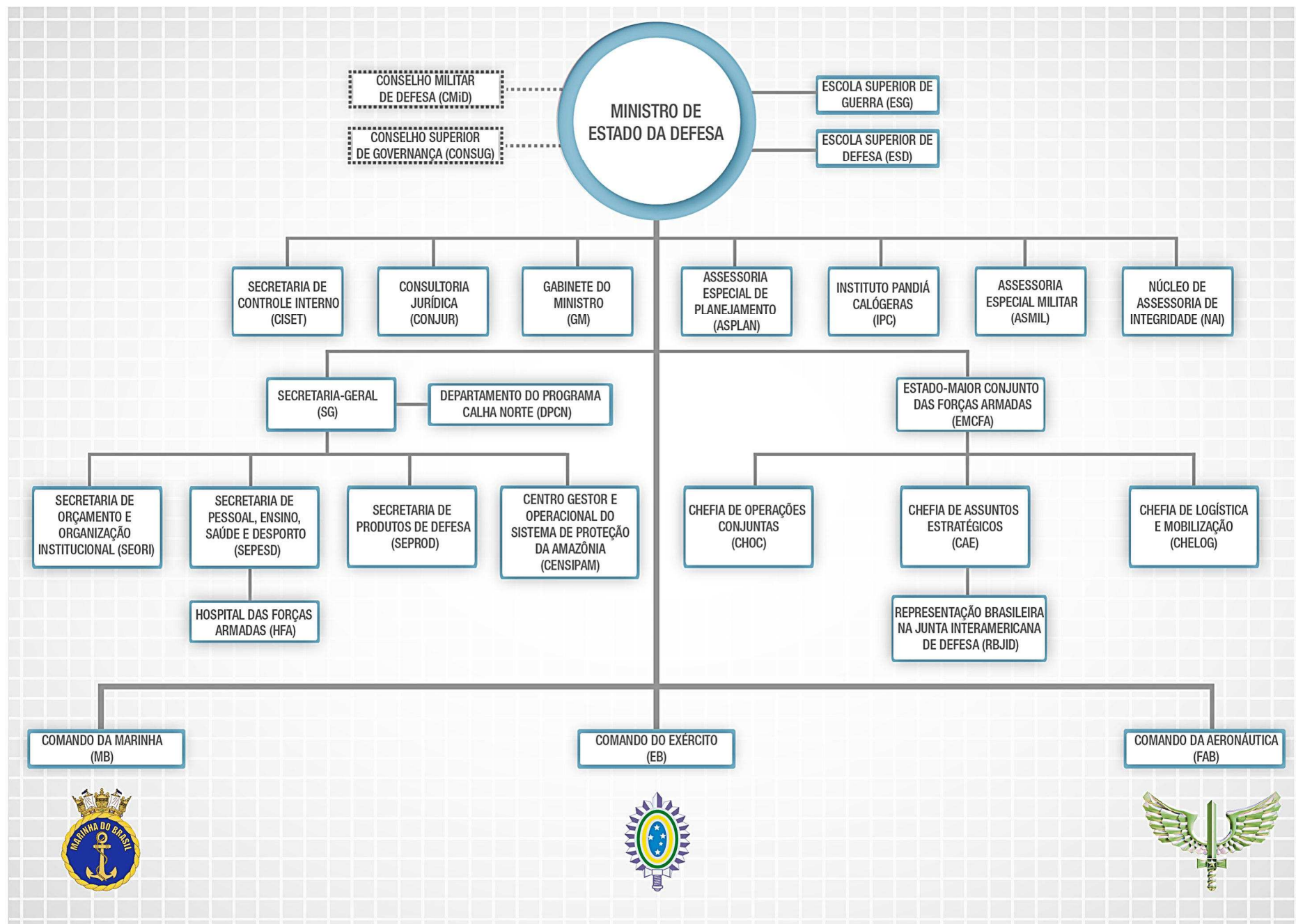
A Defesa Nacional, conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, das águas jurisdicionais, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas, é essencial para a consecução do desejado grau de segurança do País.

A paz, a segurança e a estabilidade do país requerem ações integradas e coordenadas nas esferas do Desenvolvimento, para a redução das deficiências estruturais de uma nação; da Diplomacia, para a conjugação dos interesses conflitantes de países; e da Defesa, para a dissuasão ou o enfrentamento de ações hostis.

1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A organização do MD é bastante peculiar e diferente dos demais ministérios:

- O Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas, conforme estabelecido no [art. 142 da Constituição Federal](#);
- O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas;
- As Forças Armadas possuem autonomia administrativa, orçamentária e financeira, nos termos da [Lei Complementar nº 97/1999](#);
- Os comandantes das Forças Armadas exercem, no âmbito de suas atribuições, a direção e a gestão da respectiva Força;
- As Forças dispõem de estruturas próprias, de efetivos de pessoal militar e civil, fixados em lei, e de autonomia para fazer a gestão, de forma individualizada, dos recursos orçamentários que lhes forem destinados no orçamento do Ministério da Defesa; e
- As Forças Armadas, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e a Secretaria-Geral são órgãos de alto nível, diretamente subordinados ao Ministro.



Fonte: Dec. nº 9.570/2018

A estrutura organizacional do MD contempla 3 grandes segmentos

Forças Armadas

São instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Cabem ainda às Forças Armadas, como atribuições subsidiárias, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, bem como atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais. De acordo com a [Lei Complementar nº 97/1999](#), o Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelos demais órgãos, conforme definido em lei.

Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)

Órgão que tem a missão de “Assessorar o Ministro de Estado da Defesa na direção superior das Forças Armadas, objetivando a organização, o preparo e o emprego, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e de suas atribuições subsidiárias, tendo como metas o planejamento estratégico e o emprego conjunto das Forças Singulares”.

Secretaria-Geral (SG)

Órgão central de direção que coordena e supervisiona as atividades do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) e dos órgãos específicos singulares, que lhe são subordinados: o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), a Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI), a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) e a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPEDS). A SG tem como missão “Prover, com oportunidade, os meios e o arcabouço legal para que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas cumpram suas missões; e contribuir para que a percepção de defesa do País transite com desenvoltura pela alma da Nação”.

Integram ainda a estrutura do MD, a Escola Superior de Guerra (ESG), voltada a estudos de alto nível sobre defesa nacional, o Hospital das Forças Armadas (HFA), que tem por objetivo prestar assistência médico-hospitalar aos militares das Forças Armadas e a determinados segmentos da sociedade, bem como desenvolver o ensino e a pesquisa, o Instituto Pandiá Calógeras (IPC), centro de pesquisas cuja missão é contribuir para desenvolver o pensamento sobre segurança internacional e defesa nacional no Brasil, e a Escola Superior de Defesa (ESD), instituto de Altos Estudos que tem a finalidade de desenvolver estudos, pesquisas, ensino e difusão e intercâmbio de conhecimentos em temas de interesse da defesa nacional.

A Escola Superior de Defesa foi criada pelo Decreto nº 10.806/2021, e foi ativada oficialmente em novembro do mesmo ano. Assim, não serão apresentadas informações específicas relacionadas à referida instituição no presente relatório, uma vez que a referida escola se encontrava em fase de organização no final de 2021.

O detalhamento da estrutura organizacional do MD, bem como as competências dos órgãos que o integram, constam do [Decreto nº 9.570/2018](#), que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa.

1.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Política Nacional de Defesa (PND) é o documento de mais alto nível que, articulado com as demais políticas nacionais, em especial a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (EFD) 2020-2031, condiciona o planejamento de ações destinadas à defesa do País. A Estratégia Nacional de Defesa (END), por sua vez, orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser implementadas para que esses objetivos sejam alcançados. É, portanto, o vínculo entre o posicionamento do País nas questões de Defesa e as ações necessárias para efetivamente dotar o Estado da capacidade para atender seus interesses.

O Planejamento Estratégico Setorial de Defesa (PESD) estabelece o direcionamento estratégico de alto nível para o planejamento estratégico das Forças Armadas e do Ministério da Defesa. O PESD tem como principais instrumentos de direcionamento estratégico a Política Setorial de Defesa (PSD) e a Estratégia Setorial de Defesa (ESD).

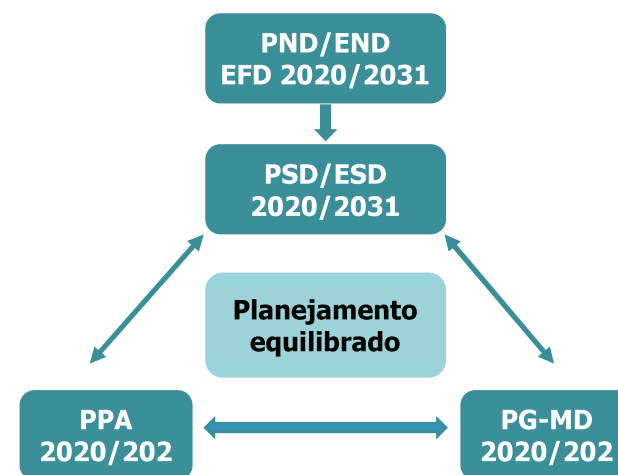
A Política Setorial de Defesa (PSD) é o documento que estipula os objetivos estratégicos setoriais que permitirão contribuir para a implementação das ações estratégicas previstas na Estratégia Nacional de Defesa, de modo que o setor de defesa colabore com o esforço nacional de Defesa.

A Estratégia Setorial de Defesa (ESD) por sua vez é o documento que define as Estratégias Setoriais de Defesa (ESD) e as Ações Setoriais de Defesa (ASD) a serem implementadas para alcançar os objetivos estratégicos setoriais definidos na Política Setorial de Defesa (PSD), de modo que o setor de defesa contribua para o esforço nacional de Defesa.

O Plano de Gestão do Ministério da Defesa 2020/2023 (PG-MD 2020/2023), produto final do planejamento estratégico do Ministério, consolida as prioridades de todos os órgãos que o integram, exceto as Forças Armadas: Secretaria-Geral e órgãos a ela subordinados (Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Deporto (SEPEDS), Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI), Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) e Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)); Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA); Hospital das Forças Armadas (HFA); e Escola Superior de Guerra (ESG). O PG-MD 2020/2023 está alinhado ao PPA 2020/2023.

O PG-MD 2020/2023 está alinhado ao PPA 2020/2023 e ambos estão alinhados à PSD e à ESD 2020/2031, conforme demonstrado a seguir:

PROGRAMAS DO PPA 2020/2023	OBJETIVOS DO PPA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PG-MD 2020/2023
6012 Defesa Nacional	Preparar adequadamente as Forças Armadas para a defesa do País contra ameaças, a proteção de sua ordem institucional e de suas riquezas.	01. Fortalecer as capacidades de Defesa para o emprego das Forças Armadas 03. Promover o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) 04. Ampliar o envolvimento da Sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional
6011 Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	Realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.	02. Garantir a adequada cooperação com o Desenvolvimento Nacional
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	-	05. Aprimorar a Governança e a Gestão 06. Promover a Modernização Institucional 07. Promover a Governança Digital 08. Fortalecer a Comunicação Institucional 09. Promover o desenvolvimento e a assistência ao Pessoal 10. Fortalecer a Governança e a Gestão de TIC 11. Compatibilizar o Orçamento



É importante destacar que a defesa do País é indissociável de seu desenvolvimento, na medida em que um eventual emprego da expressão militar depende das capacidades de que dispõe o País, abrangendo as infraestruturas instaladas e potenciais, o desenvolvimento científico e tecnológico, além do capital humano, ao mesmo tempo em que contribui para o incremento das potencialidades nacionais, em especial das industriais e de tecnologia, e para o aprimoramento de todos os recursos de que dispõe o Estado brasileiro. Destaca-se que o fomento à indústria nacional de defesa (fortalecimento da BID) contribui para o desenvolvimento econômico e social e o crescimento do país, na medida em que gera divisas, por meio das exportações de produtos e sistemas de defesa nacionais; alavanca o desenvolvimento científico e tecnológico; gera empregos diretos e indiretos e renda; e desenvolve produtos que serão úteis ao setor civil.

No contexto da elaboração do PG-MD 2020/2023, foram definidos a Identidade Estratégica; a Cadeia de Valor; o Mapa Estratégico, com os respectivos objetivos, indicadores e metas; e o Portfólio de Projetos Estratégicos.

IDENTIDADE ESTRATÉGICA DO MD



MISSÃO

Promover o esforço integrado de Defesa, em prol da sociedade brasileira.



VISÃO DE FUTURO

Ser uma Instituição de excelência no fortalecimento da Defesa Nacional e reconhecida pela efetividade da sua Gestão.



VALORES

Representam os princípios que nortearão as ações e a conduta na Instituição, consubstanciam-se em um conjunto de crenças e princípios assumidos e praticados.

Alguns órgãos componentes do MD possuem missões próprias, sintonizadas com a missão do MD e alinhadas aos seus papéis específicos:

Missão ESG

Desenvolver atividades acadêmicas que permitam compreender as realidades nacional e internacional, visando preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento.

Missão HFA

Prover assistência médico-hospitalar de média e alta complexidade aos usuários das Forças Armadas e outros conveniados; de baixa, média e alta complexidade aos servidores civis do MD e HFA; e desenvolver ensino, pesquisa e inovação na área de saúde.

Missão Censipam

Promover a proteção da Amazônia Legal por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento.

CADEIA DE VALOR DO MD

VISÃO DE FUTURO

Ser uma instituição de excelência no fortalecimento da Defesa Nacional e reconhecida pela efetividade da sua Gestão.



MAPA ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DA DEFESA 2020 - 2023

2020



MISSÃO

Promover o esforço integrado de Defesa, em prol da sociedade brasileira.



VISÃO DE FUTURO

Ser uma Instituição de excelência no fortalecimento da Defesa Nacional e reconhecida pela efetividade da sua Gestão.



VALORES

Patriotismo, Civismo, Profissionalismo, Credibilidade, Efetividade, Valorização das Pessoas, Compromisso, Transparência e Excelência Institucional.

2023



RETORNO PARA A SOCIEDADE

01

Fortalecer as Capacidades de Defesa para o emprego das Forças Armadas

02

Garantir a adequada cooperação com o Desenvolvimento Nacional

03

Promover o fortalecimento da BID

04

Ampliar o envolvimento da Sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional



PROCESSOS

05

Aprimorar a Governança e a Gestão

06

Promover a Modernização Institucional

07

Promover a Governança Digital

08

Fortalecer a Comunicação Institucional



PESSOAS, INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

09

Promover o desenvolvimento e a assistência ao Pessoal

10

Fortalecer a Governança e a Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

11

Compatibilizar o Orçamento

O PG-MD 2020-2023 e os resultados do seu acompanhamento anual podem ser acessados na página do MD na internet no menu "Aceso à Informação", no tópico "Transparência e Prestação de Contas" (<https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>).

RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DO MD NO PLANO PLURIANUAL (PPA) 2020/2023

O Ministério da Defesa (MD) está representado no PPA 2020/2023 por meio de três Programas:

6012

Defesa Nacional

O Programa Defesa Nacional tem como objetivo preparar adequadamente as Forças Armadas para a defesa do País contra ameaças, a proteção de sua ordem institucional e de suas riquezas e como meta atingir, 75% do Índice de Operacionalidade das Forças Armadas (IOPF) ao final de 2023.

6011

Cooperação com o Desenvolvimento Nacional

O MD e as Forças Armadas realizam, no contexto do cumprimento das atribuições subsidiárias, várias ações que contribuem com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, em benefício da sociedade, merecendo destaque: ocupação de vazios estratégicos, com ênfase para a faixa de fronteiras; apoio à melhoria da infraestrutura de municípios; participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social; atuação, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais; apoio à políticas públicas de inclusão social e de cidadania; produção de informações para a proteção da Amazônia Legal; apoio em casos de desastres ambientais; operações de ajuda humanitária; cooperação com órgãos públicos federais, estaduais e municipais na execução de obras e serviços de engenharia; apoio à formação profissional; entre outras.

O Objetivo do Programa é realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade e tem como Meta atingir 70,29% de realização das ações de cooperação com o desenvolvimento nacional até 2023.

6013

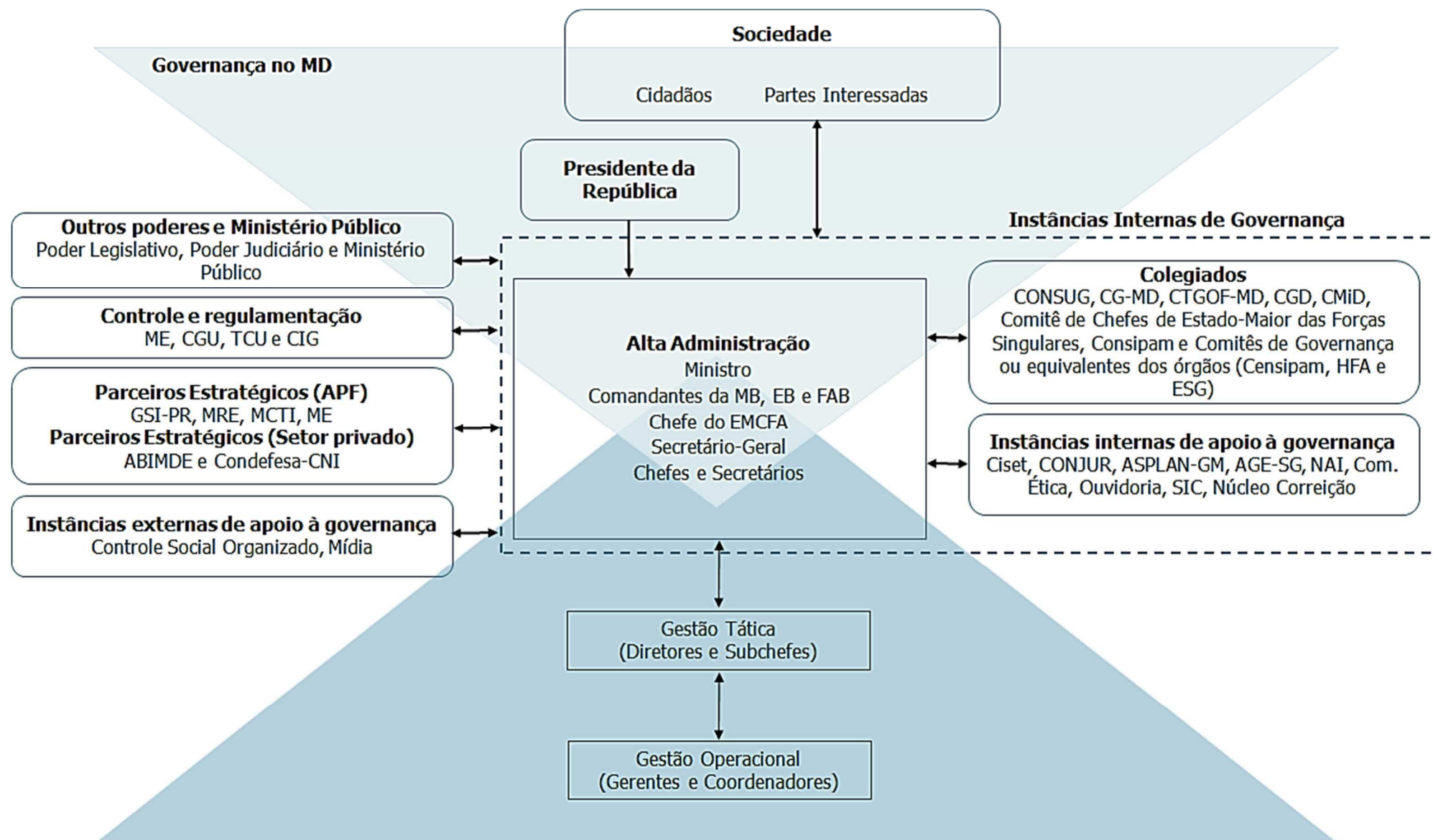
Oceanos, Zona Costeira e Antártica

O programa tem como Objetivo promover o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, a gestão efetiva dos espaços costeiro e marinho e os interesses do país nos oceanos e Antártica; e como Meta concluir 80% das ações previstas nos Planos Setoriais que compõem o Programa até 2023.

O Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica (6013), coordenado pela Marinha do Brasil (Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM), apresenta caráter multissetorial, envolvendo vários órgãos, dentre eles, os Ministérios do Meio Ambiente, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e de Minas e Energia e, portanto, não será objeto do presente relatório.

O MD participa também do Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo (0032), que é formado pelo conjunto de ações orçamentárias relacionadas às despesas com a manutenção do MD, especialmente gastos de pessoal e custeio indispensáveis ao funcionamento administrativo. Nesse contexto, não possui objetivo, meta e indicadores.

1.4 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DO MD



Fonte: MD

ÓRGÃOS COLEGIADOS

COLEGIADO	DETALHAMENTO
Conselho Superior de Governança (CONSUG)	Instrumento de criação: <u>Decreto nº 9.628/2018</u> Principais competências: Definir diretrizes para a política de governança pública do Ministério da Defesa e das Forças Armadas. Principais Integrantes: Ministro da Defesa, que o presidirá; Comandante da Marinha; Comandante do Exército; Comandante da Aeronáutica; Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e Secretário-Geral do Ministério da Defesa.
Conselho Militar de Defesa (CMiD)	Instrumento de criação: <u>Lei Complementar nº 97/1999</u> e <u>Decreto nº 7.276/2010</u> Principais competências: Assessorar o Presidente da República no que concerne ao emprego de meios militares; e assessorar o Ministro da Defesa: no assessoramento ao Presidente da República a decidir sobre o emprego das Forças Armadas; emitir diretrizes para o emprego das Forças Armadas, condução dos exercícios conjuntos e operações de paz; ativar os Comandos Operacionais em cumprimento à determinação do Presidente da República; designar e ativar os Comandos Operacionais para planejamento de emprego; aprovar os planejamentos estratégicos para atender às hipóteses de emprego; e adjudicar os meios aos Comandos Operacionais. Principais Integrantes: Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelo Ministro de Estado da Defesa (apenas no que concerne ao emprego de meios militares).
Comitê de Governança do MD (CG-MD)	Instrumento de criação: <u>Portaria nº 3.127/GM-MD/2021</u> Principais competências: Subsidiar a Alta Administração do Ministério da Defesa na definição de diretrizes e políticas e no aprimoramento de mecanismos de governança e de gestão estratégica. Principais Integrantes: Principais dirigentes dos órgãos que integram o MD. Coordenado pelo Secretário-Geral.
Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares	Instrumento de criação: <u>Portaria Normativa nº 22/MD/2016</u> Principais competências: Contribuir para o assessoramento ao Ministro de Estado da Defesa nos seguintes assuntos: na condução dos exercícios e operações conjuntas e quanto à atuação de Forças brasileiras em operação de paz e humanitárias; nas políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa, de inteligência e contrainteligência; nos assuntos e atos internacionais e participação em representações e organismos no país e no exterior; nos assuntos referentes à logística, mobilização e tecnologia militar e articulação e equipamento das Forças Armadas (FA); e nos assuntos referentes às operações em ambiente interagências. Ao Comitê cabe, ainda, contribuir para a atuação do EMCFA, em consonância com os Comandos Militares. Principais Integrantes: Chefes de Estado-Maior dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sob a coordenação do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (CEMCFA)
Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (Consi-pam)	Instrumento de criação: <u>Decreto nº 9.829, de 10 de junho de 2019</u> Principais competências: Estabelecer diretrizes para a coordenação e a implementação de ações de governo, no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), observado o disposto na política nacional integrada para a Amazônia Legal Principais Integrantes: Secretário-Geral do MD, que o presidirá; Secretários-Executivos da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério das Comunicações, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Desenvolvimento Regional, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores.

Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID)	Instrumento de criação:	<u>Decreto nº 7.970/2013</u>
	Principais competências:	Assessorar o Ministro da Defesa em processos decisórios e em proposições de atos relacionados à indústria nacional de defesa
	Principais Integrantes:	Quatro representantes da Administração Central do Ministério da Defesa; um representante do Comando da Marinha; um representante do Comando do Exército; um representante do Comando da Aeronáutica; um representante do Ministério da Fazenda; um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; um representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; e um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Comitê de Governança Digital (CGD)	Instrumento de criação:	<u>Portaria Normativa nº 54/MD/2020</u>
	Principais competências:	Assessorar a alta administração da Pasta nos temas afetos às estratégias de governança digital e à governança de tecnologia da informação e comunicação da administração central do MD (ACMD).
	Principais Integrantes:	Representantes, nível DAS 5 ou equivalente, dos órgãos que integram a ACMD
Comissão Técnica de Governança Orçamentária e Financeira (CTGOF-MD)	Instrumento de criação:	<u>Portaria nº 3.077/GM-MD/2021</u>
	Principais competências:	Assessorar o Secretário-Geral nos assuntos referentes às áreas de orçamento, finanças e contabilidade do MD
	Principais Integrantes:	Representantes, nível DAS 5 ou equivalente, da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI), do Gabinete do Ministro e dos três Comandos (Marinha, Exército e Aeronáutica).

PRINCIPAIS INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA

Assessoria Especial de Planejamento (ASPLAN)	Assessorar o Ministro nos assuntos relacionados à política e estratégias setoriais de defesa, à governança do setor de defesa e ao Livro Branco de Defesa nacional.
Assessoria de Gestão Estratégica (AGE)	Assessorar o Secretário-Geral na condução da gestão estratégica, inclusive quanto ao planejamento estratégico, e nos assuntos relacionados à governança do órgão.
Secretaria de Controle Interno (CI-SET)	órgão de assistência direta e imediata ao Ministro, que tem como principais competências: assessorar como órgão de apoio à supervisão ministerial; acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; realizar auditorias sobre a gestão de recursos públicos; exercer supervisão técnica, coordenação das ações integradas e orientação normativa das unidades de controle interno dos Comandos Militares; apurar atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados na utilização de recursos públicos e comunicar as autoridades competentes.
Núcleo de Assessoria de Integridade (NAI)	Instituído pela Portaria Normativa nº 2/MD/2020, com atuação na gestão da conformidade, com a finalidade de sistematizar e aperfeiçoar práticas relacionadas à governança, à gestão de riscos, ao controle interno, à integridade e à ética no âmbito da Administração Central do MD (ACMD).
Ouvidoria	A Ouvidoria do MD, criada em 1º de abril de 2013, vinculada ao Gabinete do Ministro, é a instância que promove a participação, proteção e defesa do usuário (pessoa física ou jurídica) de serviços públicos, responsável pelo recebimento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de simplificação dos serviços prestados pelo Ministério da Defesa.
Comissão de Ética Setorial do MD	É um órgão que visa apurar denúncias e julgar desvios éticos dos agentes públicos, bem como orientar, informar e aconselhar sobre a conduta ética, no âmbito desta Pasta. A Comissão de Ética Setorial do Ministério da Defesa é órgão colegiado, vinculado administrativamente ao Gabinete do Ministro, de caráter consultivo e deliberativo, e com autonomia técnica para o desempenho das suas atribuições. O seu regimento interno foi atualizado e aprovado pela Portaria GM-MD nº 4.487/2021 . O órgão faz parte

	do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, previsto no Decreto 6.029/2007 , cujo órgão central é a Comissão de Ética Pública da Presidência da República .
Núcleo de Correição	Compete ao Núcleo de Correição da ACMD, no âmbito de sua atuação, com exceção do Censipam, auxiliar o Diretor de Administração Interna no desempenho das competências de unidade seccional de correição (art. 27, do Anexo VIII, da Portaria Normativa nº 12/MD/2019).
Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)	É uma área específica para atendimento aos pedidos de acesso a informações apresentados pelos cidadãos, com base na LAI e no Decreto nº 7.724/2012 . Faz parte da estrutura da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI), da Secretaria-Geral (SG).
Consultoria Jurídica (CONJUR)	Órgão de assessoria do Ministro, que tem como principais competências: fixar a interpretação das leis, dos tratados e dos demais atos normativos na área de atuação do MD; realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos; assistir o Ministro da Defesa no controle interno da legalidade dos atos do MD e das suas entidades vinculadas; e exercer a supervisão dos órgãos jurídicos das Forças Armadas.

1.5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O Ministério da Defesa (MD) disponibiliza à sociedade diversos canais de comunicação, com o compromisso de assegurar o direito fundamental de acesso à informação de interesse coletivo ou geral. Além disso, o MD vem avançando significativamente na implementação do seu Plano de Transformação Digital, com a disponibilização de ampla gama de serviços digitais ao cidadão usuário.

	Ouvidorias (Ouvidoria-MD; Ouvidoria-HFA; Ouvidoria-ESG) Promove a participação, a proteção e a defesa do usuário de serviços públicos, por meio do recebimento de reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de simplificação dos serviços prestados, podendo ser acessada por meio do Portal Fala.BR, por e-mail, por carta, por telefone ou presencialmente.
Portal Fala.Br	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC (SIC-MD; ASCOM–HFA; e ASCOM-ESG) Atende aos pedidos de acesso às informações apresentados pelos cidadãos com base na LAI, por meio do Portal Fala.BR, por e-mail, por carta, por telefone ou presencialmente.
Mídias Sociais, Rádio, TV aberta	Comunicação Social Divulga as ações do MD e a agenda pública do Ministro e das autoridades da pasta; Promove ações de comunicação social e a interação com os órgãos de imprensa.
Página eletrônica do MD	Disponibiliza informações gerais sobre o Órgão, como: áreas de atuação; composição; estrutura; competências; dirigentes; ações e programas; auditorias; receitas e despesas; licitações e contratos; dados abertos; perguntas frequentes; etc. Link: www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao
Portal de Dados Abertos	Divulga informações do MD, em meio digital e em formato sem restrições ou controles exclusivos, a fim de que possam ser utilizadas pela sociedade (Portal de Dados Abertos: https://dados.gov.br/organization/ministerio-da-defesa-md , e na página eletrônica do MD: www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos ;
Protocolo Digital e Protocolo Integrado	Possibilita aos cidadãos protocolar documentos sem a necessidade de se deslocar fisicamente até uma unidade ou gastar com envio de correspondência postal; (www.gov.br/defesa/pt-br/canais_atendimento/protocolo-digital) Facilita o acompanhamento de processos e documentos em andamento no MD, https://protocolointegrado.gov.br/

PRINCIPAIS AÇÕES DE 2021

Participação, proteção e defesa dos usuários de serviço público – Ouvidoria:

Implementação dos Conselhos de Usuários dos Serviços Público do MD - consultas aos conselheiros: obtenção de insumos para melhorias;

Implementação do Módulo de Triagem e Tratamento do Fala.BR (art. 19, § 1º, da Portaria CGU nº 581/2021);

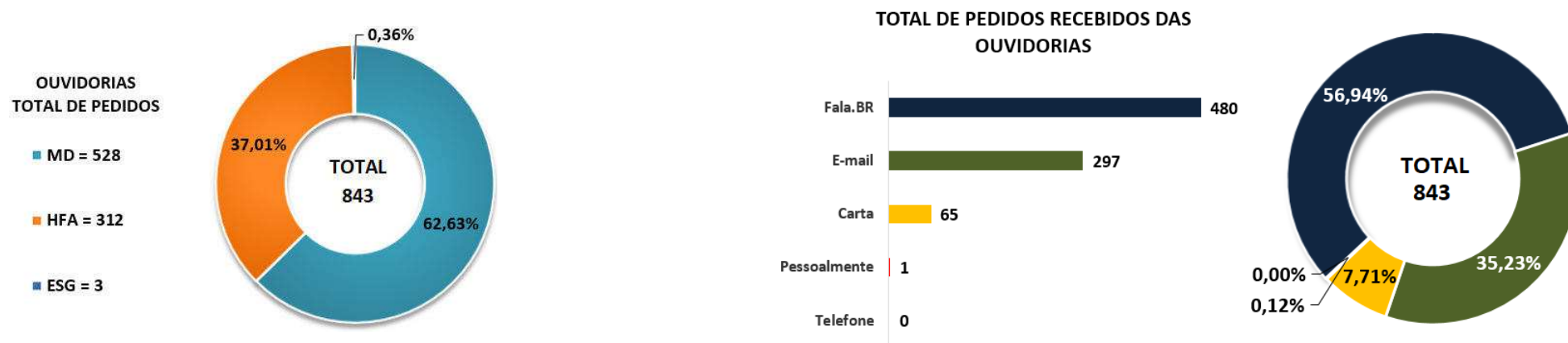
Implementação do Modelo de Maturidade das Ouvidorias Públicas - objetivo: identificação de lacunas e desenvolvimento da ouvidoria;

Integração da OUV-MD com as unidades setoriais de ouvidoria da ESG e do HFA;

Definição dos procedimentos relativos às atividades de ouvidoria no âmbito da administração central do MD (Portaria GM-MD Nº 3.692/2021);

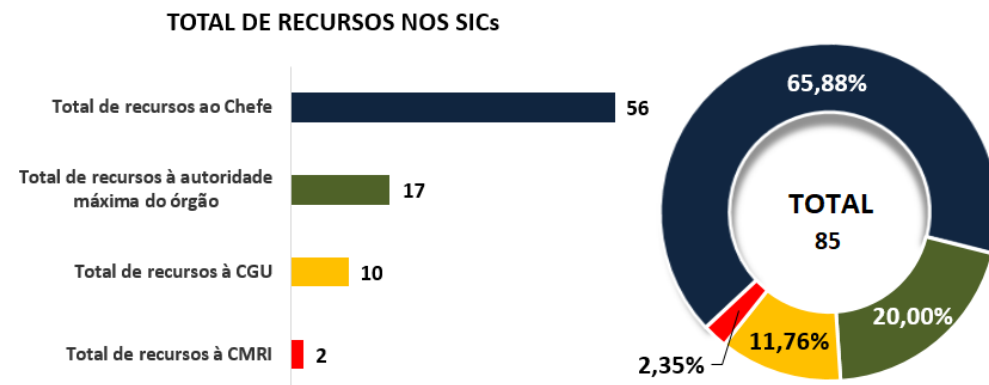
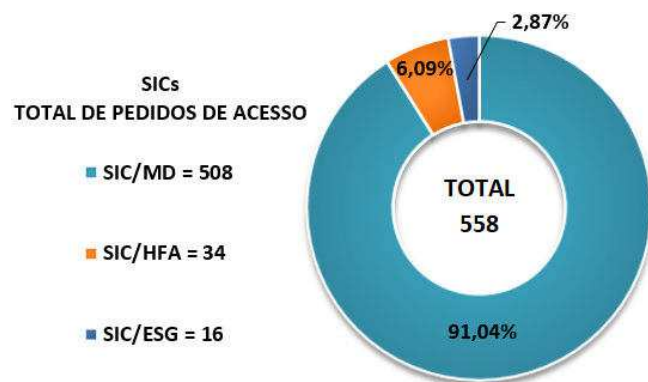
Adesão à Maratona de Defesa dos Direitos dos Usuários de Serviços Públicos - Ação 43 do Plano Anticorrupção do Governo Federal 2020-2025. Das 130 Ouvidorias participantes, a OUV-MD alcançou a 10ª posição, figurando entre as instituições que mais promoveram o engajamento na campanha; e

Divulgação de folder digital: proteção à identidade dos denunciadores de ilícitos e de irregularidades contra a Administração Pública (Decreto Nº 10.153/2019).



Serviço de Informações ao Cidadão (SIC):

Os SIC receberam no total 558 pedidos de acesso à informação. O prazo médio de respostas foi de 12,66 dias. Foram interpostos um total de 85 recursos, sendo 56 de 1ª instância; 17 de 2ª instância; 10 interpostos face à CGU e 2 perante à CMRI.



Promoção da transparência ativa:

Disponibilização, para consulta, do inteiro teor dos processos administrativos de compras e contratações, por licitações ou contratações diretas, e execuções dos contratos decorrentes, autuados via Sistema Eletrônico de Informação – SEI, pela administração central do MD (Portaria GM-MD nº 5.396/2021);

Disponibilização de acesso à prestação de Contas do MD quanto à execução dos recursos oriundos das Emendas de Relator-Geral (RP-9), link: www.gov.br/defesa/pt-br/aceso-a-informacao/despesas-1;

Disponibilização de informações sobre o Conselho de Usuário de Serviços Públicos.

Dados Abertos:

Foi cumprido o cronograma de abertura de bases de dados estabelecido no Plano de Dados Abertos do MD (PDA/MD), vigência 2020/2022;

Atualmente, o MD possui 20 bases de dados disponíveis aos usuários no portal de Dados Abertos e na página eletrônica do MD.

Prestação de serviços digitais

Revisão e atualização do conteúdo da Carta de Serviços ao Usuário do MD;

Atualmente o MD disponibiliza 7 serviços aos usuários, Portal de Serviços do Governo federal, link: www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-da-defesa, e no link: www.gov.br/defesa/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/carta-de-servicos-ao-usuario/carta-de-servicos-ao-usuario;

Os serviços prestados pelo MD já foram objeto de avaliação por parte do Conselho de Usuários dos serviços do MD. Link: www.gov.br/defesa/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/ouvidoria-3.

Mídias sociais/comunicação social



Publicações de informações, vídeos e notícias nas diversas mídias sociais

Realização de 49 programas radiofônicos

Demandas de imprensa atendidas: MD: 1.044 (122 veículos de comunicação); HFA: 31 (20 veículos de comunicação); e Censipam: 44

CONTATOS

MD	OUVIDORIA	https://www.gov.br/defesa/pt-br/canais_atendimento/contato-1/ouvidoria Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bl. "Q", 4º andar, sala 458, Brasília/DF, CEP: 70049-900 Telefone: (61) 2023-9400 FALA.BR: https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f
	Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	https://www.gov.br/defesa/pt-br/canais_atendimento/servico-de-informacoes-ao-cidadao-1 Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bl. "Q", 1º andar, sala 151, Brasília/DF, CEP: 70049-900 Telefone: (61) 3312-8528 e-Mail: sic@defesa.gov.br
ESG	OUVIDORIA	https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/esg/ouv-acesso-a-informacao/ouvidoria-e-sic Endereço: Fortaleza de São João, Av. João Luiz Alves, s/nº, Urca; Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22291-090 Telefone: (21) 3545-9811 e 3545-9928 FALA.BR: https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f
	Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/esg/ouv-acesso-a-informacao/ouvidoria-e-sic Endereço: Fortaleza de São João, Av. João Luiz Alves, s/nº, Urca; Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22291-090 Telefone: (21) 3545-9811 e 3545-9928 e-Mail: acessoainformacao@esg.br
HFA	OUVIDORIA	e-Mail: ouvidoria@hfa.mil.br ; Endereço: Setor HFA, Sudoeste, Policlínica (início da Ala B), Brasília/DF, CEP: 70673-900 Telefone: (61) 3966-2314 FALA.BR: https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f
	Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/hfa/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao Endereço: Setor HFA, Sudoeste, Prédio da administração/ASCOM, Brasília/DF, CEP: 70673-900 e-Mail: comunicacaosocial@hfa.mil.br Telefone: (61) 3966-2383

1.6 INTEGRIDADE E RISCOS

O Núcleo de Assessoria de Integridade (NAI) foi instituído pela Portaria Normativa nº 2/GM-MD, de 7 de janeiro de 2020, com a finalidade de sistematizar e aperfeiçoar práticas relacionadas à governança, à gestão de riscos, ao controle interno, à integridade e à ética no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD). O referido Núcleo foi incumbido da missão de estabelecer o aparato normativo e as estruturas organizacionais necessárias e adequadas ao funcionamento da futura Assessoria Especial de Integridade (AESPI), órgão de assistência direta e imediata ao Ministro da Defesa, que, entre outras competências, deverá propor a política da gestão de riscos

do MD, desempenhar as atividades correcionais e exercer a função de unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal (SIPEF), com atuação no MD, exceto no que se refere às Forças Armadas.

Ainda no final de 2020 foi concluído o projeto-piloto de aprimoramento da gestão de instâncias de integridade, na Ouvidoria do MD, que obteve como resultado o aperfeiçoamento dos seus processos de trabalho, inclusive com a efetiva implementação do gerenciamento de riscos.

Ao longo de 2021 foram realizadas diversas ações voltadas à estruturação do NAI, com aporte e capacitação de pessoal, definição e organização dos processos de trabalho e adequação das dependências e instalações destinadas ao seu funcionamento. No segundo semestre de 2021, várias iniciativas voltadas ao fortalecimento da cultura da integridade e à divulgação de informações relacionadas ao tema foram implementadas, merecendo destaque: lançamento da campanha “Defesa: Unindo Forças em Prol da Integridade”, com foco no fortalecimento da cultura institucional de integridade, visando difundir princípios e valores éticos aos servidores civis e militares do MD; promoção de duas palestras para sensibilização da alta administração do MD, tendo a primeira sido proferida, pelo Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner de Campos Rosário, versando sobre a “Integridade Pública no Governo Federal”, e a segunda proferida, pelo Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), João Augusto Ribeiro Nardes, tendo como tema a “Governança no Serviço Público e os Reflexos para o Fortalecimento da Integridade”; promoção de duas webinars voltadas à capacitação do pessoal do MD em temas relacionados à integridade pública (“Assédio Sexual e Moral” e “Ética Pública”); e a criação do “Blog Integridade Defesa”, em dezembro de 2021, com o propósito de disponibilizar um moderno canal de divulgação de informações relacionadas à integridade pública.

Ao final de 2021, foi aprovada a revisão do Programa de Integridade do MD, Portaria GM-MD nº 5.270, atualizando sua finalidade, objetivos, diretrizes e competências da Unidade de Gestão e das Instâncias de Integridade, e, em especial, criou a Rede de Integridade do MD, com vistas ao aprimoramento da proteção da Instituição contra práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta; mantendo-se alinhado à evolução dos normativos federais e das boas práticas sobre o tema.

No segundo semestre de 2021 foi iniciado o projeto de revisão e atualização do 1º Plano de Integridade do MD, em conformidade com o novo Programa de Integridade, com previsão de conclusão para o mês de março de 2022, destacando-se, em especial, o esforço voltado ao treinamento dos servidores e militares que atuam nos processos e funções relacionados à Integridade Pública e ao suporte técnico prestado para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho das Instâncias de Integridade do MD, com foco na implementação da gestão de riscos.

A gestão de riscos é um elemento essencial para a boa governança corporativa e, em razão disso, em 2021, foram oferecidos cursos relacionados ao tema para os servidores e militares do MD. Vale ressaltar que o projeto de revisão e atualização do 1º Plano de Integridade do MD tem, entre seus objetivos, avançar na gestão dos riscos para a integridade no âmbito do MD.

O Comitê de Governança do MD (CG-MD), instituído pela Portaria nº 3.127/2021, com a finalidade de subsidiar a Alta Administração do MD na definição de diretrizes e políticas e no aprimoramento de mecanismos de governança e de gestão estratégica, tem, entre as suas temáticas, a gestão e prevenção de riscos.

Considerando que a capacitação é fundamental para a realização de ações de implantação da Política de Gestão de Riscos, em 2021 foram realizadas ações de capacitação do pessoal, mediante a participação em cursos, seminários e palestras.

O Plano de Gestão do MD 2020/2023 (PG-MD 2020/2023), aprovado pela Portaria GM-MD nº 3.605/2021, definiu metodologia de gestão de riscos para os projetos que integram o seu Portfólio de Projetos Estratégicos, conforme a seguir:

No âmbito do detalhamento de cada projeto estratégico, quando da elaboração do “Plano do Projeto”, deverá ser elaborada a Matriz de Riscos do projeto;

No âmbito do acompanhamento da execução do PG SG 2020/2023, quando da realização da gestão de restrições (com base nos obstáculos ou desvios de rota futuros vislumbrados que possam dificultar ou

CAPACITAÇÕES REALIZADAS EM 2021	
CURSO	CAPACITADOS
5º Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições	2
8º Congresso Internacional de Compliance	6
Gestão de Riscos em Processos de Trabalho	2
COSO ERM	1
COSO ICIF	1
GLEIM ONLINE CIA 1	2
TOTAL	14

impedir a execução da iniciativa conforme planejado e, conseqüentemente, o alcance dos objetivos, considerando o horizonte dos 3 (três) meses subsequentes, são definidas ações para mitigar, contornar ou aproveitar estratégias emergentes). O levantamento dos eventuais obstáculos deve ser subsidiado por informações resultantes da gestão de riscos e do monitoramento da execução das iniciativas e eventuais impactos no alcance dos objetivos.

Vale ressaltar que a referida metodologia começou a ser implementada no segundo semestre de 2021 e ainda se encontra em fase de consolidação e aperfeiçoamento.

No planejamento das contratações de bens e serviços do MD são adotados procedimentos acerca do gerenciamento de riscos nas diferentes etapas, Estudo Técnico Preliminar, Seleção do Fornecedor e Gestão Contratual, considerando os normativos vigentes, como a Instrução Normativa SEGES-MP nº 5/2017.

Nesse contexto são identificados, analisados e tratados os riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso ou que impeçam o alcance dos resultados desejados com a contratação.

Esse processo busca eliminar ou mitigar os seguintes riscos principais das contratações, dentre outros que possam ser identificados:

- a) definição imprecisa do objeto;
- b) definição imprecisa dos requisitos;
- c) adequação às orientações internas – áreas de licitação e jurídica, por exemplo;
- d) adequação aos normativos vigentes;
- e) observância aos critérios ambientais, quando aplicável;
- f) dimensionamento inadequado de preços ou falta de método para tratamento dos preços obtidos;
- g) falha na formalização do contrato;
- h) contratação de empresa sem capacidade técnica para executar o contrato.

Os Comandos militares, no exercício de sua autonomia de gestão, dispõem de políticas e metodologias de gestão de riscos próprias e alinhadas às suas práticas e culturas organizacionais. Neste contexto, as Forças Armadas são responsáveis pelo gerenciamento dos seus processos e dos seus projetos estratégicos e dispõem de estruturas, sistemáticas e metodologias próprias que garantem a governança e a eficiência da gestão. As Forças já praticam, há muito, o gerenciamento de projetos e de missões e neste sentido, possuem sistemáticas e métodos que foram adaptados às suas realidades e culturas e vêm sendo aperfeiçoados ao longo do tempo, incluindo metodologias de gestão de riscos e do ciclo de vida dos equipamentos.

O Censipam possui, em sua estrutura organizacional (Portaria Normativa MD nº 12/2019), um Núcleo de Assessoramento em Governança, subordinado ao Diretor-Geral, ao qual compete apoiar as unidades organizacionais na gestão de riscos administrativos. O Comitê Interno de Governança do Censipam (CIG-CENSIPAM), instituído pela Portaria DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 179, de janeiro de 2022, promoverá a correspondente convergência e a aplicabilidade das temáticas tratadas pelos Comitês de Governança, de Governança Digital e de Segurança da Informação, todos do MD, inclusive quanto à gestão e prevenção de riscos.

A ESG e o HFA, órgãos que não integram a administração central do Ministério da Defesa, também dispõem de políticas e metodologias próprias de gestão de riscos, alinhadas às suas realidades e culturas.

A Política de Gestão de Riscos da ESG foi atualizada pela Portaria nº 1185/ACI ESG/ESG-MD, DE 16 de março de 2020. O Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos da ESG foi instituído por meio da Portaria nº 165/2016 do Comandante da ESG, cuja regulamentação foi atualizada pela Instrução Normativa SUBCMDO ESG/ESG-MD Nº 8, de 29 de setembro de 2021. A gestão de riscos prioriza os processos críticos, associados aos objetivos estratégicos. Os riscos são avaliados periodicamente e discutidos no âmbito do Comitê.

O HFA criou, em agosto de 2017, o Comitê de Governança, Riscos e Controles, o qual direciona as medidas para sistematização de práticas sobre a gestão de riscos, aos controles internos e à governança. Em outubro de 2017 foi aprovada a Política de Gestão de Riscos do HFA, que estabelece princípios, objetivos, diretrizes, competências, responsabilidades e institui uma sistemática para a gestão de riscos relacionados ao plano estratégico, programas, projetos e processos do HFA. Complementarmente, o

HFA definiu o modelo de avaliação, controle e monitoramento dos riscos, por meio da Orientação Normativa nº 05/Cmt Log –HFA/2018, que disciplina a Gestão de Riscos no âmbito do HFA.

Dando continuidade ao processo de aperfeiçoamento da governança e da gestão de riscos, foi instituída, no HFA, em março de 2018 (Portaria Normativa nº 10/MD/2018, que "Aprova o Regimento Interno do HFA), uma Assessoria de Controle Interno e Gestão de Riscos, com competências de supervisionar os controles internos da gestão; propor e assessorar o Comitê de Governança, Riscos e Controles na adoção de medidas necessárias à excelência na gestão de riscos; acompanhar a observância dos princípios impostos pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, da moralidade, da finalidade pública, da publicidade, da motivação e da impessoalidade; contribuir para a prestação de contas, por meio de orientações, estudos, rotinas e outras ações relacionadas às atividades de controle interno; entre outras.

A Portaria nº 1819/ACI HFA/CMT LOG - HFA/HFA/SEPESD/SG-MD/2018, definiu a Assessoria de Controle Interno e Gestão de Riscos, como unidade responsável por coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito do Hospital das Forças Armada. A esta unidade compete as medidas a serem adotadas nos processos de promoção da ética e das regras de conduta para servidores, de transparência ativa e do acesso à informação, tratamento de conflitos de interesses e nepotismo, tratamento de denúncias, funcionamento de controles internos e do cumprimento de recomendações de auditoria, bem como implementar procedimentos de responsabilização no âmbito do HFA. Tais medidas estão estruturadas no Plano de Integridade do HFA, instituído por meio da portaria nº 4300/Cmt Log/HFA/2018.

1.7 CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O Departamento de Administração Interna (DEADI), da Seori/SG, desempenha as funções de órgão de correição e condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, limitando-se às ocorrências da administração central do Ministério da Defesa (conforme dispõe o art. 35, inciso II, do Anexo I ao [Decreto nº 9.570/2018](#), e o art. 25, do Anexo VIII da [Portaria Normativa nº 12/MD/2019](#), que aprova os Regimentos Internos de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa), excetuada a competência do Censipam.

No âmbito do DEADI compete, ao Núcleo de Correição, no âmbito de sua atuação, com exceção do Censipam, auxiliar o Diretor de Administração Interna no desempenho das competências de unidade seccional de correição (Portaria nº 1.522/DEADI/MD/2018, e art. 27, do Anexo VIII, da Portaria Normativa nº 12/MD/2019).

O MD possui uma força de trabalho híbrida, composta por servidores, que são regidos pelos preceitos da Lei nº 8.112, de 1990, e militares das três Forças Armadas, sujeitos a regulamento próprio ([Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980](#) - Estatuto dos Militares), com regras específicas quanto à apuração e responsabilização disciplinar (legislações internas). Caso a violação seja cometida por militar, o fato é comunicado à autoridade militar que possui competência para apuração e aplicação de sanção disciplinar à luz do Regulamento Disciplinar da respectiva Força singular, conforme disposto no art. 1º, inciso II, da [Portaria Normativa nº 3.604/MD, de 22 de novembro de 2011](#) ("Dispõe sobre a aplicação de disciplinas, recompensas, medidas regulamentares e normativas aos militares lotados no âmbito da administração central do Ministério da Defesa").

Cabe ressaltar que os processos administrativos não correionais ou disciplinares de natureza militar, por suas características, não são objeto de análise da Controladoria-Geral da União; consequentemente, não são inseridos no sistema CGU-PAD. Desse modo, com exceção dos processos disciplinares que tratem de matérias exclusivamente militares, os processos instaurados no âmbito da administração central do MD são devidamente registrados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da ocorrência do fato ou ato, atendendo ao estabelecido pelas normas vigentes.

O Censipam tem competência para exercer as atividades de administração de recursos humanos, conforme disposto no inciso XVI, do art. 48, do Anexo I ao Decreto nº 9.570, de 2018. O art. 40, do Anexo XI, da Portaria Normativa nº 12/MD/2019, estabelece que cabe ao Diretor-Geral "autorizar, no âmbito do Censipam, a abertura de processos de sindicâncias e processos administrativos disciplinares", que são conduzidos por servidores do órgão.

No que se refere à ESG, as atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos são atribuições regimentais do seu Comandante, que, para tanto, conta com uma Assessoria Jurídica que orienta os trabalhos dos sindicantes e comissões designadas, bem como assessora na tomada de decisões. No caso de militares, os processos disciplinares são desenvolvidos no âmbito da ESG, porém, a aplicação de penalidades é subdelegada aos Assistentes Militares.

No HFA as atividades de correição e apuração de irregularidades disciplinares são desempenhadas, em conjunto, pelas áreas da Assessoria Técnica e da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (CPSPAD), nos termos do Regimento Interno do HFA, aprovado pela Portaria Normativa nº 10/MD/2018, e da Orientação

Normativa nº 07/CMT LOG-HFA, de abril de 2018. A estas instâncias cabe acompanhar, conforme determinação do Comando Logístico do Hospital, a instauração e demais fases relativas a processos administrativos disciplinares e sindicâncias investigativas e apuratórias.

1.8 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

De acordo com o Decreto nº 9.570/2018, a Secretaria de Controle Interno (CISSET/MD) é um órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa, com atuação nos órgãos do MD e nos órgãos e entidades a ele vinculados. A CISSET é órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal (SCIPF).

Nos termos do art. 7º do Anexo I ao Decreto nº 9.570, de 2018, as principais competências da CISSET são: assessorar o Ministro, como órgão de apoio à supervisão ministerial; acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia de seus resultados; realizar auditorias sobre a gestão de recursos públicos federais sob responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados e sobre acordos e contratos firmados com organismos internacionais; exercer supervisão técnica, coordenação das ações integradas e orientação normativa das unidades de controle interno dos Comandos Militares, sem prejuízo de suas subordinações administrativas; e apurar, no exercício de suas funções, atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados na utilização de recursos públicos federais e comunicar as autoridades competentes para as providências cabíveis.

A ESG possui, em sua estrutura regimental, uma Assessoria de Controle Interno, com o seguinte papel: controlar, certificar, verificar, esclarecer e orientar, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de cunho administrativo e financeiro, constituindo-se no principal elo entre a ESG e a CISSET/MD.

O HFA possui, em sua estrutura regimental, uma Assessoria de Controle Interno e Gestão de Riscos, que é um elo importante com a CISSET/MD, com as seguintes competências principais: supervisionar os controles internos da gestão no HFA; propor e assessorar o Comitê de Governança, Riscos e Controles na adoção de medidas necessárias à excelência na gestão de riscos; acompanhar a observância dos princípios impostos pelo ordenamento jurídico; contribuir para a prestação de contas no HFA; e assessorar o Comandante Logístico quando da ocorrência de diligência, achado de auditoria ou informação sobre fato negativo ocorrido, para que as medidas saneadoras sejam tomadas no menor prazo possível.

O Censipam possui, em sua estrutura organizacional, um Núcleo de Assessoramento em Governança, subordinado ao Diretor-Geral, que é um elo importante com a CISSET/MD, com as seguintes competências principais: coordenar a elaboração das respostas aos relatórios e solicitações de auditoria; supervisionar o atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle e dos compromissos assumidos nos planos de providências permanentes; mapear e elaborar relatórios em relação aos controles administrativos; apoiar as unidades organizacionais na gestão de riscos administrativos; avaliar os processos administrativos quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares, das políticas e das diretrizes estabelecidas; e propor regras e atividades de governança, bem como a criação de mecanismos de controle preventivo.

Cabe destacar que cada uma das Forças Armadas possui um Centro de Controle Interno, com a competência principal de assessorar o respectivo Comandante e planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de Auditoria Interna, no âmbito da própria Força.

PRINCIPAIS RESULTADOS FINALÍSTICOS

CAPÍTULO 2

É importante lembrar que este Relatório consolida informações relevantes sobre a gestão dos órgãos que integram o MD, **excetuando as Forças Armadas**, que apresentam relatórios específicos, uma vez que possuem autonomia de gestão, conforme disposto na Lei Complementar nº 97, de junho de 1999.

Conforme no Capítulo 1, o Plano de Gestão do MD 2020/2023 (PG-MD 2020/2023) está alinhado ao PPA 2020/2023 e ambos estão alinhados à Política e à Estratégia Setoriais de Defesa (PSD e ESD) 2020/2031. Os principais resultados finalísticos do MD de 2021, incluindo os avanços dos projetos que integram o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa (PPED), os andamentos dos projetos que integram o portfólio do PG-MD 2020/2023, além de outros resultados relevantes alcançados pelos órgãos, serão relacionados no contexto da apresentação dos resultados dos Programas do PPA 2020/2023.

Para além dos projetos que compõem o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa (PPED), apresentaremos também, outros resultados relevantes, merecendo destaque os resultados do Programa de Defesa Cibernética, coordenado pelo EMCFA.

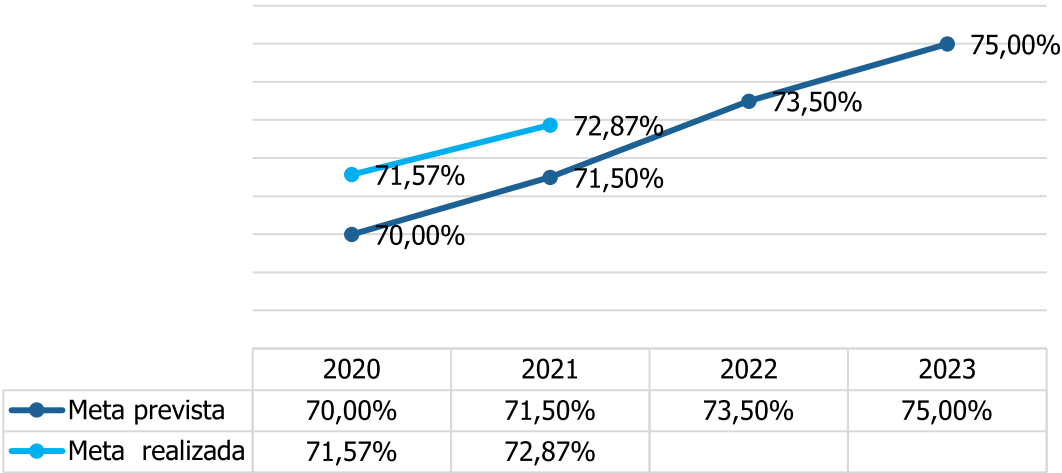
2.1 O PROGRAMA 6012 (DEFESA NACIONAL)

OBJETIVO	META	INDICADOR
Preparar adequadamente as Forças Armadas para a defesa do País contra ameaças, a proteção de sua ordem institucional e de suas riquezas.	Atingir 75% do Índice de Operacionalidade das Forças Armadas (IOPF), ao final de 2023.	ÍNDICE DE OPERACIONALIDADE DAS FORÇAS ARMADAS. Apurado por meio da média aritmética dos índices de operacionalidade obtidos anualmente pelos Comandos (Marinha, Exército e Aeronáutica), tendo como principais aspectos avaliados o adestramento, a capacidade operativa e a prontidão logística.

RESULTADOS DO PROGRAMA 6012

No ano de 2021 o Programa registrou avanços importantes, no que se refere ao objetivo de preparo das Forças Armadas, conforme evidenciado no gráfico a seguir.

Evolução do Índice de Operacionalidade das Forças Armadas



Além das restrições provocadas pela Pandemia de Covid 19, a insuficiência orçamentária foi a principal dificuldade enfrentada na implementação do Programa no ritmo previsto. A despeito disso, o Ministério da Defesa obteve avanços importantes no que se refere ao objetivo de preparo das Forças Armadas, conforme evidenciado pelo

progresso da meta acumulada no biênio 2020-2021 (72,87%) frente à meta programada (71,5%). Tal resultado decorre principalmente das ações dos Comandos Militares nas áreas de instrução militar, na ampliação da capacidade operacional e no fortalecimento da logística para o pronto emprego de tropas, se e quando necessário.

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS DO PROGRAMA 6012

Os resultados intermediários pactuados para o PPA 2020/2023, demonstrados na tabela a seguir, cuja maior parte integra o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa, foram selecionados dentre aqueles que apresentam entregas relevantes no período de vigência do Plano, de forma a contribuir para o alcance da meta do Programa de Defesa Nacional.

TÍTULO DO RESULTADO INTERMEDIÁRIO	UNIDADE DE MEDIDA	REGIONALIZAÇÃO	META	
0118. Submarinos convencionais entregues à Marinha do Brasil	Unidade	Rio de Janeiro (Itaguaí)	LINHA DE BASE 2019:	0
			META PREVISTA ATÉ 2020:	1
			META ALCANÇADA ATÉ 2020:	0
			META PREVISTA ATÉ 2021:	1
			META ALCANÇADA ATÉ 2021:	0
0120. Comissionamento dos Estaleiros e da Base Naval (Prosub) para operação de submarinos convencionais	Percentual	Rio de Janeiro (Itaguaí)	LINHA DE BASE 2019:	65%
			META PREVISTA ATÉ 2020:	70%
			META ALCANÇADA ATÉ 2020:	72%
			META PREVISTA ATÉ 2021:	79%
			META ALCANÇADA ATÉ 2021:	75%
0121. Viaturas Blindadas Sobre Rodas, do Programa Guarani, incorporadas ao Exército Brasileiro	Unidade	Minas Gerais (Sete Lagoas)	LINHA DE BASE 2019:	412
			META PREVISTA ATÉ 2020:	455
			META ALCANÇADA ATÉ 2020:	472
			META PREVISTA ATÉ 2021:	526
			META ALCANÇADA ATÉ 2021:	536
0123. Viaturas Blindadas sobre rodas do sistema ASTROS na versão MK3M e MK-6 incorporadas ao Exército Brasileiro	Unidade	São Paulo (São José dos Campos)	LINHA DE BASE 2019:	77
			META PREVISTA ATÉ 2020:	80
			META ALCANÇADA ATÉ 2020:	80
			META PREVISTA ATÉ 2021:	83
			META ALCANÇADA ATÉ 2021:	83
0148. Aeronaves de Caça FX-2 entregues à Força Aérea Brasileira (Projeto FX-2)	Unidade	São Paulo (Gavião Peixoto)	LINHA DE BASE 2019:	0
			META PREVISTA ATÉ 2020:	0
			META ALCANÇADA ATÉ 2020:	0
			META PREVISTA ATÉ 2021:	4
			META ALCANÇADA ATÉ 2021:	0
0149. Cargueiros Táticos KC-390 entregues à FAB	Unidade	São Paulo (Gavião Peixoto)	LINHA DE BASE 2019:	2
			META PREVISTA ATÉ 2020:	5
			META ALCANÇADA ATÉ 2020:	4
			META PREVISTA ATÉ 2021:	5
			META ALCANÇADA ATÉ 2021:	4

0150. Helicópteros multiemprego entregues às Forças Armadas	Unidade	Minas Gerais (Itajubá)	LINHA DE BASE 2019:	35
			META PREVISTA ATÉ 2020:	39
			META ALCANÇADA ATÉ 2020:	37
			META PREVISTA ATÉ 2021:	40
			META ALCANÇADA ATÉ 2021:	40
0144. Participação em eventos de adestramentos, nacionais e internacionais (eventos singulares e conjuntos) (*)	Unidade	Total: Rio de Janeiro (3); São Paulo (4); Região Norte (3); Pará (1); Espírito Santo (1); Mato Grosso (1); Rio Grande do Sul (1); Goiás (1); Exterior - EUA (1)	LINHA DE BASE 2019:	5
			META PREVISTA ATÉ 2020:	14
			META ALCANÇADA ATÉ 2020:	8
			META PREVISTA ATÉ 2021:	25
			META ALCANÇADA ATÉ 2021:	16

(*) Meta não cumulativa

Fonte: SIOP, fevereiro de 2022.

Os Adestramentos Conjuntos específicos das Forças Armadas em 2021 tiveram como objetivos o nivelamento e a padronização de táticas e procedimentos (TTP) no âmbito das Forças, bem como a divulgação de boas práticas e suas implementações, visando o aprimoramento doutrinário do emprego conjunto das mesmas no âmbito do território nacional. Merecem destaque as seguintes operações:

OPERAÇÃO MERIDIANO, coordenada pelo MD, foi o maior exercício militar conjunto de 2021, com o emprego de tropas e meios operacionais das três Forças. O exercício ocorreu em etapas nas regiões Norte, Sudeste e Sul, com envolvimento de cerca de 5.600 militares, mil veículos terrestres, dez navios e trinta aeronaves. A 1ª etapa esteve sob a responsabilidade da FAB, no estado do Pará. A 2ª etapa ficou sob o controle da Marinha com a realização de manobras entre o litoral fluminense e o Espírito Santo. A última etapa da operação, sob responsabilidade do Exército, foi realizada no estado do Rio Grande do Sul. Durante a execução do exercício, foram realizadas simulações de combate.

OPERAÇÃO ÁGATA, coordenada pelo MD, por meio da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e com a participação de agentes dos órgãos de segurança e de fiscalização pública federais, estaduais e municipais, destina-se ao combate a crimes transfronteiriços. Em 2021 foram realizadas duas operações conjuntas, Ágata Amazônia e Oeste, além de mais de 500 operações singulares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Seguem os principais resultados das apreensões realizadas pelas operações: 28 toneladas de drogas; 3 milhões de reais em espécie; 1.338 toneladas de minério; 1.893 munições; 170 embarcações; 221 veículos; 11 aeronaves; 147,36 toneladas de cigarros; 2.852,65 m³ de madeira; 12.292 kg de pescado e carnes; 45 toneladas de grãos; e 142 prisões. Foram realizadas: 4.908 patrulhas terrestres; 137.592 revistas/visitas; 5.819 inspeções/patrulhas navais; e 659 interceptações de aeronaves 659.

OPERAÇÕES DE COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E OUTROS ILÍCITOS AMBIENTAIS

OPERAÇÃO SAMAÚMA

A Operação Samaúma foi uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem (**GLO**), iniciada em junho de 2021, de combate ao desmatamento, queimadas e outros ilícitos ambientais, em 26 municípios da Amazônia Legal, que, em um ambiente interagências, reuniu as Forças Armadas, Ibama e ICMBio, FUNAI, Polícia Federal, e polícias estaduais, entre outros órgãos, com atuação nas florestas nacionais, áreas de proteção ambiental, reservas indígenas e em outras propriedades ou posses da União, nos Estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso. A operação inibiu, entre outras, ações de madeireiros, garimpeiros e de queimadas ilegais.

O balanço final da Operação Samaúma soma 705 escoltas, reconhecimentos e patrulhas; 17.005 hectares embargados; 191 ações preventivas e repressivas realizadas contra delitos ambientais; 309 inspeções, visitas e revistas por patrulhamento naval e terrestre; oito focos de incêndio combatidos; entre outras ações. As principais apreensões foram de 8.536,56 metros cúbicos de madeira; 34.396 litros de combustíveis; 50 tratores, escavadeiras, caminhões, veículos diversos e embarcações; 28 armas e 137 maquinários de serraria e mineração. Durante toda a ação, foram aplicadas 189 multas, que totalizaram em mais de R\$ 270 milhões

OPERAÇÃO VERDE BRASIL 2

Foram 354 dias de atuação ininterrupta de combate a ilícitos ambientais e a focos de incêndio na Amazônia Legal, encerrados no dia 30/04/21. Ao longo de quase um ano, a presença permanente da Marinha, do Exército e da Força Aérea possibilitou a redução no desmatamento, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Foram realizadas tanto ações preventivas, quanto repressivas, como o levantamento e o combate a focos de incêndios e a pontos de desmatamento; montagem de postos de bloqueio terrestre e de controle de estradas nas rodovias; e a realização de inspeções navais, de revistas em embarcações e de reconhecimento aéreo.

A Operação ocorreu em coordenação com os órgãos de segurança pública e as agências ambientais, contando com a atuação do Grupo de Integração para proteção da Amazônia (GIPAM), coordenada pelo Censipam. As atividades se concentraram na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão. A atuação também foi estendida às áreas estaduais das Unidades da Federação em que foi requerido o apoio do Governo Federal.

Foram empregados diariamente, cerca de 2,5 mil militares e agentes de órgãos de controle ambiental e de segurança pública. No total, houve mais de 105 mil inspeções, patrulhas navais, terrestres e aéreas. Entre os pontos de destaque, estão a apreensão de 506 mil metros cúbicos de madeira, 2.149 embarcações e 990 veículos e tratores. Foram emitidos 337 autos de prisões em flagrante, apreendidos 751 Kg de drogas, 123.565 armas e munições. Foram inutilizados 843 veículos, motores de garimpo, balsas, tratores, entre outros maquinários. Ao todo, 5.480 multas e termos de infração foram aplicados, somando R\$ 3,3 bilhões.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS METAS DO PROGRAMA

A despeito da meta principal do Programa ter sido alcançada em 2021, as metas dos resultados intermediários no biênio 2020-2021 foram impactadas por questões de ordem orçamentária, financeira e também pela Pandemia de Covid-19.

Em 2021 foram cumpridas as metas intermediárias estabelecidas para o Projeto Guarani, Projeto Astros 2020 e Projeto HX-BR. Contudo, não foram alcançadas os resultados referentes à construção do submarino convencional, ao comissionamento dos estaleiros e da base naval, à aquisição de aeronaves do Projeto F-X2 e do KC-390 e à realização de exercícios de adestramentos singulares e conjuntos.

A meta de aquisição dos Blindados Guarani foi superada sendo entregues desde o início do projeto 536 viaturas, face às 526 previstas.

Em relação ao Projeto Astros 2020, no exercício de 2021, foram entregues as seis viaturas previstas para o período de 2020-2021, totalizando 83 desde o início do Projeto.

No que se tange ao Projeto HX-BR - Helicópteros de Multiemprego, foram entregues às Forças Armadas, desde o início do projeto, 40 aeronaves, cumprindo desta forma a meta acumulada, até o final de 2021.

Por outro lado, foram realizados apenas 16 dos 25 exercícios de adestramento planejados para o exercício, principalmente em razão das restrições impostas pela Pandemia de Covid-19.

A entrega para operação do Submarino Riachuelo, que se encontra construído e em fase de testes finais (provas de mar), foi postergada para março de 2022. Contudo, um importante marco foi realizado em dezembro de 2021: o lançamento do primeiro torpedo de exercícios F-21 a 70 milhas da Restinga de Marambaia (RJ).

O Comissionamento dos Estaleiros e Base Naval (Base de Submarinos da Ilha da Madeira - BSIM) para operação de submarinos convencionais alcançou 75%, percentual inferior ao planejado (79%), em razão de restrições orçamentárias e da estratégia de priorizar as instalações necessárias aos testes e operação dos submarinos convencionais.

A insuficiência da dotação orçamentária e as dificuldades para a certificação das aeronaves em razão das restrições decorrentes da Pandemia de Covid-19 contribuíram para o adiamento do recebimento definitivo das quatro primeiras Aeronaves de Caça FX-2 para 2022. Similarmente, em função da Pandemia de Covid-19 e do déficit de aporte financeiro para o projeto, não foi possível o recebimento definitivo do 5º Cargueiro Tático KC-390, já na versão FOC (Final Operational Capability) prevista para 2021.

PROJETOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA

Conforme definido na Portaria Normativa nº 99/GM-MD/2018, o Portfólio de Projetos Estratégicos Defesa (PPED) reúne os principais projetos estratégicos de defesa, entendidos como aqueles diretamente relacionados à construção de capacidade de defesa, direcionados para o desenvolvimento ou aquisição de plataformas, sistemas de armas ou sistemas de comunicação de caráter operacional a serem empregados em proveito de operações militares ou no adestramento de tropas, os quais são geridos pelas Forças Armadas ou pelo EMCFA. O PPED foi inicialmente composto pelos projetos de defesa que integravam o antigo Programa Avançar do Governo Federal. Cabe ao Conselho Superior de Governança (CONSUG) deliberar quanto à inclusão ou retirada de projetos no PPED.

No exercício de 2021 foram incluídos pelo CONSUG os seguintes programas e projetos: Projeto Estratégico TH-X (Resolução Nº 5/CONSUG/MD/2020), que será iniciado apenas em 2022, e do Programa Estratégico de Comando e Controle (Resolução Nº 10/CONSUG/MD/2021), ambos coordenados pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA). O Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa (PPED) é composto pelos seguintes projetos:

ÓRGÃO	PROJETOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA
EMCFA/MD	Programa Estratégico de Comando e Controle de Defesa (incluído pela Resolução CONSUG nº 10/2021) Helicópteros - HX-BR Projeto TH-X (será iniciado em 2022) – incluído pela Resolução CONSUG nº 5, de setembro de 2020
Marinha do Brasil	Submarinos Convencionais Submarino de Propulsão Nuclear Estaleiro e Base Naval Programa Nuclear da Marinha (PNM)
Exército Brasileiro	Blindados Guarani Projeto Astros 2020 Projeto Sisfron
Força Aérea Brasileira	Projeto FX-2 Projeto KC 390 - Desenvolvimento Projeto KC-Aquisição

Fonte: Ministério da Defesa

Conforme definido no âmbito do Acórdão TCU 1519/2017, o MD, na condição de órgão supervisor, faz o acompanhamento da execução físico-financeira dos projetos estratégicos de Defesa, a partir de informações fornecidas pelas Forças Armadas e pelo EMCFA, cujos resultados serão apresentados no contexto do Programa Defesa Nacional (6012), sem prejuízo de informações mais detalhadas que venham a ser apresentadas pelas Forças Armadas no âmbito dos seus relatórios de gestão, uma vez que as referidas instituições são responsáveis pela gestão da maior parte desses projetos.

No que se refere aos projetos estratégicos de Defesa, a Carteira de Investimentos do MD contempla os seguintes investimentos, no período de 2008 a 2040:

VALOR TOTAL DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA (2008 A 2040 - R\$ 143,7 bilhões) DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS			
ÓRGÃO	PROJETOS	VALOR (R\$ BILHÃO)	PERCENTUAL
MARINHA	4	47,8	33,26%

EXÉRCITO	3	35,2	24,50%
AERONÁUTICA	3	52,5	36,53%
EMCFA	3	8,2	5,71%

Fonte: Ministério da Defesa

Vale destacar que os Projetos Estratégicos de Defesa são de fundamental importância para o aparelhamento das Forças Armadas e contribuem com o desenvolvimento tecnológico e industrial do país, principalmente, no que se refere à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos de defesa, e com a geração de empregos e renda.

Os infográficos demonstrados a seguir apresentam informações sobre custo o total, percentual de execução física, valores pagos, PLOA e Dotação Orçamentária em 2021 e LOA 2022, entregas mais relevantes e empregos gerados; relativas aos projetos estratégicos do Ministério da Defesa, no exercício de 2021.

No que diz respeito aos projetos estratégicos sob responsabilidade do Comando da Marinha:

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO		VALORES (R\$ MILHÕES)		EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
		INICIAL	EM DEZ/2021				
Submarinos Convencionais	2009	2025	2035	Total do projeto: 13.308,2 Pago até 31/12/2021: 9.216,5 PLOA 2021: 628,1 Dotação 2021: 621,9 LOA 2022: 558,0		Realizada: 81,5 A realizar: 18,5	
Submarino de Propulsão Nuclear	2009	2025	2034	Total do projeto: 15.119,8 Pago até 31/12/2021: 4.039,5 PLOA 2021: 646,8 Dotação 2021: 461,0 LOA 2022: 475,3		Realizada: 22,5 A realizar: 77,5	
Estaleiro e Base Naval	2009	2025	2030	Total do projeto: 12.497,9 Pago até 31/12/2021: 9.283,7 PLOA 2021: 366,5 Dotação 2021: 259,2 LOA 2022: 315,0		Realizada: 75,1 A realizar: 24,9	
Programa Nuclear - PNM	2000	2030	2030	Total do projeto: 6.834,7 Pago até 31/12/2021: 2.249,5 PLOA 2021: 300,0 Dotação 2021: 213,1 LOA 2022: 398,2		Realizada: 57,0 A realizar: 43,0	

(1) Previsão inicial de término - Fonte: Sumário Executivo Abril/2016

(2) PLOA 2021 - Necessidade de recursos para o exercício.

(3) Não houve contingenciamento de recursos dos projetos estratégicos em 2021.

SUBMARINOS CONVENCIONAIS:

- Produto Final: 04 submarinos convencionais construídos com todos os seus sistemas integrados e em operação.
- Principais Entregas: S-BR-1 - Submarino Riachuelo – Até 2020 o submarino foi totalmente construído e realizou sua primeira saída ao mar. Em 2021 houve a realização

de provas de mar e lançamento de torpedo; S-BR-2 - Submarino Humaitá – Lançado ao mar em 2020; S-BR-3 - Submarino Tonelero - Conclusão da última união em 2021.

SUBMARINO NUCLEAR:

- Produto final: 1 Submarino com propulsão nuclear, projetado e construído no Brasil.
- Principais Entregas: O projeto encontra-se em fase de detalhamento.

ESTALEIRO E BASE NAVAL:

- Produto final: Unidade de fabricação de estrutura metálica, estaleiro de construção, estaleiro de manutenção e base naval construídos.
- Principais Entregas: 7 cais para atracação de submarinos e 1 cais auxiliar e construção de prédios administrativos da Base Naval e do Estaleiro de Manutenção.

PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA:

- Produto final: Laboratório de geração de energia nucleoeletrica (Labgene), Unidade piloto de hexafluoreto de urânio (Usex), Laboratório de enriquecimento isotópico (LEI) e Laboratório de materiais nucleares (Labmat).
- Principais Entregas: Até 2021 - Desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento isotópico e Infraestrutura do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).



Geração de empregos: 23.217 empregos diretos
44.669 empregos indiretos
52.322 empregos induzidos

No que diz respeito aos projetos estratégicos sob responsabilidade do Comando do Exército:

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO		VALORES (R\$ MILHÕES)	EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
		INICIAL	EM DEZ/2021			
Blindados Guarani	2012	2040	2040	Total do projeto: 20.800,0 Pago até 31/12/2021: 2.759,6 PLOA 2021: 440,0 Dotação 2021: 409,2 LOA 2022: 642,5	Realizada: 13,9 A realizar: 86,1	
Projeto Astros	2011	2019	2031	Total do projeto: 2.435,0 Pago até 31/12/2021: 1.373,6 PLOA 2021: 181,7 Dotação 2021: 134,0 LOA 2022: 122,2	Realizada: 56,4 A realizar: 43,6	
Projeto SISFRON	2012	2035	2035	Total do projeto: 11.992,0 Pago até 31/12/2021: 2.045,2 PLOA 2021: 448,5 Dotação 2021: 170,0 LOA 2022: 431,0	Realizada: 17,0 A realizar: 83,0	

(1) Previsão inicial de término - Fonte: Sumário Executivo Abril/2016

(2) PLOA 2021 - Necessidade de recursos para o exercício.

(3) Não houve contingenciamento de recursos dos projetos estratégicos em 2021.

BLINDADOS GUARANI:

- Produto final: 3.830 viaturas blindadas
- Principais Entregas em 2021: 531 viaturas adquiridas, sendo 58 Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Média de Rodas (VBTP-MR Guarani 6x6) e 15 Viaturas Blindadas Multitarefa Leve sobre Rodas (VBMT-LR Guarani 4x4).

ASTROS 2020:

- Produto final: 100% do Sistema Estratégico de Artilharia de longo alcance, com capacidade de lançar foguetes guiados e mísseis até 300 Km implantado.
- Principais Entregas em 2021: Até 2020 foram modernizadas 38 viaturas modelo MK3-M e adquiridas 54 viaturas no padrão MK-6. Em 2021, foram adquiridas 3 viaturas ASTROS remuniadora, versão MK-6 e deu-se continuidade na construção de prédios administrativos e residenciais do Forte Santa Bárbara.

SISFRON:

- Produto final: 100% do sistema integrado de sensoriamento, apoio à decisão e à operação, composto, entre outros meios, de: sistemas de sensoriamento portáteis ou instalados em plataformas de superfície, aéreas e orbitais; sistemas de comunicações; sistemas de tecnologia da informação; simuladores; sistemas operacionais de defesa.
- Principais Entregas em 2021: 100% do Projeto Piloto do SISFRON (4ª Brigada de Cavalaria Mecânica) em MS, concluído. Em setembro foram recebidas sete etapas relativas ao projeto do Sistema de Apoio à Decisão 1, contemplando a instalação de diversos equipamentos em sítios de antenas em MT, mais especificamente nas regiões de Cuiabá e Poconé, possibilitando mais um aprimoramento do SAD nos comandos dos diversos níveis.



Geração de empregos: 13.897 empregos diretos
13.541 empregos indiretos
26.404 empregos induzidos

No que diz respeito aos projetos estratégicos sob responsabilidade do Comando da Aeronáutica:

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO		VALORES (R\$ MILHÕES)		EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
		INICIAL	EM DEZ/2021				
Projeto FX-2	2014	2024	2028	Total do projeto:	28.202,8	Realizada:	0
				Pago até 31/12/2021:	9.167,4	A realizar:	100
				PLOA 2021:	1.600,0		
				Dotação 2021:	1.315,4		
				LOA 2022:	1.213,2		
Projeto KC-X	2009	2018	2022	Total do projeto:	5.879,7	Realizada:	99
				Pago até 31/12/2021:	5.472,7	A realizar:	1
				PLOA 2021:	400,0		
				Dotação 2021:	86,0		
				LOA 2022:	300,8		
Projeto KC-390	2014	2026	2028	Total do projeto:	17.948,00	Realizada:	14,3
				Pago até 31/12/2021:	3.152,60	A realizar:	85,7
				PLOA 2021:	227,00		
				Dotação 2021:	443,30		
				LOA 2022:	465,90		

(1) Previsão inicial de término - Fonte: Sumário Executivo Abril/2016.

(2) PLOA 2021 - Necessidade de recursos para o exercício.

(3) Não houve contingenciamento de recursos dos projetos estratégicos em 2021.

FX-2:

- Produto final: 36 aeronaves de caça multiemprego adquiridas; armamentos; simuladores de voo; logística inicial; transferência de tecnologia; serviços de suporte logístico contratado; serviços de integração de sistemas e armamentos.
- Principais Entregas em 2021: Voo inaugural do modelo brasileiro na Suécia. Realização do evento "Apresentação das primeiras aeronaves F-39 Gripen".

KC-X (desenvolvimento):

- Produto final: 100% da aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo, desenvolvida e certificada.
- Principais Entregas em 2021: Realização de campanhas de ensaio.

KC-390 (aquisição):

- Produto final: 28 aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo.
- Principais Entregas em 2021: Até 2020 foram adquiridas 4 aeronaves. Em 2021, deu-se continuidade a linha de produção, visando entrega de 3 aeronaves em 2022.



Geração de empregos:

FX-2: **20.000** empregos diretos e indiretos
KC-X/KC-390: **1.100** empregos diretos e **5.000** indiretos

No que diz respeito aos projetos estratégicos sob coordenação do EMCFA:

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO		VALORES (R\$ MILHÕES)		EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
		INICIAL	EM DEZ/2021				
Helicópteros H-X BR	2008	2023	2026	Total do projeto:	7.945,3	Realizada:	80,0
				Pago até 31/12/2021:	5.748,4	A realizar:	20,0
				PLOA 2021:	226,3		
				Dotação 2021:	226,4		
				LOA 2022:	257,5		
Comando e Controle	2021	2026	2026	Total do projeto:	217,9	Realizada:	40,0
				Pago até 31/12/2021:	138,1	A realizar:	60,0
				PLOA 2021:	43,7		
				Dotação 2021:	37,4		
				LOA 2022:	56,6		
Defesa Cibernética	2015	2035	2035	Total do projeto:	3.278,7	Realizada:	1,6
				Pago até 31/12/2021:	45,0	A realizar:	98,4
				PLOA 2021:	52,1		
				Dotação 2021:	16,6		
				LOA 2022:	65,9		

(1) Previsão inicial de término do Projeto H-X BR - Fonte: Sumário Executivo Abril/2016

(2) PLOA 2021: Necessidade de recursos para o exercício.

(3) Não houve contingenciamento de recursos do Projeto H-X BR em 2021.

H-X BR

- Produto final: 50 helicópteros de médio porte de emprego geral, com a seguinte destinação: 16 para a MB; 16 para o Exército Brasileiro (EB); e 18 para a FAB, sendo 2 delas para Grupo de Transporte Especial, em apoio à Presidência da República.

- Principais Entregas em 2021: Foram entregues 40 helicópteros, sendo três para a Marinha, em 2021, e o primeiro na versão operacional naval da frota.

COMANDO E CONTROLE

- Produto final: Desenvolvimento e/ou aquisição de sistemas, ferramentas e equipamentos integrados e interoperáveis de comunicações, comando e controle.
- Principais Entregas em 2021: Projeto Link BR2: Realização da integração de aeronave ao sistema e segmento de solo; Projeto Rádio Definido por Software (RDS): Recebimento do protótipo alfa veicular, ensaios ambientais no mesmo e integração do núcleo do SCA (Software Communication Architecture) da forma de onda em teste; Terminal Integrado de Dados em alta frequência (TID-HF. Etapa 1): Recebimento do protótipo do terminal e estabelecimento de um link em HF (Campinas/SP e Rio de Janeiro/RJ) para transmissão de voz e dados em HF utilizando rádios legado; Multidata Link Processor (MDLP): Realização da prova de conceito do MDLP junto com dois navios da Armada; INTERC2: Conclusão da integração do barramento com o servidor da Rede Operacional de Defesa (ROD) e realização da manutenção preventiva dos módulos desenvolvidos no barramento; Identificação de Amigo/Inimigo - IFF Modo 4 (keyloader) – Em desenvolvimento com previsão de término em 2022; IFF Modo 4: Desenvolvidos os aplicativos de solução de geração e distribuição de chaves criptográficas.



Geração de empregos: 386 empregos indiretos.

OUTRAS AÇÕES E RESULTADOS

Além dos projetos que compõem o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa do MD, vale destacar:

O **PROGRAMA DA DEFESA CIBERNÉTICA NA DEFESA NACIONAL**, também sob responsabilidade do EMCFA, em face de sua relevância para a construção de capacidades para a Defesa Nacional, tem a finalidade de aumentar as atividades de coordenação e integração do uso do espaço cibernético, além de impedir ou dificultar sua utilização contra os interesses nacionais. Os principais objetivos são: criar e implantar o Comando de Defesa Cibernética; capacitar os recursos humanos do Setor Cibernético; dotar o MD da estrutura necessária para desenvolver eficazmente todo o espectro das ações cibernéticas; buscar inovações na área de Segurança da Informação e Comunicações, em especial a criptografia; implantar um sistema de homologação e certificação de produtos de Defesa Cibernética; e promover a interação com programas afins nas Forças Armadas, instituições civis públicas e privadas, e com a comunidade acadêmica nacional e internacional.

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO		VALORES (R\$ MILHÕES)		EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
		INICIAL	EM DEZ/2021				
Programa da Defesa Cibernética na De- fesa Nacional	2015	2035	2035	Total do projeto:	3.278,7	Realizada:	1,6
				Pago até 31/12/2021:	45,0	A realizar:	98,4
				PLOA 2021:	52,1		
				Dotação 2021:	16,6		
				LOA 2022:	65,9		

(1) PLOA 2021 - Necessidade de recursos para o exercício.

PROGRAMA DA DEFESA CIBERNÉTICA NA DEFESA NACIONAL

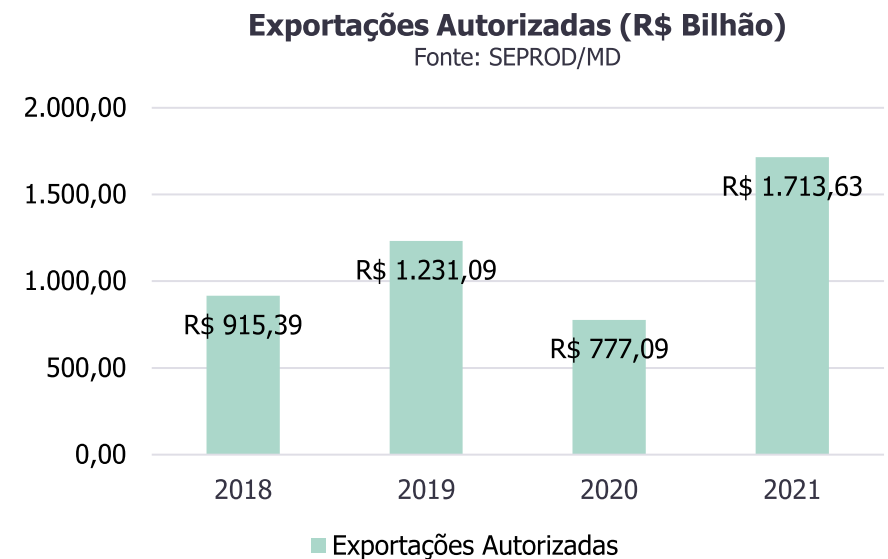
- Produto final: Sistema de Defesa Cibernética estruturado para atuar no espaço cibernético, de forma confiável e com liberdade de ação, para proteger-se e defender-se de ações e/ou ataques cibernéticos.
- Principais Entregas em 2021: Até 2020: Base Normativa para Avaliação de Sistemas Cibernéticos de Defesa e requisitos para estruturação de um Observatório de Defesa Cibernética. Em 2021: Concepção geral do Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC); Integração do Observatório de Defesa Cibernética ao Observatório Militar da Praia Vermelha; Realização do Exercício Guardião Cibernético 3.0 (Simulação de proteção de infraestruturas críticas estratégicas); e Serviços de certificação digital para proteção cibernética e de ampliação da capacidade cibernética da Defesa Nacional.



Geração de empregos: 3.401 empregos diretos

o **FORTALECIMENTO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA (BID)**, principais ações e resultados:

- Aprimoramento de diversos marcos normativos, proporcionando agilização dos processos e redução de gargalos sobre a produtividade
- Aprovação da prorrogação da redução de base de cálculo do ICMS nas saídas de aeronaves, de veículos militares, peças, acessórios e outras mercadorias, em parceria com o Conselho Nacional de Política Fazendária, beneficiando os setores aeronáutico, aeroespacial e de veículos operacionais militares, relevantes na cadeia produtiva brasileira.
- Lançamento da Fintech Defesa, voltada para o desenvolvimento de soluções de financiamentos e investimentos na BID, fruto de Acordo de Cooperação firmado entre o Ministério da Defesa e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).
- Aprovação do Plano de Investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), destinados a projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação das Forças Armadas, na ordem de R\$ 1,24 bilhão, com 50 projetos contemplados desde 2019.
- Aprovação da Diretriz de Obtenção Conjunta de Produtos de Defesa (PRODE) e de Sistemas de Defesa (SD), Portaria GM-MD nº 4.070/2021, com vistas a estabelecer processo analítico conjunto para a obtenção de PRODE e de SD no âmbito do MD e das FA, tendo em vista a necessidade de coordenação de projetos comuns e propiciar a interoperabilidade entre as FA e o fomento à Base Industrial de Defesa (BID).
- Apoio a eventos de jornadas empresariais com foco na promoção comercial de produtos de defesa, no país e no exterior, resultando em um aumento recorde de exportações autorizadas de produtos de Defesa, de cerca de US\$ 1,7 bilhão de dólares, em 2021. Crescimento de 34,49%, em 2019, em relação a 2018, e de 120,52% em 2021, em relação a 2020, batendo o recorde histórico.
- Dados do Estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), indicam que a BID Gera 2,9 milhões de empregos e representa 4,78% do PIB.
- Crescimento expressivo em 2021, de cerca de 127,81%, na classificação dos Produtos de Defesa, de 39,25% no número de Empresas de Defesas - ED e Empresas Estratégicas de Defesa – EED, de 81,81% nas empresas habilitadas ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID) e de 360% nas empresas que o usufruem.
- Celebração de Protocolo de Intenções com o BNDES e de mais de uma dúzia de Acordos de Cooperação com vistas ao fortalecimento das políticas e programas de incentivo, em prol da Base Industrial de Defesa.





A implantação do **SISTEMA DE GEOINFORMAÇÃO DE DEFESA (SISGEODEF)**, de sua Infraestrutura de Dados Espaciais de Defesa (IDE-Defesa) e de um geoportal de defesa que integre as bases de dados geoespaciais do MD, das três Forças Singulares e de Órgãos de interesse do MD. A utilização conjunta dos produtos geoespaciais gerados pelos sistemas georreferenciados das Forças Armadas (FA) aumentará a consciência situacional e as capacidades de pronta resposta, tanto nas operações de defesa nacional quanto em atividades subsidiárias, com redução dos custos do emprego do Poder Militar. Em 2021 foi entregue o protótipo operacional do GEOPORTAL do SISGEODEF

A realização do **7º SIMPÓSIO SOBRE SEGURANÇA REGIONAL EUROPA-AMÉRICA DO SUL**, em dezembro de 2021, que contou com a presença de especialistas civis e militares, europeus e sul-americanos, para debater temas ligados à cooperação em defesa e à segurança internacional, tais como o Tratado da Antártica, Operações de Paz da ONU e a atuação das Forças Armadas em ações humanitárias.

A **PREPARAÇÃO DE CIVIS E MILITARES NO CAMPO DA DEFESA NACIONAL (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – ESG)**, prosseguiu em 2021, sendo ministrados doze cursos regulares, incluindo o curso de pós-graduação (mestrado) e realizados três novos cursos: Especial para Preparação para Oficiais-Generais; Coordenação e Planejamento Interagências; e Extensão em Economia e Planejamento de Defesa. Os diferentes cursos ministrados estão relacionados com a Defesa, Segurança e Desenvolvimento, contribuíram para a formação continuada de 893 civis e militares, do Brasil e de Nações Amigas. Além dos cursos, foram realizados diversos eventos acadêmicos alcançando participantes diferentes esferas da sociedade brasileira.

DESAFIOS E RISCOS

O MD, que já enfrentava dificuldades orçamentárias em face do novo regime fiscal, que estabeleceu um teto de gastos (Emenda Constitucional 95/2016), e dos cronogramas físico-financeiros dos contratos atrelados aos projetos estratégicos, que demandam expressivo volume de recursos, passou a experimentar um cenário ainda mais restritivo a partir de 2020, em razão da Pandemia de Covid-19, que afetou o desempenho da economia brasileira e impactou o déficit nas contas públicas (queda de arrecadação; aumento de despesas extraordinárias; elevação do dólar e demais moedas internacionais; inflação; etc), com o aumento de alguns riscos, merecendo destaque:

INSUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

Necessidade de renegociação dos contratos, impactando diretamente no cronograma físico-financeiro dos projetos, implicando prorrogação do término, cobrança de multas e juros e aumento no custo total do projeto.

ELEVAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO

Aumento do custo total dos projetos, visto que muitos apresentam contratos em moeda estrangeira.

DESCONTINUIDADE DO PROJETO

Possibilidade de demissão de colaboradores diretos e indiretos e desmobilização de empresas vinculadas à Base da Indústria de Defesa.

Em relação ao risco de insuficiência orçamentária, importa registrar, em atendimento ao Acórdão nº 1519/2017 - TCU – Plenário, de 12 de julho de 2017, que o cenário restritivo reflete na postergação de algumas etapas dos projetos e, conseqüentemente, no pagamento de atualização monetária, encargos e reajustes contratuais. No ano de 2021, no âmbito dos projetos prioritários sob a responsabilidade do Comando da Marinha, não foram realizados pagamentos referentes a encargos contratuais, porém foram pagos, a títulos de reajustes, os seguintes valores:

PROJETO	REAJUSTE (R\$ milhões)
Submarinos Convencionais	160,7
Submarino de Propulsão Nuclear	87,4
Estaleiro e Base Naval	120,9
PNM	4,8
TOTAL	373,8

Ou seja, cerca de 20,1% da dotação 2021 dos projetos prioritários do Comando da Marinha foram utilizados para pagamento de reajustes contratuais.

No que diz respeito ao Comando do Exército, os valores pagos em 2021 a título de reajustes, atualizações monetários e encargos contratuais representaram 11,8% da dotação 2021 destinada aos projetos prioritários daquele Comando, conforme demonstrado na tabela ao lado:

PROJETO	REAJUSTE, ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e ENCARGOS CONTRATUAIS (R\$ milhões)
Blindados Guarani	28,5
Projeto ASTROS	31,0
Projeto SISFRON	24,9
TOTAL	84,4

Com relação aos Projetos Prioritários do Comando da Aeronáutica, em 2021 foram realizados pagamentos de reajustes contratuais, tanto com restos a pagar de exercício anteriores, como com dotação do exercício de 2021. O quadro a seguir apresenta tais valores. Cabe mencionar, que o Projeto H-X BR também é apresentado, pois apesar da responsabilidade estar atribuída ao EMCFA/MD, o gerenciamento é executado pelo Comando da Aeronáutica:

PROJETO	REAJUSTE pago em 2021 com RAP de exercícios anteriores (R\$ milhões)	REAJUSTE pago com dotação de 2021
Projeto F-X2	-	-
Projeto KC-X	9,0	18,5
Projeto KC-390	-	35,3
Helicópteros H-X BR	1,9	11,8
TOTAL	10,9	65,6

Os Projetos F-X2 e o KC-390 apresentaram, também, valores pagos a título de reajustes contratuais, porém em moeda estrangeira. No caso do Projeto F-X2, foi pago SEK 1,3 milhão com restos a pagar de exercícios anteriores e SEK 178,5 milhões, com dotação de 2021. Com relação ao Projeto KC-390, foi pago USD 0,02 milhão com restos a pagar de exercícios anteriores e USD 3,5 milhões com dotação de 2021.

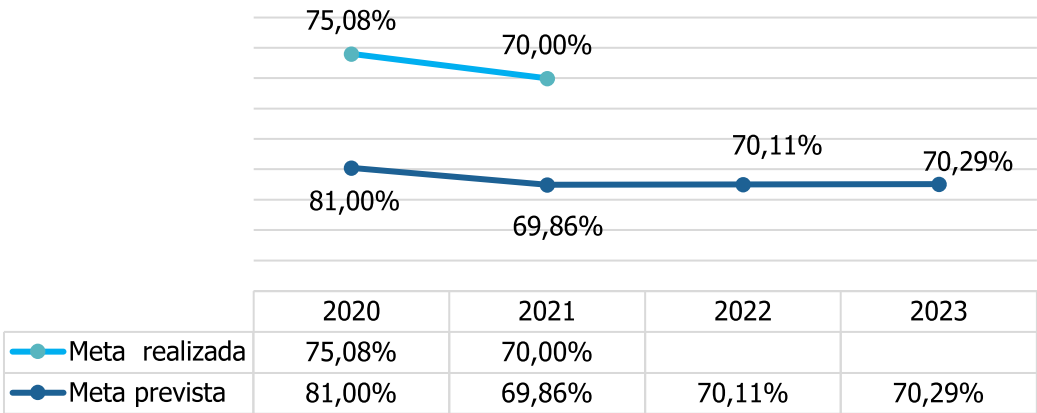
2.2 O PROGRAMA 6011 (COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL)

OBJETIVO	META	INDICADOR
Realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.	70,29% de realização das ações de cooperação com o desenvolvimento nacional ao final de 2023.	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL Obtido por meio da média aritmética das ações apoiadas pelo Programa Calha Norte; Atleta de alto rendimento; Projeto Forças no Esporte; Ensino Profissional Marítimo; Soldado Cidadão; Projeto Rondon; e Ações do Sistema de proteção da Amazônia - Sipam.

RESULTADOS DO PROGRAMA 6011

Em 2021 o Programa apresentou resultados relevantes, em função dos arranjos de gestão estabelecidos com vistas a contornar os cenários de restrições e incertezas trazidos pela Pandemia de Covid-19. Nesse sentido, a meta prevista para o exercício, ou seja, 69,86% de realização de ações de cooperação com o desenvolvimento nacional alcançou o patamar de 70,00%, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

Evolução do Índice de realização de ações de cooperação



Considerando o conjunto das ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a meta central do Programa foi alcançada, em virtude do bom desempenho individual das ações de cooperação, conforme demonstrado a seguir:

AÇÕES QUE TIVERAM DESEMPENHO ACIMA DO PREVISTO	AÇÕES QUE TIVERAM DESEMPENHO ABAIXO DO ESPERADO
Projeto Soldado Cidadão: 137,86%	Programa Calha Norte (PCN): 22,14%
Ações apoiadas pelo Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam): 100%	Projeto Rondon: 0%
Projeto Atletas de Alto Rendimento: 82,11%	↓
Projeto Forças no Esporte (Profesp): 76%	
Ensino Profissional Marítimo: 71,82%	
	PRINCIPAIS RESTRIÇÕES

Pandemia de COVID19

Ressalte-se que os resultados do Programa Calha Norte, em 2021, foram impactados pelos efeitos da Pandemia de Covid-19; pela liberação tardia de recursos orçamentários; atrasos na entrega de obras; majoração de preços e falta de insumos; e dificuldade de acompanhamento in loco da execução das obras.

Ressalta-se, também, a impossibilidade de realização das operações do Projeto Rondon, em 2021, em decorrência das restrições impostas pela Pandemia de Covid-19.

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS DO PROGRAMA 6011

Os resultados intermediários do Programa 6011, constantes da tabela a seguir, foram selecionados dentre os Projetos que compõem o rol ações do Ministério da Defesa, realizadas em cooperação com o desenvolvimento do país, sobretudo, aquelas que apresentam resultados de maior impacto social.

TÍTULO DO RESULTADO INTERMEDIÁRIO	UNIDADE DE MEDIDA	REGIONALIZAÇÃO	META	
0145 - Qualificação dos jovens incorporados às Forças Armadas (Soldado Cidadão). Projeto Soldado Cidadão: Qualificação profissional dos jovens egressos do Serviço Militar para ingresso no mercado de trabalho	Unidade	Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste	LINHA DE BASE 2019:	9.052
			META PREVISTA ATÉ 2020:	3.300
			META ALCANÇADA ATÉ 2020:	4.468
			META PREVISTA ATÉ 2021:	4.300
			META ALCANÇADA ATÉ 2021:	5.928
0146 - Inclusão social de crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto Forças no Esporte (Profesp). PROFESP: Inclusão social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, com idades entre 6 e 18 anos, com a finalidade de desenvolver valores cívicos, sociais e morais por meio de práticas desportivas e educacionais, durante o contraturno escolar. Projeto João do Pulo (PJP): atendimento de pessoas com deficiência (PcD), priorizando aquelas em estado de vulnerabilidade social.	Unidade	Nos Estados do Acre, Alagoas, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso Do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio De Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.	LINHA DE BASE 2019:	28.000
			META PREVISTA ATÉ 2020:	30.000
			META ALCANÇADA ATÉ 2020:	30.036
			META PREVISTA ATÉ 2021:	40.000
			META ALCANÇADA ATÉ 2021:	30.428 (*)
0147 – Universitários capacitados do Projeto Rondon.	Unidade	Nacional	LINHA DE BASE 2019:	756
			META PREVISTA ATÉ 2020:	1.008
			META ALCANÇADA ATÉ 2020:	0
			META PREVISTA ATÉ 2021:	0
			META ALCANÇADA ATÉ 2021:	0
0119 - Formação de aquaviários e portuários pelo Ensino Profissional Marítimo.	Unidade	Nos Estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Sergipe, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco, Amapá, Maranhão, Pará, Piauí, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Tocantins, São Paulo, Paraná, Acre, Rondônia e Amazonas.	LINHA DE BASE 2019:	12.058
			META PREVISTA ATÉ 2020:	6.500
			META ALCANÇADA ATÉ 2020:	3.636
			META PREVISTA ATÉ 2021:	23.919
			META ALCANÇADA ATÉ 2021:	17.180

(*) 139 municípios, com a parceria de 203 Organizações das FA

Fonte: SIOP, fevereiro de 2022.

A despeito dos avanços verificados no desempenho da meta principal do Programa 6011, apenas a meta do resultado intermediário relativa à qualificação dos jovens incorporados às Forças Armadas (Projeto Soldado Cidadão) foi alcançada em 2021. As demais metas foram fortemente impactadas pela Pandemia de Covid-19, visto que esta restringiu em 2021 a realização das atividades presenciais do Projeto Forças no Esporte (Profesp); e dos cursos do Projeto de Formação dos Aquaviários.

O Projeto Rondon é uma ação interministerial, coordenada pelo MD, destinada a contribuir para a formação de jovens universitários como cidadãos (fortalecimento da consciência cidadã) e para o desenvolvimento sustentável de comunidades pouco assistidas, em parceria com governos estaduais, municipais e instituições de ensino superior, públicas e privadas. Em razão da Pandemia de Covid-19 as atividades do Projeto foram suspensas em 2021.

Para evitar que os prejuízos sociais fossem ainda maiores, foram adotadas algumas medidas de gestão com vistas a contornar as restrições impostas pela Pandemia de Covid-19, como:

- Ensino profissional marítimo: alguns órgãos de execução dos cursos contidos no Programa de Ensino Profissional Marítimo (PREPOM), foram incentivados e receberam investimentos para realizarem cursos de formação e capacitação nas modalidades de ensino on-line (EAD) e semipresencial;
- Projeto Soldado Cidadão: contratação de cursos na modalidade on-line;
- PROFESP e PJP: em razão da suspensão das atividades presenciais, o fornecimento de alimentação diária aos beneficiados do PROFESP e PJP foi substituído pela distribuição de "Kits alimentação", composto por insumos básicos da agricultura familiar, sendo operacionalizada pelas Organizações Militares (OM) das Forças Armadas (FA) participantes do Programa e Projeto. No 2º semestre, com o avanço da vacinação e com o retorno gradual das atividades presenciais nas escolas da rede pública, algumas Organizações Militares das FA retomaram as atividades do PROFESP e do PJP, seguindo todos os protocolos de medidas sanitárias aplicáveis

Além dos resultados intermediários acima relacionados, merecem destaque os seguintes resultados alcançados em 2021:

O **PROGRAMA CALHA NORTE (PCN)**, na sua Vertente Civil, tem por objetivos principais contribuir para o aumento da presença do Poder Público, para a ocupação dos vazios estratégicos, com ênfase para a faixa de fronteiras, e para a melhoria da infraestrutura dos municípios da sua área de abrangência, e atua, por meio da celebração de convênios com os Estados e Municípios, da região abrangida pelo Programa, para o repasse de recursos oriundos de emendas parlamentares, os quais se destinaram à realização de obras de infraestrutura, como escolas, creches, postos de saúde, centros de convivência, praças, ginásios de esporte e pavimentações de vias públicas, bem como à aquisição de máquinas e equipamentos (bens permanentes). Seguem as principais realizações propiciadas pelo PCN em 2021:

REALIZAÇÕES PROPICIADAS PELO DPCN EM 2021		
ESTADO	OBRAS	VALOR (R\$ 1,00)
Acre	58	35.309.266,00
Amazonas	79	50.387.031,00
Amapá	46	34.696.044,00
Rondônia	95	46.533.284,00
Roraima	2	7.499.999,00
TOTAL	280	174.425.624,00

REALIZAÇÕES PROPICIADAS PELO DPCN EM 2021		
ESTADO	EQUIPAMENTOS	VALOR (R\$ 1,00)
Acre	33	5.458.950,00
Amazonas	30	6.446.950,00
Amapá	21	825.855,80
Rondônia	43	9.642.804,55
Roraima	4	200.000,00
Mato Grosso	5	341.628,00
Tocantins	11	1.972.330,00
TOTAL	147	24.888.518,35

Fonte: Departamento do Programa Calha Norte

O **PROGRAMA DE INCORPORAÇÃO DE ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS (PAAR)** visa selecionar e incorporar atletas de alto rendimento como militares temporários das Forças Armadas. O PAAR propicia ao atleta brasileiro melhores condições de preparação e, portanto, melhores resultados e índices, individuais e coletivos, em competições de alto rendimento. A performance dos militares atletas do PAAR contribuiu sobremaneira para que o Brasil

alcançasse a 12ª posição do quadro geral de medalhas nas Olimpíadas de Tóquio de 2021, sendo o melhor desempenho do País em Jogos Olímpicos. Os militares atletas conquistaram 8 das 21 medalhas do Time Brasil. Nesta edição, o País foi representado em 35 modalidades por 303 atletas, dos quais 93 eram militares das FA que participaram em 21 modalidades. Atualmente são 549 atletas incorporados, em 42 modalidades, além de outros atletas militares da ativa, membros de comissões técnicas e organizadores, totalizando 739 apoiados. Em razão da Pandemia de Covid-19, alguns eventos esportivos programados foram atrasados ou cancelados em 2021, como as modalidades de Tiro e Vela, possibilitando o apoio a algumas demandas de Organizações das FA voltadas à infraestrutura, para aquisição de materiais de apoio ao desporto e para a realização de treinamentos centralizados e participação em competições.

PREPARAÇÃO PARA OS 8º JOGOS MUNDIAIS MILITARES 2023, envolvendo a participação nas seguintes competições com vistas a propiciar uma melhor preparação esportiva das Forças Armadas, objetivando buscar melhores resultados nos 8º Jogos Mundiais Militares de 2023:

- **Nacionais:** 30º Campeonato Brasileiro de Paraquedismo das FA, Santos-SP (set/21), 36º Campeonato Brasileiro de Orientação das FA, Canoinhas-SC (out/21), 52º Campeonato Brasileiro de Tiro das FA, Rio de Janeiro-RJ (nov/21) e 1º Campeonato Brasileiro de Salvamento Aquático das FA, Rio de Janeiro-RJ (dez/21).
- **Internacionais:** 22º Campeonato Mundial Militar de Equitação do CISM, Rio de Janeiro, (out/1), 48º Campeonato Mundial Militar de Pentatlo Moderno, Drzonków, Polônia (set/21); 58º Campeonato Mundial Militar de Boxe, Moscou, Rússia (set/21); 40º Campeonato Mundial Militar de Judô, Bertigny Sur Orge, França (nov/21).

PROTEÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL: ações para a, conduzido pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam):

- Foi iniciado o recebimento das imagens de satélite com sensor SAR (Synthetic Aperture Radar), para apoiar as atividades do Sistema Integrado de Alerta de Desmatamento (SipamSAR), com o objetivo de monitorar o desmatamento na Amazônia, no período de alta densidade de nuvens, de forma complementar ao Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (DETER) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Em 2021 foram analisadas 1.333 imagens, com a geração e entrega de 1.226 alertas (polígonos) de incremento de desmatamento.
- Disponibilização de mais uma ferramenta de análise de dados para apoiar o trabalho conjunto interagências e de salvaguarda ambiental – a plataforma de monitoramento denominada “Painel do Fogo”, que realiza o agrupamento automático dos focos de calor detectados por satélites, identificando os pontos de fogo em tempo quase real, permitindo o rápido acionamento e a otimização da distribuição das equipes e dos recursos utilizados para o combate.
- Elaboração de diversos relatórios para subsidiar as ações do governo, tanto em caráter gerencial quanto em caráter operacional, com dados e informações disponíveis de alertas de desmatamento e de Queimadas.
- Assinatura de Memorando de Entendimentos com as instituições que compõem o Grupo de Integração para a Proteção da Amazônia (Gipam), com o objetivo de apoiar as atividades deste Grupo para a conservação, proteção e desenvolvimento da Amazônia Legal. O trabalho multidisciplinar se baseia na análise e integração de informações já disponíveis em cada órgão, com vistas a elaboração de relatórios semanais, com informações sobre crimes ambientais, detalhando o tipo de degradação, localização e descrição da área, para direcionamento das ações das Forças Armadas e das equipes de fiscalização.
- Enquadramento do Censipam como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), o que facilita e alavanca os projetos de pesquisa do órgão.
- Certificação do Censipam como Organização Qualificada ao Sistema da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que é responsável pelo desenvolvimento, oferta e uso de serviços e facilidades para atender as necessidades de pesquisa, educação e inovação no Brasil.
- Lançamento do Sistema Nacional de Meteorologia (SNM), parceria Cenipam, Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com o objetivo de fortalecer as competências centrais de cada uma das Instituições, bem como eliminar todo e qualquer tipo de sobreposição de atividades, gerando assim uma cadeia de processos, produtos e dados interligados e complementares para atender a área de meteorologia nacional. O Censipam é responsável pela elaboração e divulgação da previsão de tempo para a região da Amazônia Legal em parceria com o INMET, bem como pela operação de radares meteorológicos. De forma complementar, oferece, apoio aos demais órgãos do Sistema com a instalação, manutenção e operação de infraestrutura de sensores necessários.
- Principais realizações em 2021 por meio do Sistema Integrado de Monitoramento e Alerta Hidrometeorológico (SipamHidro), que possibilita a integração de dados e a geração de informações, visando monitorar e prognosticar riscos de natureza hidrometeorológica, a fim de subsidiar ações preventivas e mitigadoras executadas pelos órgãos parceiros da região Amazônica: confecção de boletins diários de previsão de curto prazo e mensais de previsão de longo prazo; identificação e dimensionamento dos impactos causados por inundações nas áreas urbanas para 5 municípios da região; realização do monitoramento diário de chuva para todas as bacias hidrográficas da Amazônia e das condições de 16 reservatórios de Usinas Hidrelétricas; execução de 30% dos imageamentos e processamento de 20% dos imageamentos das áreas urbanas; e realização do mapeamento das feições urbanas (ruas e edificações) de 8 municípios.

NAVIOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR (MASH) DA MARINHA DO BRASIL: conhecidos como “Navios da Esperança”, levam assistência médica, odontológica, farmacêutica e de enfermagem às comunidades ribeirinhas. Em 2021, os navios prestaram assistência a cerca de 13.000 brasileiros, em mais de 100 localidades na Região Amazônica e no Pantanal.

TRANSPORTE DE ÓRGÃOS E EQUIPES MÉDICAS: a priorização do transporte de órgãos e de equipes médicas relacionadas aos transplantes de órgãos, em todo o Território Nacional, é mais uma importante ação conduzida pela FAB, em coordenação com o Ministério da Saúde. No ano de 2021, as aeronaves da FAB realizaram cerca de 200 missões, tendo sido transportados mais de 200 órgãos.

CONTRIBUIÇÃO DA DEFESA COM A CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA NACIONAL: o emprego de unidades de Engenharia do Exército Brasileiro na construção, na ampliação e na recuperação de rodovias e ferrovias por todo o território brasileiro, assim como na realização de obras em diversas localidades, tem contribuído sobremaneira para o desenvolvimento nacional e para o bem-estar da população brasileira. Vale mencionar que a realização de obras é importante atividade de adestramento, de preparação, dos batalhões de engenharia do Exército. No ano de 2021, vale destacar: a restauração de trechos da BR-364, nos estados do Acre e do Amazonas; e a duplicação de trecho da BR-116 Sul, entre os municípios de Guaíba e Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul.

APOIO À PARCELA DA POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL ATINGIDA PELO FLAGELO DA SECA: o Exército Brasileiro atuou em vastas áreas do Território Nacional, especialmente no nordeste brasileiro e no norte de Minas Gerais. Por meio do Programa Emergencial coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), conhecido como “Operação Carro Pipa”, o Exército levou água potável para mais de 1.900.000 pessoas, atendendo cerca de 600 municípios, com investimento de mais de R\$ 600 milhões.

ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO SUL DA BAHIA E NO NORTE DE MINAS GERAIS, POR OCASIÃO DAS FORTES CHUVAS NO FINAL DE 2021: em apoio à Força-Tarefa do Governo Federal, o MD e as FA prestaram assistência às vítimas de enchentes no sul da Bahia e no norte de Minas Gerais, nos meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022, por meio de ações que incluem: operações de avaliação, reconhecimento, busca e resgate; realocação de desabrigados; transporte de cestas básicas, água potável, remédios, equipes médicas, roupas e produtos de higiene; além da desobstrução de vias interditadas pelas fortes chuvas. O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) reconheceu a situação de emergência de 31 municípios de Minas Gerais e de 17 da Bahia, em decorrência de tempestades e chuvas intensas que acometeram as regiões. Diante disso, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC/MDR), conforme previsto pelo Protocolo de Ações entre o MDR, MD e Ministério da Saúde, de 31/12/2021, requisitou o apoio das FA para reforçar as ações de assistência às localidades afetadas.

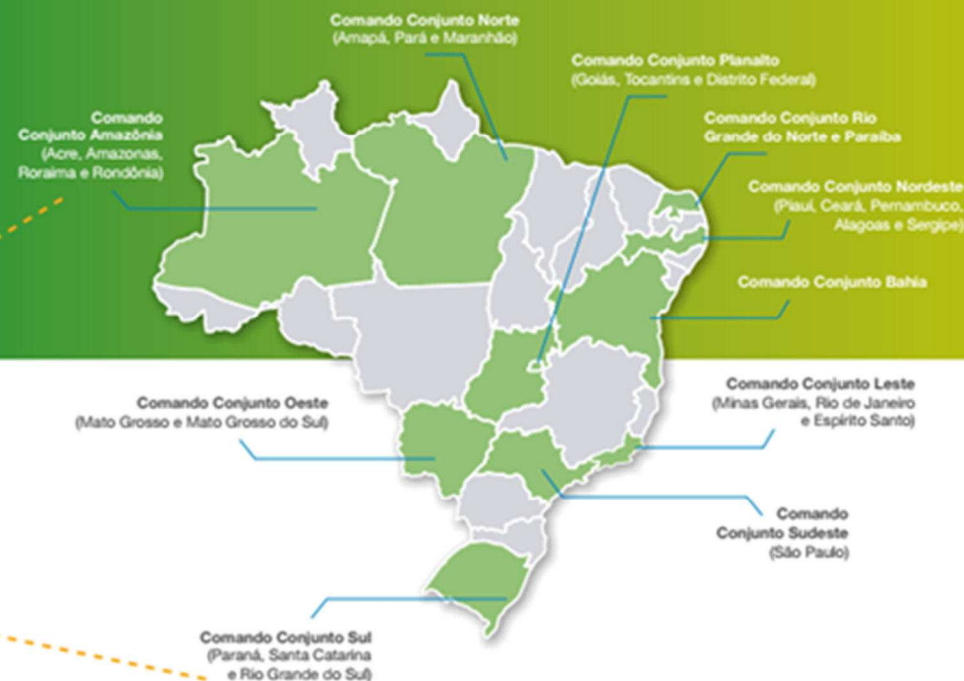
Na atuação nos municípios do Sul da Bahia, entre 11/12/2021 e 08/01/2022, foram empregadas sete helicópteros e quatro aviões das três Forças Singulares; cerca de 20 de viaturas diversas; aproximadamente 230 militares das três Forças, incluindo tropas do Grupamento de Fuzileiros Navais de Salvador (MB), do 19º Batalhão de Caçadores e do 35º Batalhão de Infantaria, ambos, do EB, dentre outros recursos. Tais meios e efetivos auxiliaram em diversas ações de assistência humanitária, como o transporte e distribuição de cestas básicas, água, medicamentos e doações diversas, que ultrapassaram 200 toneladas; transporte de equipe do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro; realização de sobrevoos de reconhecimento e avaliação de danos; limpeza e desobstrução de ruas e acessos; retirada de pessoas de áreas isoladas e evacuações aeromédicas. Para o desastre ocorrido no Norte de MG, a Marinha do Brasil disponibilizou, entre os dias 02 e 03 de janeiro de 2022, uma aeronave de asas rotativas que foi utilizada para reconhecimento de áreas afetadas e avaliação de danos e prejuízos por parte do MDR.

APOIO ÀS AÇÕES DE COMBATE À COVID-19: o MD, por intermédio das Força Armadas, sob a coordenação do EMCFA, desenvolveu uma série de ações em 2020 e 2021 com vistas a auxiliar no enfrentamento da Pandemia de Covid-19, merecendo destaque:

COMBATE À COVID-19

O Ministério da Defesa ativou, em 20 de março de 2020, o Centro de Operações Conjuntas para atuar na coordenação e no planejamento do emprego das Forças Armadas no combate à Covid-19. Nesse contexto, foram ativados **10 Comandos Conjuntos** que cobrem todo o território nacional, além do Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE), de funcionamento permanente, chegando a empregar mais de 34 mil militares em todo o País. Assim, foram realizadas ações em diversos segmentos:

- **DESINFECÇÃO DE LOCAIS PÚBLICOS**
- **TRANSPORTE DE INSUMOS DE SAÚDE**
(EM ESPECIAL CILINDROS, TANQUES E USINAS DE OXIGÊNIO)
- **POSTOS MILITARES DE APOIO À VACINAÇÃO**
- **CAMPANHAS DE VACINAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO**
- **PROJETO INSPIRE**
(PARCERIA ENTRE A MARINHA DO BRASIL E A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PARA A FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SUPORTE RESPIRATÓRIO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO)
- **REPATRIAÇÃO DE BRASILEIROS EM WUHAN (CHINA)**
- **REMOÇÃO DE PACIENTES PARA TRATAMENTO EM OUTROS ESTADOS**



47.514
doações de sangue



10.406
descontaminações de locais públicos



914
pacientes removidos para outras localidades do País



270.000 m³
de oxigênio líquido, transportados por via marítima e fluvial, além de vacinas e equipes de saúde para localidades de difícil acesso.



+5 mil
horas de voo no transporte de pessoas e de materiais



+30 mil
toneladas de materiais transportados, incluindo cilindros, tanques e usinas de oxigênio



+1,5 milhão
kits de alimentação distribuídos

DESEMPENHO DA GESTÃO DE RECURSOS

CAPÍTULO 3

3.1 GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL

O MD possui força de trabalho híbrida, composta por servidores públicos regidos pela Lei nº 8.112/1990 e demais normas complementares, e por militares das três Forças Armadas, sujeitos ao Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/1980, alterada pela Lei nº 13.954/2019) e demais normas complementares.

PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE PESSOAS

As atividades relacionadas à gestão de pessoas vinculam-se ao Objetivo Estratégico do MD, de “Promover o desenvolvimento e a assistência ao pessoal”. A ESG, o HFA e o Censipam têm suas atividades orientadas pelos seus respectivos planejamentos estratégicos. As ações de gestão de pessoas do MD, enquanto órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), vinculam-se, ainda, ao calendário de atividades da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia (órgão central do SIPEC).

FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho do MD é composta por servidores públicos efetivos; requisitados da Administração Pública federal direta, autarquias, empresas públicas, estados e municípios; empregados públicos; e militares requisitados das três Forças Armadas; somando um total de 3.942 agentes públicos. Cerca de 1% encontra-se cedida a outros órgãos. O MD conta, ainda, com a colaboração de 407 terceirizados e 82 estagiários (de níveis superior e intermediário).

O MD enfrenta dificuldades para a recomposição de seu efetivo de servidores, tendo em vista a escassez de autorização para a realização de concursos públicos, com vistas ao provimento de cargos vagos derivados de aposentadorias e exonerações, que afetam as atividades fim e meio.

Vale mencionar que a permanência dos militares nas diversas unidades do MD é transitória, em decorrência das características próprias da carreira.

No HFA, a situação de pessoal é mais grave, especialmente no que se refere ao cargo de Médico, principalmente em razão da baixa atratividade da remuneração do cargo, quando comparada a outros órgãos da Administração Pública Federal e do Governo do Distrito Federal. Desde 2013, o MD tem envidado esforços junto ao Ministério da Economia (ME), para a reestruturação das Carreiras do HFA, objetivando à melhoria da remuneração do cargo de Médico e demais carreiras que compõem o Plano de Carreiras e Cargos do HFA (PCCHFA).

COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

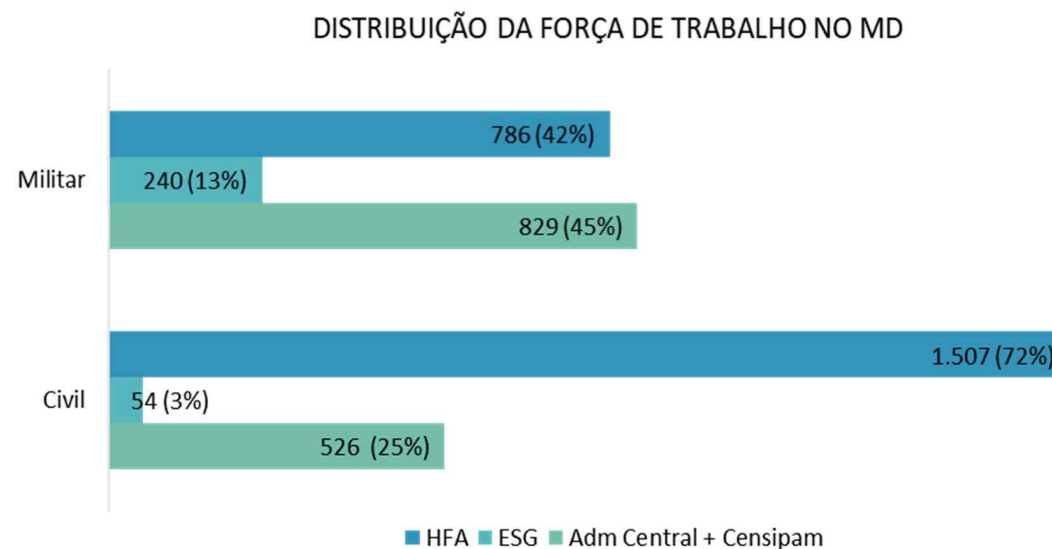


*Nat. Esp., Req. de outros órgãos. Residência, Exerc. art. 93 L8.112/90, Excedente
Fonte: Painel Estatístico de Pessoal e Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais (I

Fonte: Painel Estatístico de Pessoal e Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais (BIEG/MD), dez-21.



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal e Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais (BIEG/MD), dez-21.

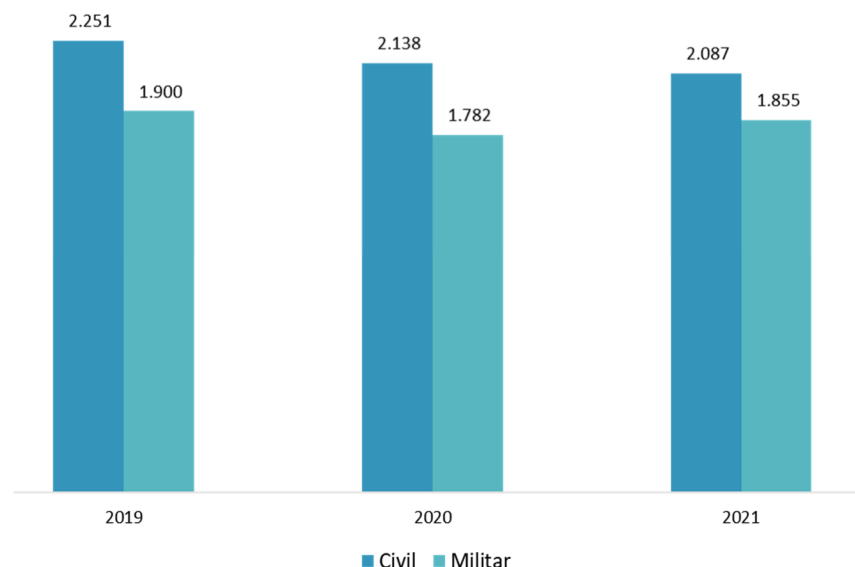


Fonte: Relatório da Força de Trabalho, ESG, HFA e BIEG, dez-21

EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Atualmente, o quadro de pessoal do MD é composto por cerca de 53% de servidores civis e 47% de militares. A mão de obra civil do MD é bastante reduzida e tem diminuído expressivamente ao longo dos últimos anos devido à falta de autorização para a realização de concursos públicos e à vacância provocada pelas aposentadorias e exonerações dos servidores existentes. Como resultado, essa força de trabalho é composta majoritariamente por requisitados, militares e sem vínculos.

EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO



Painel Estatístico de Pessoal e BIEG, dez-21

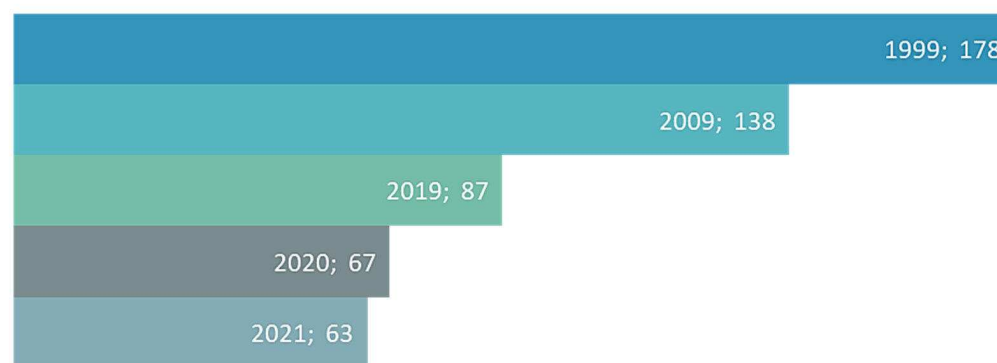
O gráfico reflete a redução significativa da força de trabalho da administração central do MD (excluído o Censipam) ao longo dos anos. O MD conta com apenas 35% de seu efetivo de pessoal original.

CARREIRAS

O MD não possui carreira própria, no entanto, possui 272 cargos administrativos vinculados ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE). Nos órgãos que integram o MD existem cinco carreiras/planos de cargos nas unidades, além dos militares. O HFA possui o PCCHFA, empregos públicos, cargos administrativos do PGPE. O corpo docente da ESG pertence à carreira de Magistério Superior e o Censipam dispõe de cargos da Carreira de Ciência e Tecnologia.

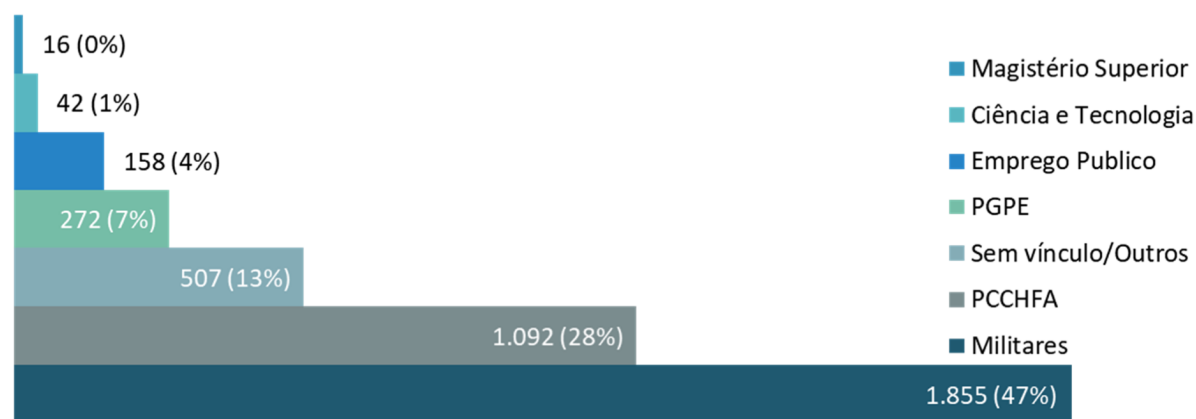
O MD submete, anualmente, suas demandas de concursos públicos ao Ministério da Economia (ME), a quem compete a autorização desses pleitos. O quadro a seguir demonstra as solicitações do MD, nos últimos quatro anos, e a quantidade autorizada no período. Em 2020, não houve demanda em decorrência da Pandemia da Covid-19 e, ainda, em atendimento às determinações constantes da Lei Complementar nº 173/2020.

SERVIDORES NA ADM. CENTRAL



Fonte: Relatório da Força de Trabalho, dez-21.

DISTRIBUIÇÃO POR CARREIRA/PLANO



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal e BIEG, dez-21.

No caso dos militares, a disponibilização do efetivo é realizada por solicitação às Forças Singulares, com base nas necessidades e considerando as tabelas de Lotação (da Marinha e da Aeronáutica) e o Quadro de Cargos Previstos do Exército.

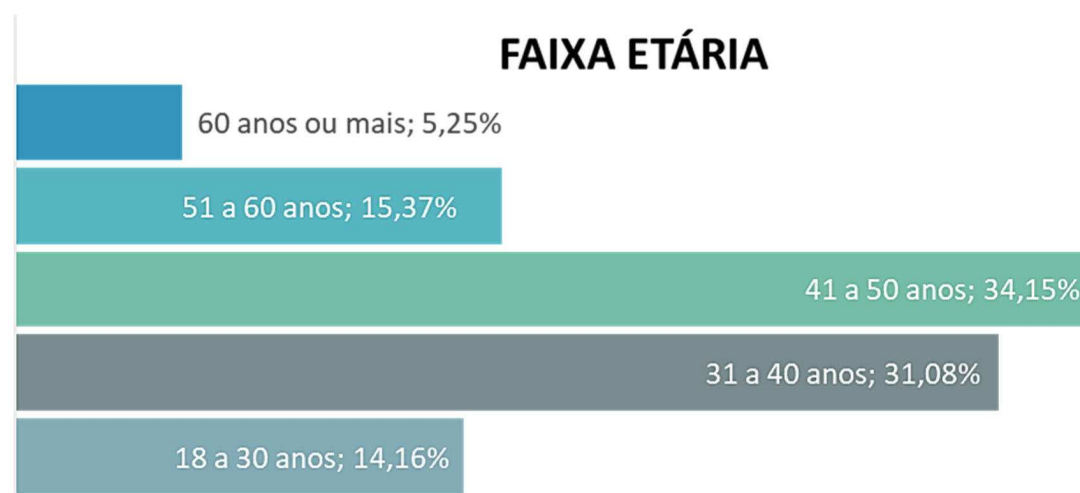
Cabe destacar que em 2021, o HFA solicitou ao ME, por intermédio do MD, a autorização para a realização de concurso público a fim de prover 454 cargos públicos, sendo 100 de Médicos, 128 de Especialistas em Atividades Hospitalares (nível superior), 135 Técnicos em Atividades Médico-Hospitalares (nível intermediário), 9 Analistas Técnico-Administrativo (nível superior) e 82 Assistentes Técnico-Administrativo (nível intermediário). O pleito não foi contemplado na Lei Orçamentária Anual para 2022.

DEMANDA DE CONCURSO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DA DEFESA					
ÓRGÃO	2018	2019	2020	2021	AUTORIZAÇÕES
ACMD	46	0	0	0	0
Censipam	86	0	0	0	0
ESG	0	0	0	0	0
HFA	150	373	0	454	0
TOTAL	282	373	0	454	0

Fonte: Ofício nº 11.634/GM-MD; e Sistema SIGEP/Módulo de Seleção de Pessoas.

COMPOSIÇÃO DO EFETIVO DE SERVIDORES E MILITARES POR FAIXA ETÁRIA

Cerca de 65% do efetivo de pessoal do MD possui entre 30 e 50 anos, em razão, principalmente, do ingresso de servidores nas carreiras do HFA, em virtude de concurso realizado em 2015; dos militares; e dos servidores sem vínculo.



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal e BIEG, dez-21.

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL POR GÊNERO

No que tange ao gênero, a força de trabalho do MD é composta por um total de 1.803 colaboradoras e de 2.139 colaboradores.



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal e BIEG, dez-21.

ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Em face da inexistência de quadro próprio, o MD vem suprindo sua demanda de pessoal, principalmente por meio de cessão/requisição de servidores públicos concursados de diversas carreiras e de militares das três Forças Armadas. Outra alternativa que vem sendo adotada é a alteração de exercício para compor a força de trabalho, com base no § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112/90. O HFA, a ESG e o Censipam, quando autorizados pelo ME, realizam concursos públicos para a recomposição de parte de seus quadros funcionais.

PRINCIPAIS DESAFIOS RELACIONADOS À GESTÃO DE PESSOAS

- Recompôr a força de trabalho dos servidores efetivos (concursos públicos);
- Incrementar as ações de capacitação;
- Buscar a aprovação de carreira especializada em Defesa Nacional; e
- Outras alternativas para recomposição da força de trabalho: requisitar servidores de outros órgãos; terceirização dentro dos parâmetros legais; articular junto aos demais órgãos a redistribuição de cargos para o MD; realizar contratações temporárias; e conseguir autorização para criação do Banco de Professor-Equivalente (para a ESG).

OCUPAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS

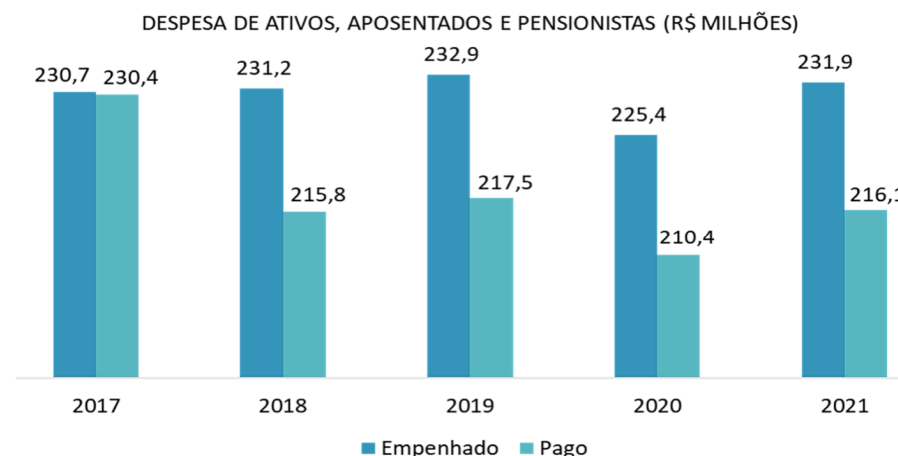
O quadro a seguir ilustra os cargos comissionados ocupados pela força de trabalho civil no MD.

OCUPAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS	APROVADOS	OCUPADOS	OCUPADOS POR SERVIDOR DE CARREIRA (EFETIVOS + REQUISITADOS)	OCUPADOS POR SERVIDOR DE CARREIRA (%)
MD (incluído CENSIPAM)	355	351	218	62%
ESG	6	6	2	33%
HFA	15	15	11	73%
TOTAL	376	372	231	62%

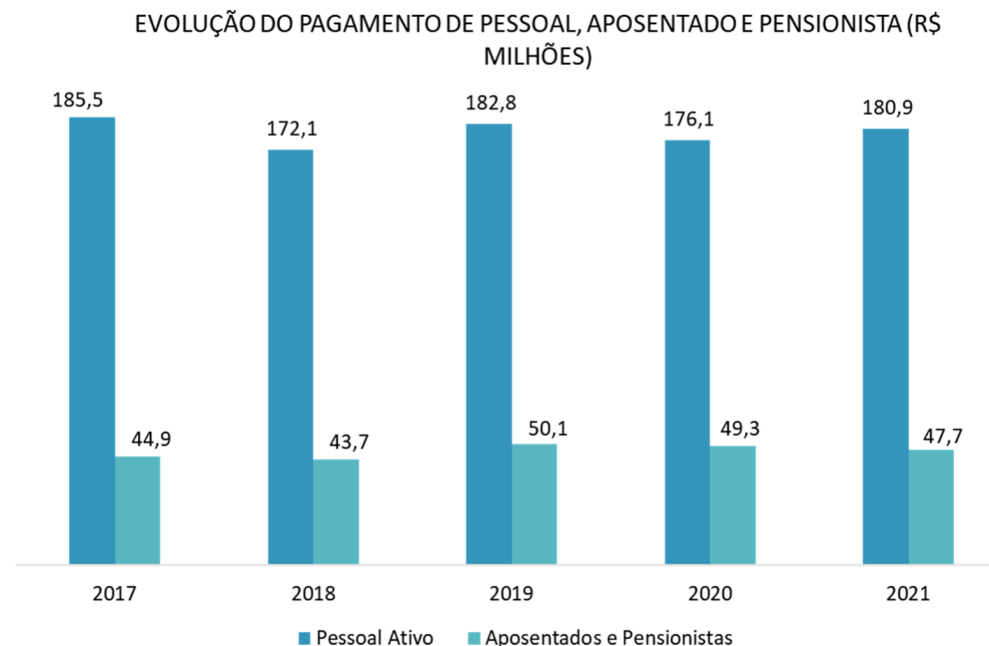
Fonte: DEADI, ESG e HFA, Dez-21.

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Considerando somente as despesas de Pessoal, no período de 2017 a 2021, não houve variação significativa nos valores relativos ao pessoal ativo, aposentados e pensionistas. As despesas de Pessoal Ativo da ACMD, Censipam, HFA e ESG, representam, em média, 79% das despesas totais de Pessoal, conforme demonstrado ao lado.



Fonte: DEADI.



Fonte: DEADI

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E REMUNERAÇÃO

O MD aplica processo de avaliação de desempenho, que tem por finalidade aferir o desempenho individual e institucional, para fins de pagamento das gratificações de desempenho específicas de cada carreira, impactando diretamente na remuneração dos servidores. Esse processo ocorre, anualmente, e considera os quesitos: participação, assiduidade, espírito de equipe, eficiência, dentre outros, como critérios avaliativos do desempenho do servidor em seu ambiente de trabalho.

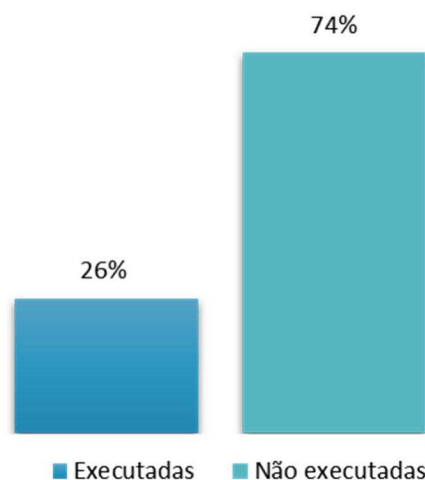
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

As ações de desenvolvimento de pessoal visam à melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; o desenvolvimento permanente do servidor público; e adequações das competências requeridas dos servidores aos objetivos e necessidades da instituição. A ESG, Censipam e HFA seguem orientações de seus respectivos planejamentos estratégicos.

Foram identificadas pelo MD 641 necessidades de ações de desenvolvimento. Dessas, 166 foram executadas, nas modalidades EAD e presencial. Registra-se que não foram executadas 475 necessidades, diante do cenário imposto pela Pandemia de COVID-19.

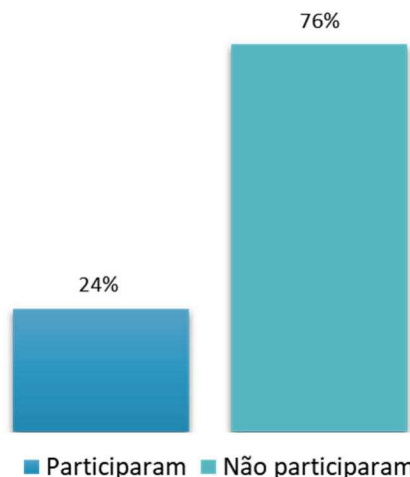
Cabe registrar as principais dificuldades enfrentadas no período para a execução das ações de desenvolvimento de pessoas, no âmbito do MD, em decorrência do período pandêmico: cancelamentos de treinamento pelas empresas/setores ou mudanças da ação; dificuldade de adaptação/adequação de alguns cursos pelas empresas, para a modalidade EAD; dificuldade de disponibilização de ações transversais, turmas fechadas no órgão (falta de condições ambientais); e restrições decorrentes dos incisos VIII e IX do art. 2º da Portaria Normativa nº 30/GM-MD/2020 (medidas de proteção no âmbito do MD, para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência do Coronavírus).

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO



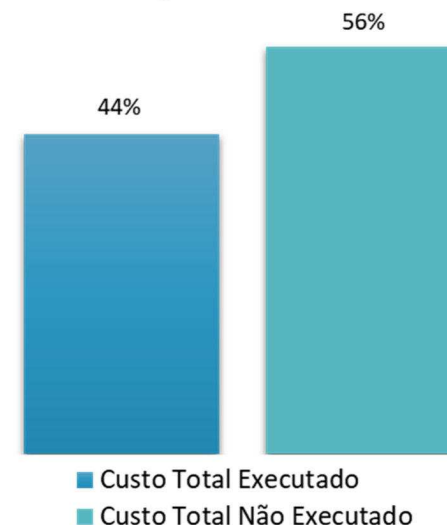
Fonte: Relatório de Execução das ações de desenvolvimento do PDP 2021.

PARTICIPANTES EM AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO



Fonte: Relatório de Execução das ações de desenvolvimento do PDP 2021.

CUSTO COM AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO



Fonte: Relatório de Execução das ações de desenvolvimento do PDP 2021.

Foram previstos R\$ 1.377.690,09 para a realização das ações de desenvolvimento no ano de 2021. Todavia, foi executado um total de R\$ 599.609,30.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO HFA EM 2021

- Atendimentos realizados: 255.488;
- Cirurgias realizadas: 2.369, sendo: 920 de pequeno porte; 1.153 de médio porte; e 296 de grande porte;
- Capacitação de 383 pessoas do HFA, sendo 123 servidores civis, 136 militares e 124 médicos residentes;
- Capacitação de cerca de 70 pessoas, entre integrantes dos Hospitais Militares de Brasília, membros da comunidade; e médicos militares (Programa de Instrução em Serviço (PIS/HFA));

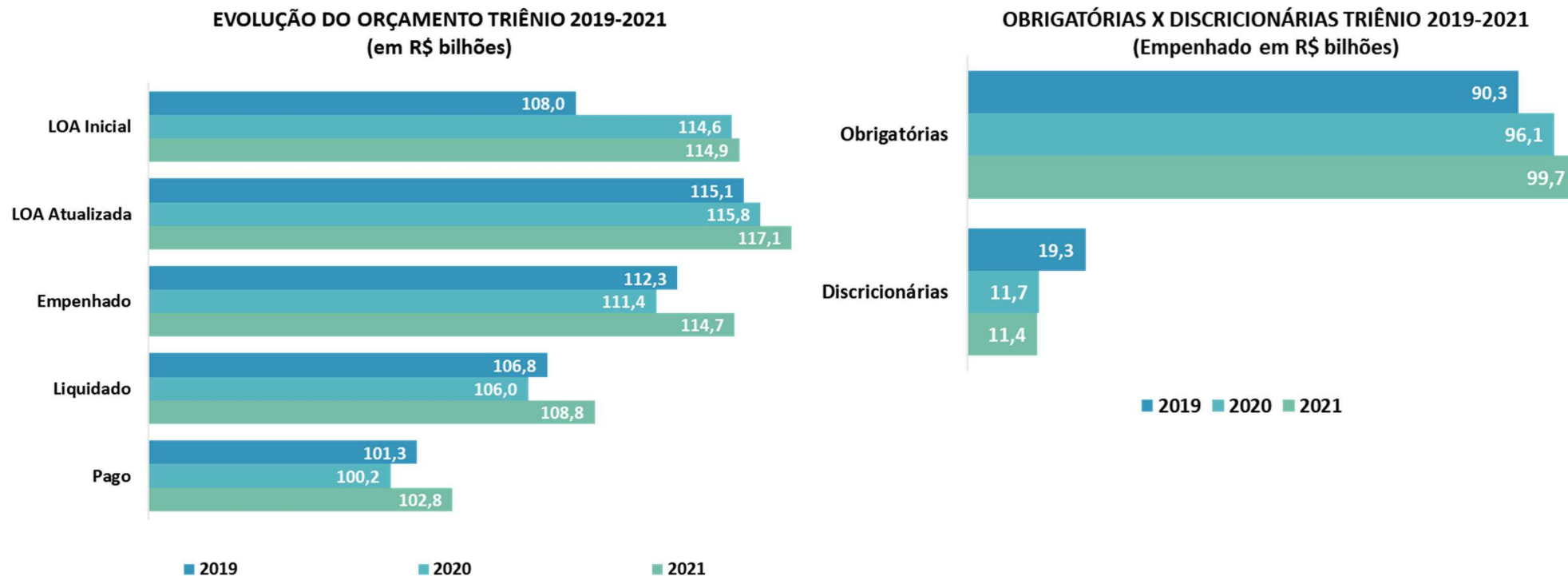
Os resultados de 2021 foram fortemente impactados pela Pandemia de Covid-19 e pela reabertura gradual de atendimentos de outras especialidades.

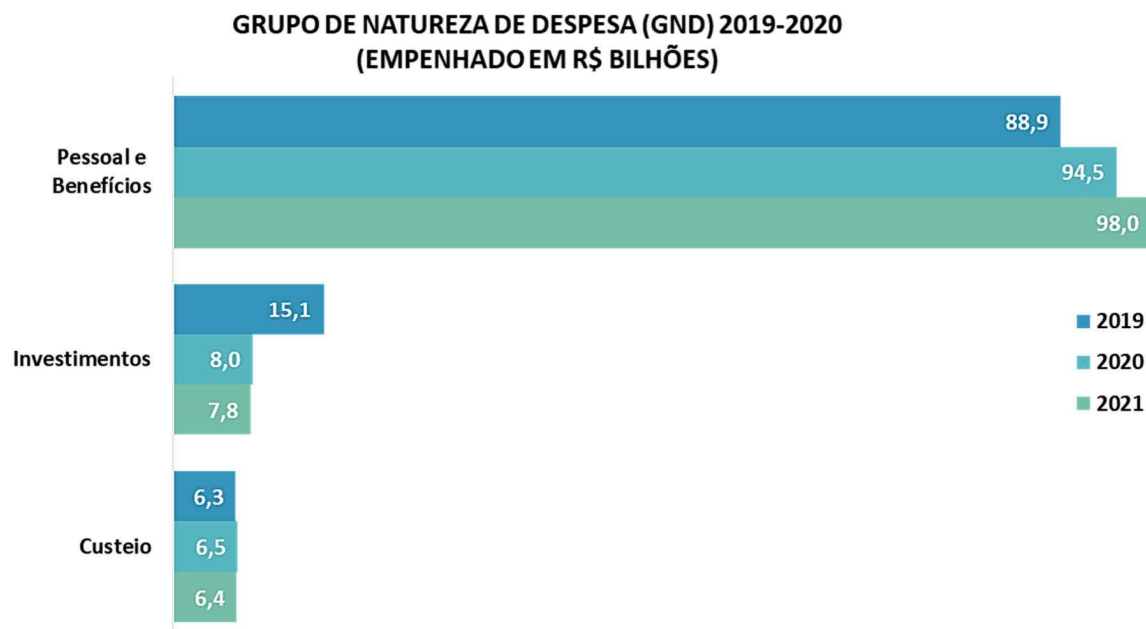
Cabe destacar que no início da pandemia, no ano de 2020, as ações foram direcionadas para a desospitalização e a preparação do HFA para um novo fluxo de atendimento específico para o novo Coronavírus. Nesse sentido, foram adotadas medidas para reduzir os atendimentos presenciais de casos não-COVID-19, viabilizando a priorização dos recursos para o enfrentamento dos casos de COVID-19. A partir da redução dos casos de COVID-19, ao final do 1º semestre de 2021, foi possível operacionalizar o retorno gradual dos atendimentos e internações de casos não-COVID-19.

3.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DEFESA – VISÃO GERAL

Esta primeira análise engloba o orçamento total do Órgão Superior Ministério da Defesa (MD), incluindo os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Já a Unidade Prestadora de Contas (UPC) Ministério da Defesa, objeto deste relatório, é composta pelas seguintes Unidades Orçamentárias: 52.101 – Ministério da Defesa – Administração Central (ACMD); 52.901 – Fundo do Ministério da Defesa (FMD); 52.902 – Fundo do Hospital das Forças Armadas (HFA) e 52.903 – Fundo do Serviço Militar (FSM). A evolução do orçamento do MD no triênio 2019-2021 está demonstrada a seguir:





Ainda no âmbito do Ministério da Defesa como Órgão Superior, no detalhamento a seguir, verifica-se o aumento das despesas obrigatórias e a redução das despesas discricionárias de 2019 a 2021. A ampliação das despesas com pessoal e benefícios decorre da aplicação da Lei nº 13.954/2019 que reestruturou a carreira militar. Em função do cenário fiscal restritivo do País, no mesmo período, os gastos com investimentos foram reduzidos e os recursos para o custeio das Forças alcançaram o patamar mínimo para manutenção das mais de 1600 Organizações Militares no país.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO POR TIPO DE DESPESA

R\$ Milhões

TIPO DE DESPESA	2019				2020				2021				VARIAÇÃO EMPENHADO	
	DOT ATUAL (A)	EMP (B)	LIQ (C)	PG (D)	DOT ATUAL (E)	EMP (F)	LIQ (G)	PG (H)	DOT ATUAL (I)	EMP (J)	LIQ (K)	PG (L)	2020/2019 M = (F/B)	2021/2020 N = (J/F)
Obrigatórias	300,83	273,68	269,18	251,64	272,88	265,78	258,16	241,53	279,78	272,31	259,49	242,02	-2,9%	2,5%
Benefícios aos servidores e militares	40,74	39,22	36,33	34,18	42,10	40,30	32,68	31,04	43,49	40,35	27,54	25,88	2,8%	0,1%
Pessoal e Encargos Sociais	260,09	234,46	232,85	217,46	230,77	225,48	225,48	210,49	236,29	231,96	231,95	216,14	-3,8%	2,9%
Demais Discricionárias	1.786,87	1.600,74	932,98	927,29	2.100,20	2.086,41	1.385,21	1.360,93	1.328,00	1.319,52	623,40	553,25	30,3%	-36,8%
Custeio	954,28	938,92	598,51	593,59	1.522,63	1.492,44	993,82	970,43	760,45	759,16	461,05	394,12	59,0%	-49,1%
Investimento	832,59	661,82	334,47	333,70	577,57	593,97	391,40	390,50	567,55	560,36	162,35	159,13	-10,3%	-5,7%
Emendas Parlamentares	211,78	207,43	0,74	0,59	450,00	448,76	4,42	3,59	569,71	569,64	60,96	57,82	116,3%	26,9%

Emendas Individuais	211,78	207,43	0,74	0,59	111,80	111,05	2,00	1,59	48,69	48,64	7,85	7,06	-46,5%	-56,2%
Emendas de Bancada					136,39	136,33	1,07	0,75	163,02	163,00	48,51	46,93	-	19,6%
Emendas de Relator					201,82	201,39	1,34	1,25	358,00	357,99	4,60	3,83	-	77,8%
Financeiras	26,77	22,96	21,96	21,96	25,68	24,84	24,84	24,84	27,85	19,87	19,85	19,85	8,2%	-20,0%
Encargos Sociais - Contribuição Patronal	26,77	22,96	21,96	21,96	25,68	24,84	24,84	24,84	27,85	19,87	19,85	19,85	8,2%	-20,0%
Reserva de Contingência					7,47				5,05				-	-
Total Geral	2.326,24	2.104,81	1.224,87	1.201,48	2.856,23	2.825,79	1.672,63	1.630,88	2.210,40	2.181,34	963,69	872,94	34,3%	-22,8%

Fonte: Tesouro Gerencial. Incluídos créditos extraordinários e despesas financeiras. Valores pagos, excluídos RAPs.

Da leitura da tabela anterior sobre a evolução do orçamento da UPC MD nos três últimos exercícios detalhada pelo tipo de despesa, classificação baseada no identificador de Resultado Primário, depreende-se que os valores executados em 2021 retornaram ao patamar de 2019, antes da Pandemia de Covid-19. Não obstante, merece destaque a redução das Despesas Discricionárias, nas quais foram alocados, em 2020, recursos provenientes de créditos extraordinários destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19, no valor de R\$ 531,3 milhões. Tais despesas, em 2021, ainda não retomaram ao nível de 2019. Já a variação positiva mais expressiva no período decorre de aporte de recursos pelo Congresso Nacional, por meio de emendas parlamentares coletivas, de bancada e de relator, resultando no incremento dos valores na LOA 2021.

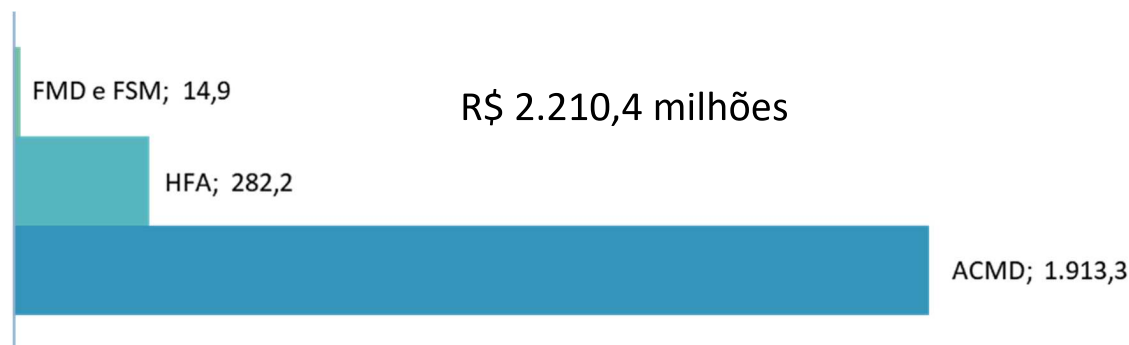
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR FUNÇÃO

R\$ MILHÕES	2019				2020				2021			
FUNÇÃO	DOT ATUAL	EMP	LIQ	PAGO	DOT ATUAL	EMP	LIQ	PAGO	DOT ATUAL	EMP	LIQ	PAGO
Defesa Nacional	2.275,4	2.054,6	1.174,7	1.154,5	2.795,8	2.776,2	1.623,1	1.584,5	2.152,1	2.130,2	912,5	825,0
Previdência Social	50,7	50,1	50,1	46,8	52,7	49,3	49,3	46,1	53,0	51,0	51,0	47,7
Encargos Especiais	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Reserva de Contingência	0,0				7,5				5,1			
TOTAL	2.326,2	2.104,8	1.224,9	1.201,5	2.856,2	2.825,8	1.672,6	1.630,9	2.210,4	2.181,3	963,7	872,9

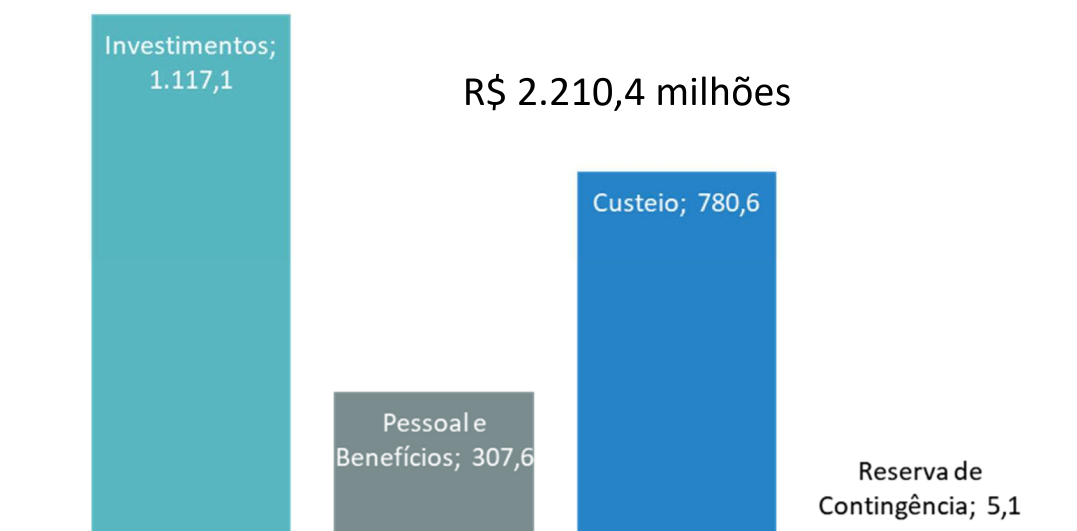
Fonte: Tesouro Gerencial. Incluídos créditos extraordinários e despesas financeiras. Valores pagos, excluídos RAP.

No detalhamento da execução orçamentária por função, são evidenciadas as áreas de atuação do setor público em que os recursos da UPC foram alocados. Destaque para a Defesa Nacional, competência institucional do MD, na qual é concentrada a maioria das despesas. A variação negativa em 2021 da Função "Defesa Nacional", está associada ao já mencionado crédito extraordinário em 2020, destinado às ações de combate ao Covid-19, que foram classificadas nessa Função.

FORMAÇÃO DO ORÇAMENTO EM 2021 – DOTAÇÃO AUTORIZADA



POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: A maior parte do orçamento da UPC (cerca de 86,6%) está concentrada na UO 52.101 Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD), tendo em vista a maior demanda dos programas e projetos da unidade. O HFA detém 12,8% dos recursos para realizar suas atividades médico-hospitalares. Os Fundos do MD e do Serviço Militar atuam em um único programa específico cada, motivo pelo qual possuem menor valor da UPC.



Fonte: Tesouro Gerencial. Incluídos créditos extraordinários e despesas financeiras.

POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA: O expressivo montante em investimentos é proveniente, em grande parte, das emendas parlamentares destinadas ao DPCN. Também contempla investimentos com aquisição de helicópteros (Projeto H-X BR). O custeio abrange, dentre outras, Operações de GLO; Operação Acolhida e Missões de Paz. O grupo de Pessoal e Benefícios inclui o pagamento dos servidores civis ativos, inativos e eventuais gratificações devidas aos militares. O volume muito inferior dos gastos com pessoal, quando comparado aos Comandos Militares, deve-se ao fato de que o pagamento dos salários do efetivo em serviço na ACMD ser custeado pelas Forças Armadas. Já a reserva de contingência é determinada pelo Ministério da Economia no momento da elaboração do PLOA.

COMPARATIVO DAS DESPESAS PAGAS POR FINALIDADE (GND E NATUREZA DA DESPESA)

GRUPO/NATUREZA DA DESPESA	2019	2020	2021
GRUPO 1 - Pessoal	239,4	235,3	236,0
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	145,5	140,4	143,0
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	38,2	39,3	39,0
Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentarias	30,8	29,0	29,2
Outras Naturezas Grupo 1	24,9	26,6	24,8
GRUPO 3 - Custeio	628,2	1.003,7	424,2
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	283,4	480,0	227,9
Material de Consumo	217,2	420,9	67,5
Passagens Despesas com Locomoção	30,6	21,2	40,5
Outras Naturezas Grupo 3	97,1	81,6	88,2
GRUPO 4 - Investimento	333,8	391,9	212,8
Equipamentos Material Permanente	310,6	370,6	195,5
Material de Consumo	15,5	7,6	5,9
Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	1,0	8,0	5,2
Outras Naturezas Grupo 4	6,7	5,7	6,3
TOTAL	1.201,5	1.630,9	872,9

R\$ Milhões

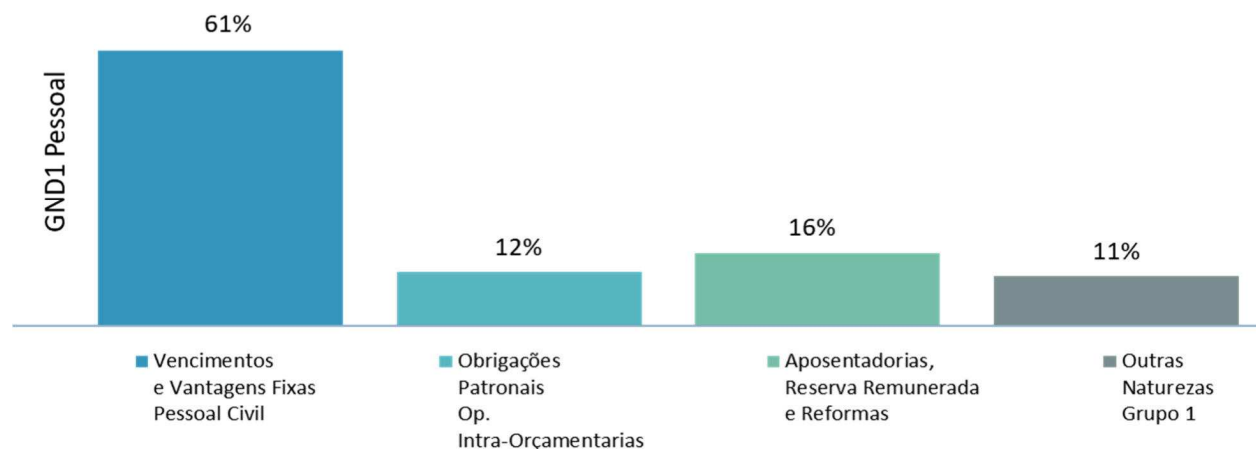
As despesas com pessoal civil se mantiveram estáveis nos últimos 3 anos, tendo em vista que não foram reajustados salários nesse período.

Redução significativa, se comparado com 2020, ano em que os gastos com o combate ao Covid-19 foram elevados. O valor executado em 2021 reflete as medidas de racionalização das despesas com manutenção e custeio da ACMD.

Redução nos investimentos, devido às restrições orçamentárias e os sucessivos déficits fiscais. Soma-se a isso as limitações impostas pela EC nº 95/2016, que impõe o teto de gastos para as despesas primárias.

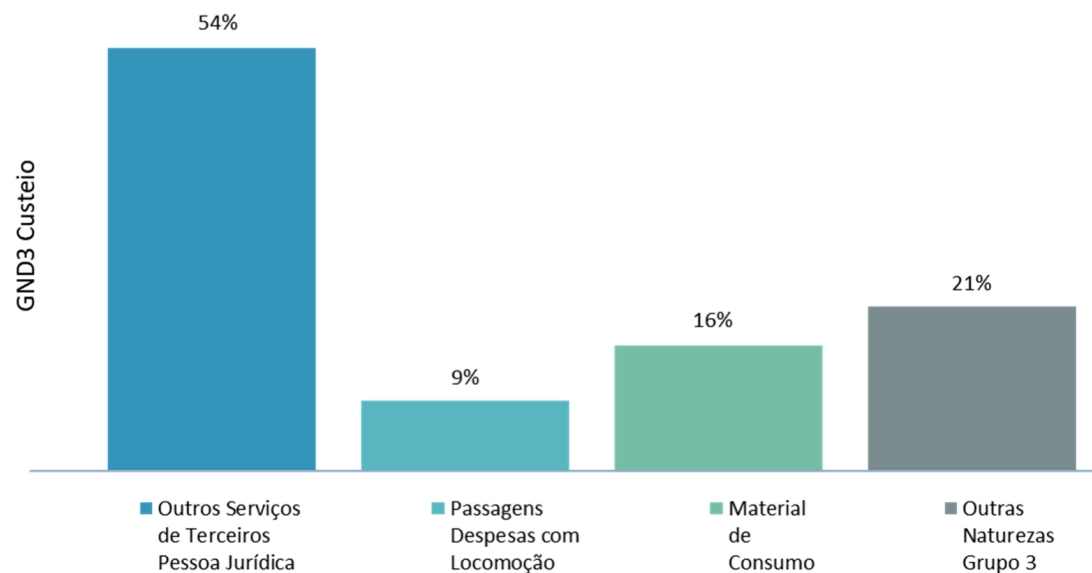
DESPESAS PAGAS EM 2021 POR FINALIDADE (GND E NATUREZA DE DESPESA) - DISCRICIONÁRIAS RP 2

DESPESAS PAGAS EM 2021 POR FINALIDADE (GND E NATUREZA DE DESPESA)
DISCRICIONÁRIAS RP 2 R\$ 236 milhões



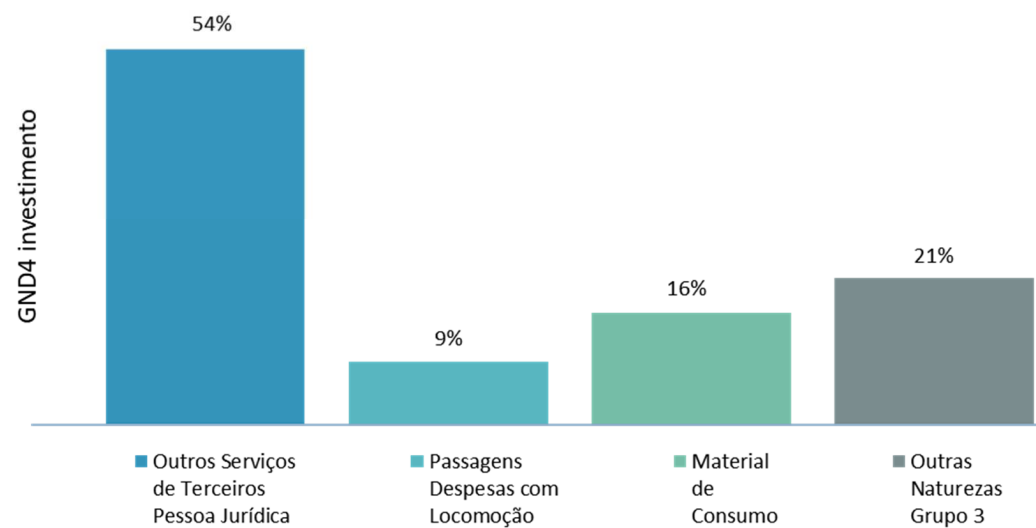
Fonte: Tesouro Gerencial – Considera o valor pago do orçamento do exercício.

DESPESAS PAGAS EM 2021 POR FINALIDADE (GND E NATUREZA DE DESPESA)
DISCRICIONÁRIAS RP 2 R\$ 424,2 milhões



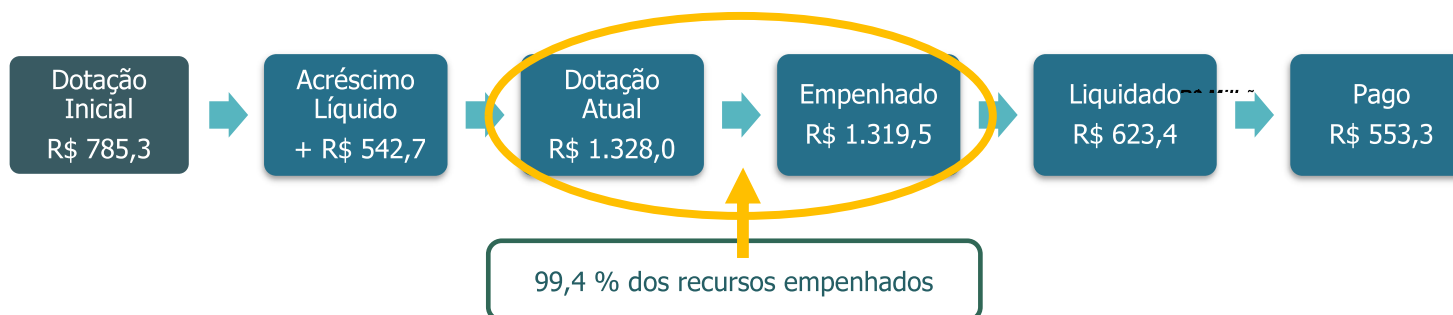
Fonte: Tesouro Gerencial – Considera o valor pago do orçamento do exercício.

DESPESAS PAGAS EM 2021 POR FINALIDADE (GND E NATUREZA DE DESPESA)
DISCRICIONÁRIAS RP 2 R\$ 212,8 milhões



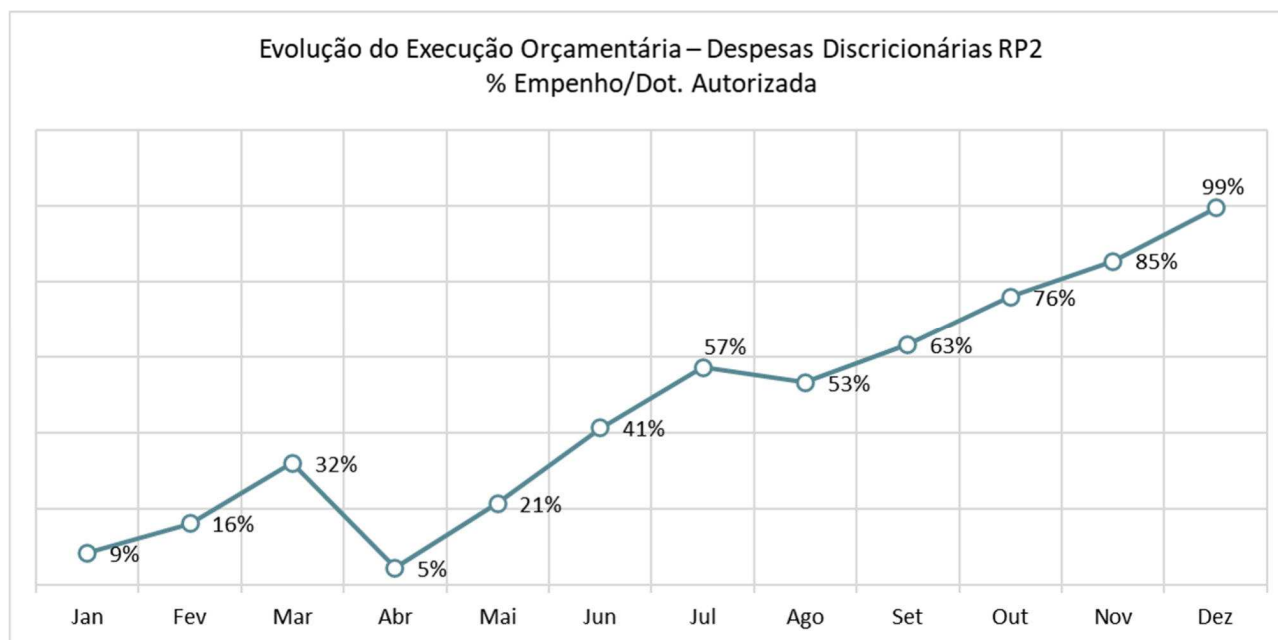
Fonte: Tesouro Gerencial – Considera o valor pago do orçamento do exercício.

DESEMPENHO ATUAL X ORÇADO – DESPESAS DISCRICIONÁRIAS – RP 2



Fonte: Tesouro Gerencial – Considera o valor pago do orçamento do exercício. Valores pagos, excluídos RAPs.

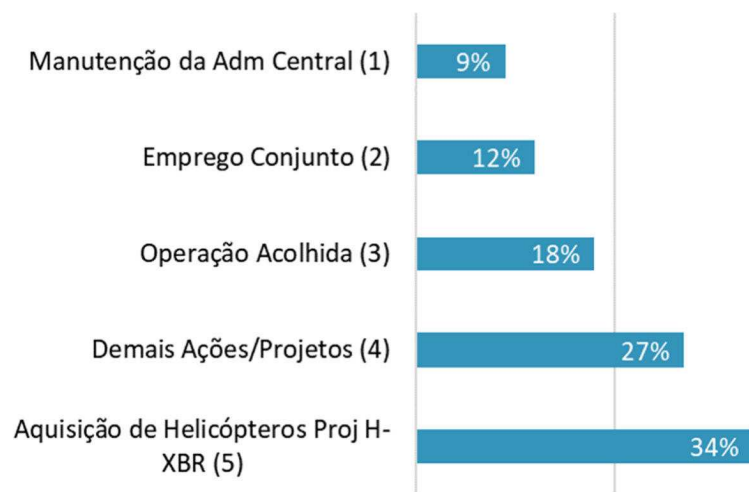
Com dotação inicial na LOA 2021 em torno R\$ 785 milhões, e após cancelamentos e suplementações ocorridas ao longo do exercício (R\$ 542,7 milhões), a ACMD alcançou mais de R\$ 1,3 bilhão de dotação disponível. Boa parte dessa suplementação foi destinada ao Programa Calha Norte e à Operação Acolhida. Com relação à execução desse orçamento, praticamente toda dotação atual foi empenhada, com 99,4% dos recursos disponíveis utilizados. Já a execução financeira foi impactada pelo ingresso tardio dessas suplementações, o que prejudicou as fases de liquidação e pagamento de algumas despesas.



Fonte: Tesouro Gerencial.

O gráfico demonstra a evolução mensal da execução das demais despesas discricionárias, identificadas pelo código identificador de Resulta Primário 2 (RP 2), exceto créditos extraordinários. O recuo no mês de abril deveu-se à sanção tardia da LOA 2021, ocorrida no dia 22 de abril de 2021. Até então, somente 1/12 das dotações de custeio eram disponibilizadas por mês.

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS COM MAIORES PAGAMENTOS DO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO – RP 2



(1)

Destinado à manutenção do funcionamento de todas as unidades da ACMD, aplica os recursos em atividades-meio necessárias à gestão e à administração dessas unidades. Medidas de racionalização dos gastos fizeram com que os gastos com essa atividade fossem reduzidos em 40% em relação a 2019. Um dos exemplos foi a implantação da usina solar fotovoltaica no prédio anexo do Ministério da Defesa, gerando energia renovável e limpa, além de proporcionar economia de recursos financeiros.

(2)

Atividade voltada para a realização de exercícios militares com a participação das Forças Armadas e intercâmbio militar com Forças Armadas de países estrangeiros. Também promove ações que intensifiquem a presença física de tropas nas áreas de fronteira. Em 2021 foram 16 operações desse tipo visando o preparo da defesa do Brasil.

(3)

Operação iniciada no ano de 2018 no Estado de Roraima em resposta ao grande fluxo migratório de venezuelanos, devido à crise política, social e econômica que assola a Venezuela. Em 2021 mais de R\$ 260 milhões foram destinados a interiorização de 19.668 imigrantes.

(4)

Nessa fatia se enquadram mais de 25 diferentes ações e projetos realizados em 2021, com cerca de R\$ 150 milhões investidos pela ACMD. Dentre eles destacam-se as operações de Garantia da Lei e da Ordem, participação do Brasil em Missões de Paz da ONU, Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia, Projeto Rondon, Programa Forças no Esporte (Profesp), Formação cívico-profissional de jovens no serviço militar obrigatório, dentre outros.

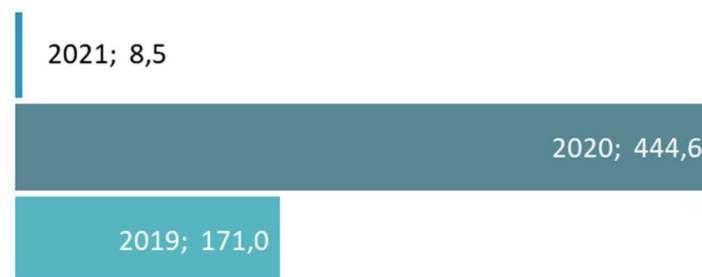
(5)

Projeto estratégico que tem por objetivo a compra, de forma centralizada, de helicópteros para serem utilizados pelos 3 Comandos Militares em ações de combate, treinamento e em ações cívico-sociais, de integração nacional, e de ajuda humanitária. Em 2021 foi entregue uma aeronave pelo consórcio EUROCOPTER/HELIBRAS, totalizando 40 unidades desde o início do Projeto.

EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

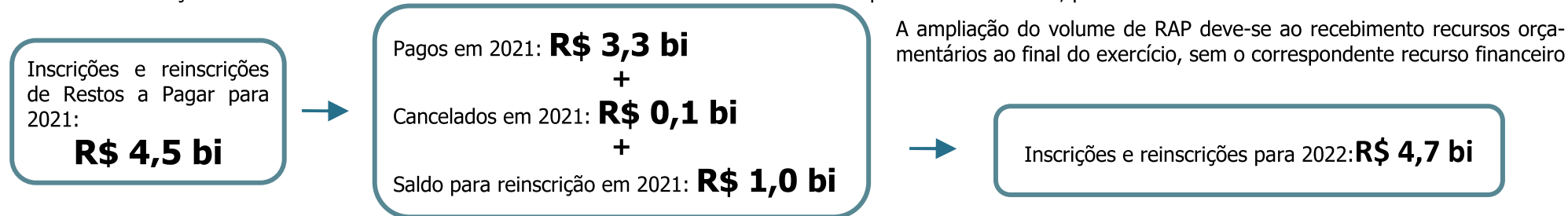
Em 2019 foi destinado crédito extraordinário para o acolhimento humanitário e interiorização dos migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras, mais conhecida como Operação Acolhida. Já no ano de 2020, por meio da edição de três Medidas Provisórias, recursos foram direcionados ao enfrentamento ao Covid-19, que demandou um montante expressivo de recursos, haja vista a situação gravíssima em que o país se encontrava, gerada pela Pandemia. No exercício de 2021, decisão cautelar, ratificada pelo Pleno do STF em 05/08/2021, determinou que o Ministério da Defesa atuasse em apoio à Polícia Federal na execução do Plano Operacional 7 TI's – ADPF 709/2020", cujo objetivo era o isolamento de invasores nas sete terras indígenas. Como as despesas com essa operação não estavam previstas na LOA 2021 e devido à atipicidade do caso, foi aberto crédito extraordinário no valor de R\$ 20,9 milhões em favor da ACMD.

Crédito Extraordinário - Valores Pagos (em R\$ milhões)

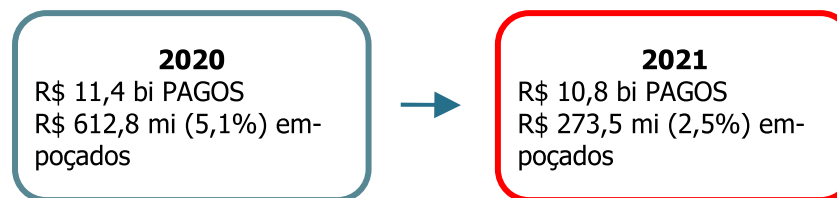
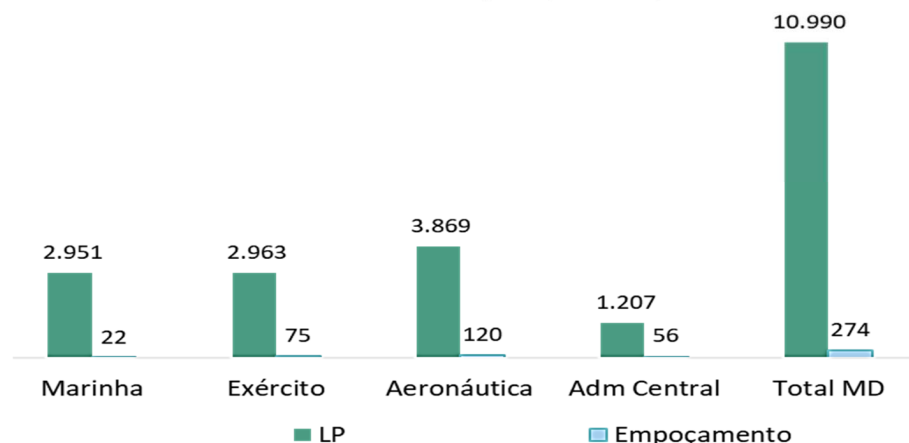


EXECUÇÃO FINANCEIRA E RESTOS A PAGAR – VISÃO GERAL

O resumo da execução financeira em 2021 de todas as unidades do Ministério da Defesa - Despesas Discricionárias, pode ser assim detalhado:



DESPESAS DISCRICIONÁRIAS TOTAIS
LIMITE DE PAGAMENTO X EMPOÇAMENTO – 2021
(Em R\$ Milhões)



- 97,5 % dos recursos disponibilizados para as Despesas Discricionárias foram utilizados.
- Redução no percentual de financeiro não executado em comparação com 2020.

Fonte: Tesouro Gerencial.

A apuração do RAP líquido da Administração Central no exercício de 2021, bem como o RAP inscrito para o exercício de 2022 são apresentados a seguir e demonstra que o montante da inscrição de RAP de um exercício para o outro foi mantido. Apesar de terem sido significativas as liquidações e os pagamentos dos RAP inscritos para 2021, novos créditos foram disponibilizados às unidades da Administração Central muito próximos ao encerramento do exercício, inviabilizando, por falta de tempo hábil, o pagamento ainda dentro do ano.

Despesa Discricionárias (R\$ Milhões)	EXECUTADO EM 2021				A EXECUTAR EM 2022
	RAP TOTA (A)	PAGOS (B)	CANCELADO (C)	RAP LÍQUIDO (D)=(A-B-C)	RAP TOTAL
	1.011	720	35	255	1.010

Com relação aos recursos financeiros, o pagamento realizado em 2021 foi bastante expressivo, haja vista que foram pagos R\$ 1,2 bilhão (excetuadas despesas obrigatórias), o que representa uma execução de 95,4% em relação ao limite de pagamento total para as despesas discricionárias estabelecido para a Administração Central. Esse resultado é fruto de permanentes gestões, por meio de ações que visam buscar a melhor eficiência possível na aplicação dos recursos concedidos à Administração Central do Ministério da Defesa.



ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Principais Realizações em 2021	No âmbito institucional, um grande avanço foi alcançado com a instituição do Comitê Técnico de Governança Orçamentária e Financeira, criado pela Port. GM-MD nº 3077/2021 . Essa comissão permanente tem por objetivo assessorar o Secretário-Geral do MD em assuntos como: o levantamento de necessidades orçamentárias e financeiras da administração central do Ministério da Defesa e dos Comandos Militares; o desenvolvimento de metodologia para a distribuição de limites orçamentários e financeiros nas fases de elaboração da proposta orçamentária e na execução do orçamento; a coordenação do processo de solicitação e recebimento de créditos e limites orçamentários adicionais; e a identificação de possíveis fontes alternativas de recursos para atender projetos e atividades do Ministério da Defesa no cumprimento de sua missão constitucional.
	Também foi realizado em 2021, o 1º Concurso de Soluções para o Orçamento de Defesa, que estimulou a interação da sociedade e da comunidade acadêmica com o tema da Defesa Nacional. Foram premiados os três melhores trabalhos apresentados.
	No orçamento, mediante gestões e com uma constante interlocução junto à equipe econômica do governo federal, foi possível o atendimento de algumas demandas por recursos adicionais como: R\$ 328 milhões para o Programa Calha Norte, R\$ 178 milhões para a

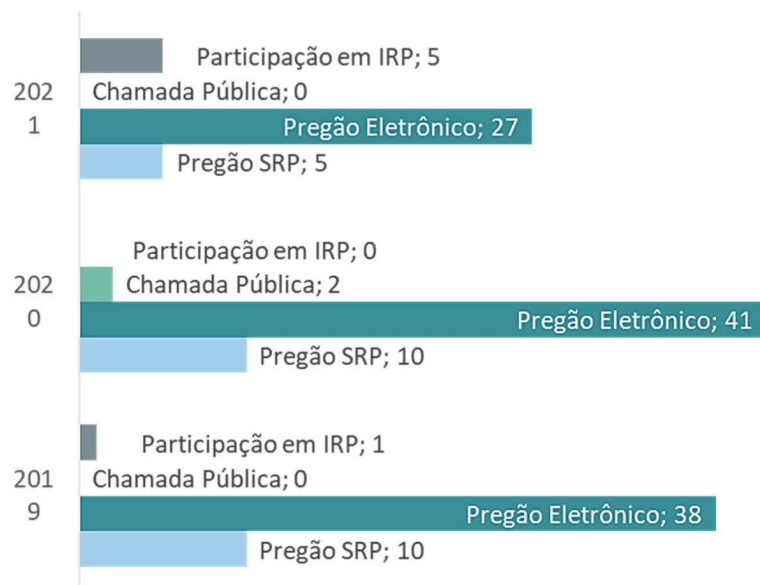
	Operação Acolhida, R\$ 34 milhões para Operações de GLO, dentre outras. Dados sobre o histórico da execução orçamentária das unidades do Ministério da Defesa estão disponíveis em https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/orcamento_financas/2022/01-atualiza-consolidado-2000-a-2022-v-ascom-dot-atualizada-e-empenhadas-janeiro.pdf .
Desafios e Perspectivas para 2022	– Propiciar aos gestores condições para que seja possível empenhar ao menos 95% das dotações orçamentárias destinadas às despesas discricionárias e pagar ao menos 95% do limite autorizado para as despesas discricionárias; – Redução do montante total de Restos a Pagar para o próximo exercício; – Elaboração do Planejamento Orçamentário 2022-2023 da Defesa, documento que formalizará para área econômica as demandas orçamentárias. Busca pelo aperfeiçoamento da metodologia de levantamento de necessidades orçamentárias da ACMD e das Forças Armadas. Aumentar o orçamento discricionário do MD no PLOA 2023; e – Concentrar esforços no estímulo ao debate e proposição de alternativas legais para o enfrentar a escassez de recursos após a instituição do Novo Regime Fiscal.

3.3 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

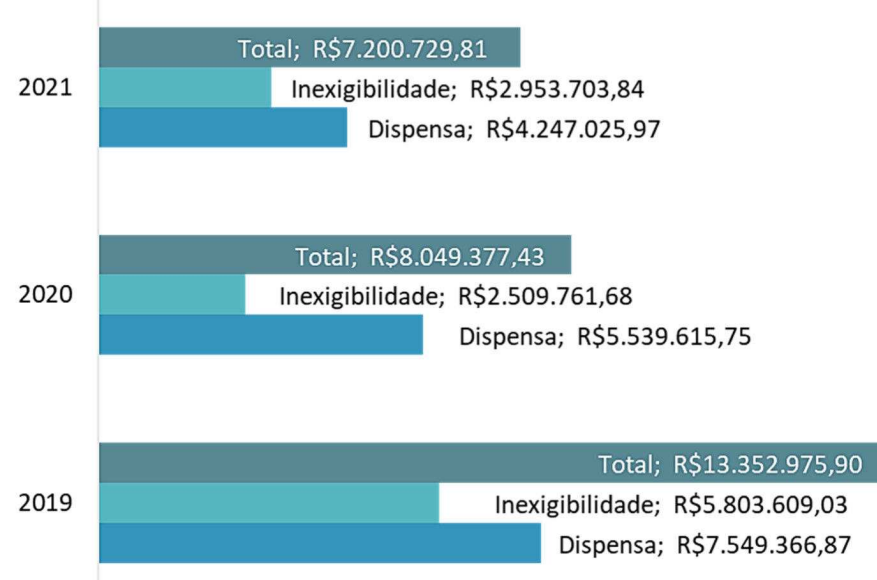
ACMD: LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2021

R\$ 1,00					
NATUREZA	TIPO	VALOR ESTIMADO	VALOR HOMOLOGADO	VALOR DIFERENÇA	ECONOMIA (%)
DIVERSOS	Custeio	11.837.261,90	9.658.188,06	2.179.073,84	18
	Investimento	101.849.178,35	97.068.233,71	4.780.944,64	5
	Subtotal	113.686.440,25	106.726.421,77	6.960.018,48	6
Alimentação	Custeio	152.680,66	132.951,44	19.729,22	13
	Subtotal	152.680,66	132.951,44	19.729,22	13
Manutenção e Reforma	Custeio	1.052.252,30	804.539,07	247.713,23	24
	Investimento	4.072.805,49	3.294.201,09	778.604,40	19
	Subtotal	5.125.057,79	4.098.740,16	1.026.317,63	20
Tecnologia da Informação e Comunicação	Investimento	2.703.157,17	2.671.400,00	31.757,17	1
	Subtotal	2.703.157,17	2.671.400,00	31.757,17	1
Subtotal Custeio		13.042.194,86	10.595.678,57	2.446.516,29	19
Subtotal Investimento		108.625.141,01	103.033.834,80	5.591.306,21	5
TOTAL		121.667.335,87	113.629.513,37	8.037.822,50	7

CERTAMES HOMOLOGADOS DO MD



CONTRATAÇÕES DIRETAS DO MD



ESG: LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2021

					R\$ 1,00
NATUREZA	TIPO	VALOR ESTIMADO	VALOR HOMOLOGADO	VALOR DIFERENÇA	ECONOMIA (%)
DIVERSOS	Custeio	983.217,88	899.718,92	83.498,96	8,5
	Investimento	1.334.558,46	1.085.632,34	248.926,12	18,6
	Subtotal	2.317.776,34	1.985.351,26	332.425,08	14,3
Alimentação	Custeio	4.745.352,80	2.312.501,88	2.432.850,92	50,9
	Subtotal	4.745.352,80	2.312.501,88	2.432.850,92	50,9
Manutenção e Reforma	Custeio	1.047.341,97	887.972,16	159.369,81	15,2
	Investimento	834.380,39	630.000,00	204.380,39	24,3
	Subtotal	1.881.722,36	257.972,16	363.750,20	19,3
Tecnologia da Informação e Comunicação	Investimento	849.748,49	707.820,00	141.928,49	16,7
	Subtotal	849.748,49	707.820,00	141.928,49	16,7
Subtotal Custeio		6.775.912,65	4.100.192,92	2.817.648,18	40,6
Subtotal Investimento		3.018.687,34	2.423.452,34	595.235,00	19,7
TOTAL		9.794.599,99	6.523.645,26	3.412.883,18	60,3

	Quantidade de Certames Homologados						TOTAL
	TRADICIONAL	SRP	COTAÇÃO ELETRÔNICA	DISPENSA	INEXIGIBILIDADE	PARTICIPAÇÕES EM IRP	
2019	5	11*	6	32	1	7	62
2020	3	16	15	36	-	16	86
2021	10	8	24	18	2	17	79
TOTAL	18	35	45	86	3	40	227

*Um SRP revogado

	Contratações Diretas			
	COTAÇÃO ELETRÔNICA	DISPENSA	INEXIGIBILIDADE	TOTAL
2019	6	32	1	39
2020	15	36	-	51
2021	24	18	2	44
TOTAL	45	86	3	134

HFA: LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2021

R\$ 1,00

NATUREZA	TIPO	VALOR ESTIMADO	VALOR HOMOLOGADO	VALOR DIFERENÇA	ECONOMIA (%)
DIVERSOS	Custeio	47.750.739,07	34.608.875,07	13.141.864,00	27,52
	Investimento	5.050.826,41	4.086.377,38	964.449,03	19,09
	Subtotal	52.801.565,48	38.695.252,45	14.106.313,03	26,72
Alimentação	Custeio	0,00	0,00		
	Subtotal	0,00	0,00		
Manutenção e Reforma	Custeio	18.315.029,89	12.888.667,76	5.426.362,13	29,63
	Investimento				
	Subtotal	18.315.029,89	12.888.667,76	5.426.362,13	29,63
Tecnologia da Informação e Comunicação	Investimento	619.894,16	306.969,00	312.925,16	50,48
	Subtotal	619.894,16	306.969,00	312.925,16	50,48
Subtotal Custeio		66.065.768,96	47.497.542,83	18.568.226,13	28,11
Subtotal Investimento		5.670.720,57	4.393.346,38	1.277.374,19	22,53
TOTAL		71.736.489,53	51.890.889,21	19.845.600,32	27,66

CERTAMES HOMOLOGADOS DO HFA

ANO	PREGÃO SRP	PREGÃO ELETRÔNICO	CHAMADA PÚBLICA	PARTICIPAÇÃO EM IRP
2019	56	10	0	128
2020	69	23	0	147
2021	54	32	0	82

Fonte: Seção de Licitação e Seção de Aquisições do HFA

CONTRATAÇÕES DIRETAS DO HFA (R\$)

ANO	DISPENSA	INEXIGIBILIDADE	TOTAL
2019	391.050,15	63.311.563,20	63.702.613,35
2020	5.310.781,27	7.836.849,83	13.147.631,10
2021	27.733.821,26	8.561.593,68	36.295.414,94

Fonte: [Painel de Compras - Governo](#)

CENSIPAM: LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2021

R\$ 1,00

NATUREZA	TIPO	VALOR ESTIMADO	VALOR HOMOLOGADO	VALOR DIFERENÇA	ECONOMIA (%)
DIVERSOS	Custeio	1.497.320,82	1.128.494,07	368.826,75	24,63%
	Investimento	662.310,00	448.851,64	213.458,36	32,23%
	Subtotal	2.159.630,82	1.577.345,71	582.285,11	26,96%
Alimentação	Custeio	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	-
Manutenção e Reforma	Custeio	2.752.654,89	2.480.288,03	272.366,86	9,89%
	Investimento	-	-	-	-

	Subtotal	2.752.654,89	2.480.288,03	272.366,86	9,89
Tecnologia da Informação e Comunicação	Investimento	2.363.823,01	1.063.489,90	1.300.333,11	55,01
	Subtotal	2.363.823,01	1.063.489,90	1.300.333,11	55,01
Subtotal Custeio		4.249.975,71	3.608.782,10	641.193,61	15,09
Subtotal Investimento		3.026.133,01	1.512.341,54	1.513.791,47	50,02
TOTAL		7.276.108,72	5.121.123,64	2.154.985,08	29,62

CERTAMES HOMOLOGADOS	2019		2020		2021	
	QNT	VALOR	QNT	VALOR	QNT	VALOR
PREGÃO SRP	-	-	4	5.960.278,32	1	1.063.489,90
CHAMADA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-
PREGÃO ELETRÔNICO	13	4.378.709,01	30	15.410.133,54	10	4.057.633,74
PARTICIPAÇÃO EM IRP	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13	4.378.709,01	34	21.370.411,86	11	5.121.123,64

CONTRATAÇÕES DIRETAS	2019	2020	2021
DISPENSA	8.216.314,08	4.976.878,06	4.781.903,61
INEXIGIBILIDADE	7.558.320,18	442.759,39	370.606,28
TOTAL	15.774.634,26	5.419.637,45	5.152.509,89

3.4 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

GOVERNANÇA DE TIC

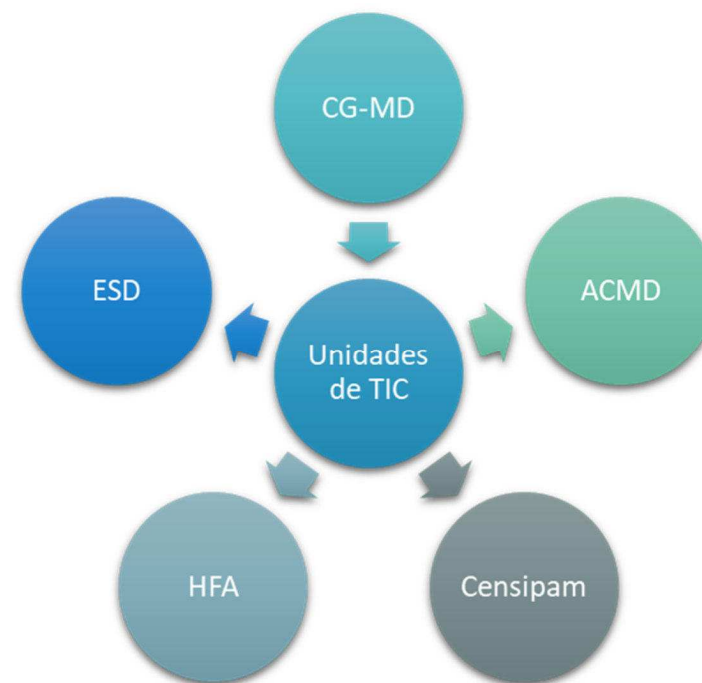
A Secretaria-Geral do MD (SG), a ESG, o HFA e o Censipam possuem estruturas próprias de TIC, tecnicamente independentes, sendo que a estrutura da SG atende também ao EMCFA-MD. Cabe destacar que o EMCFA faz gestão de duas redes independentes que estão à serviço das operações militares, a Rede Operacional e a Rede de Inteligência.

No que se refere à governança de TIC, a administração central do MD (ACMD) tem um Comitê de Governança Digital e o HFA e a ESG possuem instâncias próprias responsáveis pela governança de TIC.

No Censipam o Comitê Interno de Governança do Censipam - CIG-CENSIPAM trata, entre outros assuntos, de governança digital e de segurança da informação.

O Comitê de Governança digital da administração central do MD – CGD, instituído pela Portaria Normativa nº 54/GM-MD/2020, tem a finalidade de assessorar a alta administração da Pasta nos temas afetos às estratégias de governança digital e à governança de tecnologia da informação e comunicação e abrange a SG, com todos os órgãos que a integram, o EMCFA e o Censipam.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2020-2023, aprovado pelo CGD e homologado pela Portaria GM-MD nº 5.120, de dezembro de 2021, abrange todos os órgãos do MD, exceto o HFA; o Censipam; e a ESG; que possuem seus próprios PDTIC.



RECURSOS APLICADOS EM TIC

ADM CENTRAL	GRUPO DE DESPESA	2019		2020		2021	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
	Investimento	370.995,00	370.995,00	6.131.230,00	6.131.230,00	6.739.054,00	309.904,60
	Custeio	5.429.268,00	5.389.361,54	5.000.285,00	4.597.494,99	4.161.004,00	1.478.321,29
	Total	5.800.263,00	5.760.356,54	11.131.515,00	10.728.724,99	10.900.058,00	1.788.225,89

Fonte: SIAFI 2021

CENSIPAM	GRUPO DE DESPESA	2019		2020		2021	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
	Investimento	2.213.096,00	7.700,00	3.018.428,92	1.926.430,00	936.499,90	26.500,00
	Custeio	8.541.993,64	7.323.472,02	3.910.069,82	3.035.099,33	5.875.299,50	2.317.733,49

	Total	10.755.089,64	7.331.172,02	6.928.498,74	4.961.529,33	6.811.799,40	2.344.233,49
--	-------	---------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

Fonte: SIAFI 2021

ESG	GRUPO DE DESPESA	2019		2020		2021	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
	Investimento	590.084,00	590.084,00	565.967,48	565.967,48	221.923,50	221.923,50
	Custeio	171.574,78	171.574,78	35.200,17	35.200,17	113.642,46	113.642,46
	Total	761.658,78	761.658,78	601.167,65	601.167,65	335.565,96	335.565,96

Fonte: SIAFI 2021

HFA	GRUPO DE DESPESA	2019		2020		2021	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
	Investimento	69.430,00	54.155,00	84.840,00	-	2.081.632,94	-
	Custeio	1.566.672,81	1.199.027,37	167.805,24	689.300,86	1.640.059,83	1.136.338,98
	Total	1.636.102,81	1.253.182,37	1.762.891,24	689.300,86	3.721.692,77	1.136.338,98

Fonte: SIAFI 2021

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

UNIDADE	OBJETO	VALOR (R\$) (12 MESES)
ADM CENTRAL	Aquisição de solução de backup para atender necessidades de realização de cópias de segurança e recuperação de dados	321.400,00
	Contratação direta da Empresa Dígito para a execução de serviços de suporte técnico à solução de Comunicação Segura Unificada (central telefônica IP, central multimídia UNA) e seus respectivos periféricos (30 meses)	571.174,80
	Aquisição de ativos de rede e de software de gerenciamento, treinamento e instalação da solução	2.350.000,00
	Aquisição de desktops	3.285.000,00
	Aquisição de Notebooks	686.800,00
CENSIPAM	Solução de segurança de redes compostas de firewall corporativo — Next Generation Firewall (NGFW).	1.036.989,90
	Conexão ao <i>Backbone</i> da Rede Nacional de Pesquisas – RNP (TED com MCTI firmado em dezembro/2020, execução iniciada em 2021).	142.500,00
ESD	Manutenção do serviço de licenciamento e suporte do Firewall na ESD	17.200,00
ESG	Serviços de licenciamento, garantia e suporte para FIREWALL tipo 2. UTM Blockbit 1000- licença advanced.	64.000,00
ESG/ESD	Solução para Proteção de Terminais - Antivírus, Serviços de Instalação /desinstalação/ configuração da Solução de Antivírus e com garantia de 48 meses.	113.730,00
	Serviço continuado de empresa especializada em locação de impressora corporativa com acesso via rede local (suporte, toner, substituição / reparo).	285.036,00

	soluções através do software cisco webex para web conferência e streaming de vídeo no modelo saas (software as a service), com instalação, configuração e suporte técnico.	35.900,00
HFA	Aquisição de "Firewall - solução de segurança da informação, composta por plataformas de comutação, filtros de dados e de gestão de aplicação e criptografia" para Divisão de Tecnologia da Informação do HFA.	1.682.250,00
	Aquisição de licenças de VMWare para a Divisão de Tecnologia da Informação do Hospital das Forças Armadas - HFA	399.382,94
	Aquisição de Switches SAN e placas de rede para servidores visando atender as necessidades da Divisão de Tecnologia da Informação do Hospital das Forças Armadas.	284.969,00
	Aquisição de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o Hospital das Forças Armadas	3.051.289,00

CONTRATOS EM EXECUÇÃO, MAIS RELEVANTES

UNIDADE	OBJETO	VALOR (R\$) (12 MESES)
ADM CENTRAL	Ferramentas de produtividade e infraestrutura Microsoft	2.500.000,00
	Suporte técnico à solução de Comunicação Segura Unificada (central telefônica IP, central multimídia UNA) e seus respectivos periféricos	228.469,92
	Serviço de fornecimento de Solução de Rede sem Fio (Wi-Fi) tipo "outsourcing".	105.082,08
	Serviço de atualização de licenças e assistência técnica para solução integrada de segurança McAfee em operação na Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD)	395.650,74
	Serviço de garantia para equipamentos firewall Palo Alto 3020 e 3050 com atualização, suporte técnico especializado	570.219,61
CENSIPAM	Terminais de Comunicação vis Stéllite (Programa Gesac). Obs: TED com o Ministério das Comunicações Vigência no período de 01/10/2019 a 31/12/2023.	12.384.475,50
	Terminais de comunicação via satélite e transportável Contrato 13/2020 (Telebrás).	2.518.099,57
	Aquisição de uma antena de rastreo e recepção multissatelital de observação da terra, de 11,3 metros de diâmetro, com o pedestal, para recepção de dados transmitidos por satélites ópticos e de radar de abertura sintética (SAR), com recepção em bandas K, X e S e transmissão em banda S.	5.800.214,02
	Aquisição de uma antena de rastreo e recepção multissatelital de observação da terra, de 7,3 metros de diâmetro, com o pedestal e radome, para recepção de dados transmitidos por satélites ópticos e de radar de abertura sintética (SAR), com recepção em bandas X e S e transmissão em banda S.	3.699.951,00
ESD	Manutenção do serviço de licenciamento e suporte do Firewall na ESD	17.200,00
ESG	Serviços de licenciamento, garantia e suporte para FIREWALL tipo 2. UTM Blockbit 1000- licença advanced	64.000,00
ESG/ESD	Solução para Proteção de Terminais - Antivírus, Serviços de Instalação / desinstalação / configuração da Solução de Antivírus e com garantia de 48 meses.	113.730,00
	Soluções através do software cisco webex para web conferência e streaming de vídeo no modelo saas (software as a service), com instalação, configuração e suporte técnico..	35.900,00
	Serviço continuado de empresa especializada em locação de impressora corporativa com acesso via rede local (suporte, toner, substituição/resparo).	285.036,00

HFA	Aquisição de "Firewall - solução de segurança da informação, composta por plataformas de comutação, filtros de dados e de gestão de aplicação e criptografia" para Divisão de Tecnologia da Informação do HFA.	1.682.250,00
	Aquisição de licenças de VMWare para a Divisão de Tecnologia da Informação do Hospital das Forças Armadas - HFA	399.382,94
	Aquisição de Switches SAN e placas de rede para servidores visando atender as necessidades da Divisão de Tecnologia da Informação do Hospital das Forças Armadas.	284.969,00
	Aquisição de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o Hospital das Forças Armadas	3.051.289,00

PRINCIPAIS INICIATIVAS DE TIC

UNIDADE	AÇÃO	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
ADM CENTRAL	Reativação do CGD	– Aprimoramento da Governança de TIC; – Aderência às orientações do TCU; – Emprego judicioso do orçamento público em TIC
	Renovação dos servidores de produção, empregando novas tecnologias (Hiperconvergência) e realocação destes equipamentos em sítios separados.	– Gestão e melhoria na disponibilidade e na continuidade dos serviços de TIC; – Incremento na segurança das informações institucionais digitais; – Modernização do parque tecnológico dos CPDs da ACMD; – Padronização de soluções de TIC; – Otimização do consumo de energia; – Mitigação da necessidade de oferta de refrigeração, com consequente redução no consumo de energia; – Maior confiabilidade nos equipamentos e softwares que compõem a infraestrutura para virtualização; – Melhoria na eficiência do processamento e armazenamento dos dados; – Redução da possibilidade de indisponibilidade de serviços críticos e essenciais aos usuários; e – Redução do risco de indisponibilidade dos ativos em virtude da falta de garantia e suporte especializado em tempo hábil.
	Manutenção das soluções para home office.	– Fomento à cultura do teletrabalho; – Manutenção das atividades de toda a ACMD, apesar da necessidade em se evitar aglomerações em função do estado de pandemia.
	Ampliação da ação do ETIR	– Emprego efetivo da ETIR após preparação técnica dos seus membros.
	Apoio do COMDCIBER na pesquisa de resiliência cibernética dos ativos de TIC da ACMD	– Redução substancial nos riscos de invasão e de introdução de vírus.
CENSIPAM	Painel do Fogo	– O Pannel do Fogo visa subsidiar o acionamento das equipes de combate ao fogo na Amazônia e no Pantanal e tem como propósito a qualificação da informação acerca de incêndios e queimadas, o acionamento das equipes de campo de forma assertiva, evitar falsos positivos e conhecer a realidade da situação que será combatida.
ESG	Montar uma ETIR	– - Aprimoramento da Segurança de TIC;e – - Aderência às orientações do GSI.

	Fomentar conhecimento sobre Segurança da Informação, através da criação da Política de Segurança da Informação e Comunicações da ESG (POSIC).	- Aprimoramento da Segurança de TIC; - Conscientizar os usuários sobre Segurança de TIC.
	Apresentação de necessidade de elevar a qualificação de pessoal em TIC	- Pessoal de TIC mais qualificado; - Atender demandas técnicas de TIC.
	Apresentação de projeto de reestruturação do Data Center e solicitação de aquisição de ar-condicionados novos.	- Manter Data Center em plenas condições de funcionamento, evitando intercorrências
ESD	Identificação e mapeamento dos processos na DTIC	
	Processo para Construção de um Centro de Processamento de Dados (CPD) iniciado	- Elaboração do Projeto Básico
	Prontificação da rede segura entre MD e ESD	- Precondição solicitada pela DETIC/MD para continuar apoiando a ESD em TIC - Incremento na segurança dos dados entre a ESD e Defesa
	Embarque de pessoal de TIC capacitado	- Aprimoramento no nível de suporte ao usuário final - Incremento na execução de projetos de TIC na ESD
HFA	Contratação de técnicos de suporte e Programadores	- Promoção da melhoria das condições de trabalho; - Recomposição da força de trabalho.

TECNOLOGIA NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA (MD)

Visando mitigar os impactos causados pela pandemia do coronavírus (COVID-19), e mantendo o cumprimento das metas e dos objetivos estabelecidos, a **ACMD** disponibilizou uma plataforma de trabalho remoto, possibilitando o acesso dos servidores a uma quantidade de recursos e serviços que antes só estavam disponíveis na rede interna.

Plataforma de Colaboração do Microsoft Teams

- 1600 licenças distribuídas para uso

Sistema UNA – Comunicação Segura

- 600 licenças distribuídas

ADDSERVER (acesso remoto aos recursos computacionais da intranet do Ministério da Defesa)

- 4 licenças (permitindo acesso de 500 usuários simultâneos)

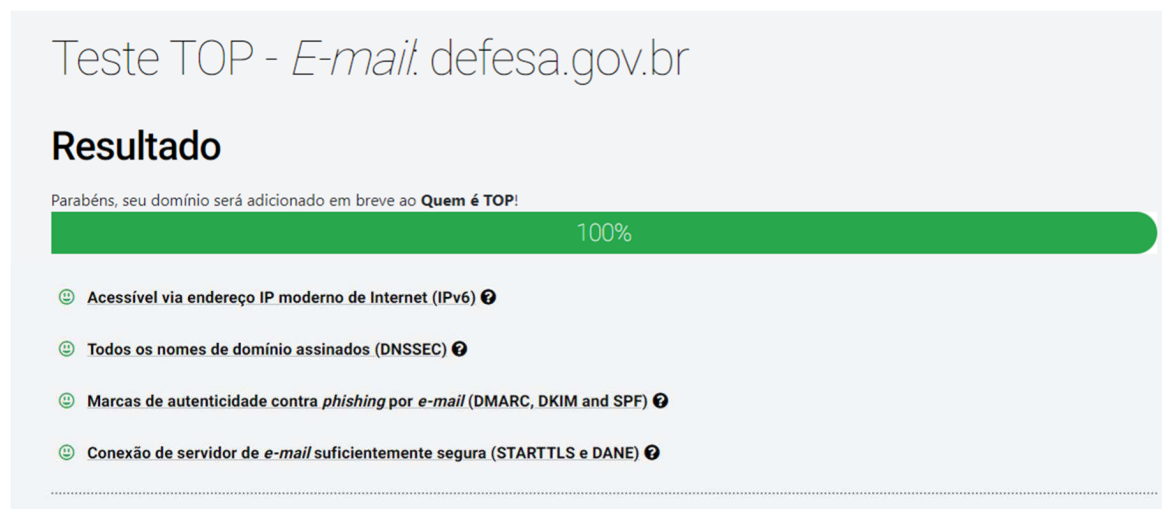
Para o enfrentamento à pandemia foram adotadas as seguintes providências pelos demais órgãos:

UNIDADE	AÇÃO
CENSIPAM	o Censipam disponibilizou tecnologias de videoconferência em nuvem aos servidores em trabalho remoto, bem como o acesso seguro à rede interna por meio de conexão VPN.
ESG	A ESG adotou as seguintes medidas: parte dos cabos de rede da Escola foi substituída, de 100MB para 1GB, elevando a capacidade de tráfego, melhorando as condições de teletrabalho, seja através de Ensino a distância (EAD) e/ou de reuniões administrativas; desenvolvimento de um site interno para controle de casos de COVID-19 e acompanhamento do risco de contaminação; e atualização do Sistema de EAD e exportação para um Servidor mais robusto, propiciando maior disponibilidade e estabilidade.
HFA	O HFA desenvolveu uma ferramenta para atendimento virtual, com a utilização de um chatbot, para agilizar os processos de atendimento de chamados entre a área fim e a área meio. O processo de atendimento não exige interação humana, sendo iniciado na forma de troca de mensagens entre o profissional da área fim (os médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e outros) e o robô de atendimento, disponibilizado na intranet do HFA. O atendimento virtual via chatbot evita o deslocamento do profissional de saúde até o setor de TI, evitando qualquer possibilidade de contato físico e disseminação do coronavírus.

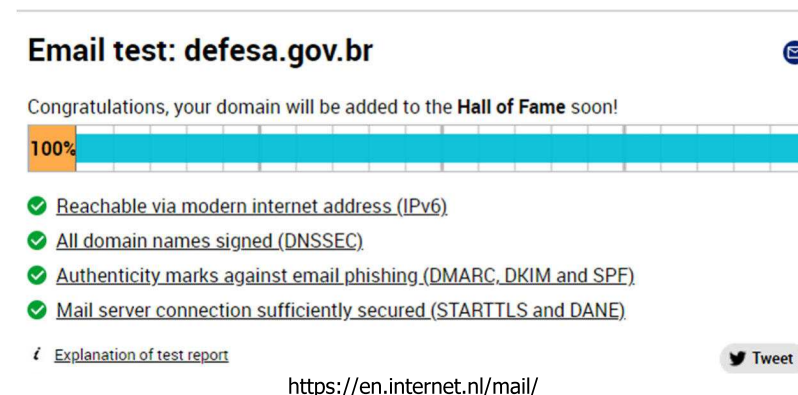
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Em um ano marcado pelo aumento dos ataques cibernéticos direcionados aos órgãos governamentais do Brasil, a proteção à rede administrativa da **ADM CENTRAL** demandou esforços adicionais voltados ao aprimoramento dos controles de segurança de TI já implementados, bem como, à realização de novas parcerias visando maior proteção e aumento da maturidade de Segurança da Informação.

Foi possível obter, em 2021, 100% de conformidade com os padrões técnicos, protocolos e configurações de segurança do domínio defesa.gov.br, para o envio e recebimento de e-mails, conforme indicativos abaixo:



<https://top.nic.br/mail/>



Foi dada continuidade à campanha de conscientização dos servidores em Segurança da Informação e Comunicações, com minicursos, recomendações de segurança, boletins informativos e a realização de simulações de ataques para conseguir informações confidenciais (ataques phishing controlados), tudo com vistas a orientar e preparar os servidores, encerrando-se o 1º ciclo realizado em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Por meio da parceria com o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), do Comando do Exército, que coordena e integra as atividades de defesa cibernética no âmbito do MD, foram realizadas diversas atividades visando o mapeamento das infraestruturas críticas de TIC e o levantamento dos riscos cibernéticos da rede administrativa da ACMD. Esse trabalho produziu relatórios importantes que demonstram o retrato atual e a maturidade de Segurança da Informação da ACMD.

A Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais da administração central do Ministério da Defesa (ETIR-ACMD), em cumprimento à sua atribuição de prevenção a ataques cibernéticos produziu, em 2021, 51 relatórios de vulnerabilidade, emitiu 12 alertas de caráter geral e respondeu a 11 notificações. A equipe de sobreaviso da ETIR-ACMD, responsável por monitorar ativos críticos fora do expediente do MD, teve a sua operação iniciada em 01/02/2021. Em 2021 não foram detectados incidentes de segurança da rede administrativa da ACMD.

Outro avanço que merece destaque foi a implementação de fator de autenticação adicional no acesso remoto à ACMD, de forma a garantir que esse acesso seja efetivamente realizado por colaborador devidamente autorizado.

Por fim, seguem informações adicionais consolidadas sobre o trabalho de Segurança de TI realizado, referente ao ano de 2021:

	1800 estações de trabalho protegidas.		165 certificados digitais (tokens) emitidos. *Participação de todas as Gerências
	130 servidores protegidos		1.338 mini cursos de phishing concluídos.
	1.547 malwares e vírus bloqueados no trâmite de e-mails. 9.669 phishing bloqueados. 232.135 spams retidos em quarentena.		2 contratos renovados (7 ferramentas de segurança).
	2 portais defesa.gov.br protegidos. 16 Sistemas defesa.gov.br protegidos.		111.188 capturas de tela monitoradas. 1.248.788 dispositivos removíveis plugados e monitorados. 4.915.073 movimentações de arquivos monitoradas (drives de rede). 17.100.314 movimentações de arquivos monitoradas (dispositivos removíveis).
	11notificações/recomendações emitidas pela ETIR. 12alertas emitidos pela ETIR. 51 relatórios de vulnerabilidades emitidos pela ETIR.		0 relato ou registro de defacement nas páginas e sistemas suportados pelo DETIC
			0 relato ou registro de ramsonware nos ativos suportados pelo DETIC

UNIDADE	AÇÃO
CENSIPAM	No Censipam foi implantada uma nova solução de segurança, o Next Generation Firewall (NGFW).

ESG	A ESG adotou as seguintes medidas: implementação de política de troca de senha a cada 60 dias; elevação do número de palestras de conscientização; publicação de textos informativos sobre o assunto na homepage (INTRANET); divulgação da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC); criação da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais - ETIR, possibilitando melhor acompanhamento das vulnerabilidades.
HFA	Com vistas a ampliar as capacidades de acessos remotos e da segurança desses acessos o HFA adquiriu uma nova solução de Next-Generation Firewall e revisou as permissões de acessos e as credenciais dos usuários.
ESD	A ESD colocou em produção a rede segura de TIC entre a escola e a ACMD e incrementou a realização de palestras de conscientização sobre a segurança da informação.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES PARA 2022

UNIDADE	AÇÃO
ADM CENTRAL	– Continuidade das ações voltadas ao aperfeiçoamento da Infraestrutura de TIC, em cenário de orçamento reduzido e de aumento das demandas por TIC; – Incremento da força de trabalho da área de TIC e da capacitação técnica do pessoal; – Avançar na implementação das ações planejadas no PDTIC (2020-2023), em apoio ao Plano de Transformação Digital (PTD), ao Plano de Dados Abertos (PDA) do MD e às necessidades e prioridades do órgão; – Contratação de novas ferramentas de Segurança em TI (IDS/IPS, anti-Virus, anti-SPAM, Firewall, etc); – Prosseguimento no Projeto Estratégico de Aperfeiçoamento da Infra- estrutura de TIC (aperfeiçoamento da Rede de Dados, lançamento de nova fibra óptica interligando o MD ao CCA-BR/7CTA); – Sustentação e aperfeiçoamento dos Sistemas de Informação e das ferramentas de produtividade; – Elevação dos Índices de Maturidade em “Segurança da Informação” e “Privacidade-LGPD”; – Apoio à adequação do MD à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); – Integração do servidor do UNA com as demais Forças; – Ampliação no uso das ferramentas institucionais (UNA e MS TEAMS) para mensagens instantâneas e videoconferência; – Implementação do duplo fator de autenticação (2FA) em sistemas e serviços publicados na Internet; e – Ampliação na prestação de serviços de TIC por meio de Terceirização. – Mudança para modelo de contrato de Interveniência na contratação com a RNP.
ESG	– Implementar um sistema de climatização e reestruturação do Data Center, com o objetivo de obter melhor disposição física e evitar intercorrências nos servidores da Rede; – Aquisição de novos servidores de rede, a fim de substituir servidores com idade de uso avançada e fora da garantia, além de prover a uniformização e melhor gerenciamento dos serviços; – Fomentar a cultura de Segurança da Informação na ESG; – Buscar a aquisição da licença perpétua do Zimbra, com a finalidade de prover maior segurança e disponibilidade de maior número de serviços; – Efetuar a renovação do Firewall; – Aquisição de novos racks com fechamento para maior segurança da rede; – Aquisição de sensores de fumaças para os recursos computacionais considerados críticos; – Aquisição de um sistema anti-spam, com o intuito de prover maior segurança no e-mail; – Aquisição de um sistema inteligente de monitoramento de incidentes na rede ESG; – Capacitar o time da TIC; – Reformular a política de backup; e

	– Buscar a atualização da central telefônica de analógica/digital/VOIP para totalmente VOIP.
HFA	– Contratar técnicos especialistas, possibilitando o aperfeiçoamento do suporte 24/7 no primeiro, segundo e terceiro níveis; – Modernizar a infraestrutura física da rede de dados, por meio da implantação da rede GPON; – Contratar uma nova solução de backup; e – Reestruturar o CPD.
ESD	– Melhorar a infraestrutura e o suporte de TIC; – Revitalizar as salas e equipamentos de videoconferência; e – Modernizar a infraestrutura de Wifi.

3.5 GESTÃO PATRIMONIAL, DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

ADM CENTRAL

Gestão Patrimonial, de Infraestrutura e Logística

Valor total aplicado em 2021
R\$ 21.93 Mi

Investimentos e Equipamentos R\$
2.13 Mi

Obras e instalações R\$
19.8 Mi

VALOR GASTO COM MANUTENÇÃO PREDIAL (R\$ Milhão)	2019	2020	2021
Valor gasto com manutenção predial	4,6	4,8	5,5
Quantidade de imóveis geridos	2	2	2
Administração Próprios Nacionais Residenciais			
VALOR GASTO COM MANUTENÇÃO PREDIAL (R\$ Milhão)	2019	2020	2021
Quantidade de imóveis geridos	3,3 Mi	1,9 Mi	2,2 Mi
Principais Casos de Desfazimento de Bens	416	423	447
Desfazimento de ativos e desmobilizações	2019	2020	2021
Quantidade de bens doados/cedidos	3.934	1.926	2.216
Valor R\$	1.6 Mi	3.7 Mi	2.3 Mi

ÓRGÃO / ENTIDADE		QDE. DE ITENS	VALOR (R\$ Mil)	TIPO DE MATERIAL
2021	Hospital Militar de Área de Brasília	40	55,5	Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação
	Instituto ABBA PAI	374	165,3	Aparelhos e Equipamentos de Comunicações Máquinas e Equipamentos Energéticos Máquinas e Equipamentos Gráficos Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação Aparelhos e Utensílios Domésticos Máquinas e Utensílios de Escritório Mobiliário em Geral Coleções e Materiais Bibliográficos Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto.
2020	Colégio Estadual (CE) Roberto Coelho Pedrosa	164	99	Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, Materiais Eletroeletrônicos, Mobiliários em geral e Aparelhos de ar condicionado.
	Instituto ABBA PAI	144	69	Mobiliário em geral
2019	Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás	2	128	Veículos
	Hospital Naval de Brasília	121	52	Aparelhos de Medição e Orientação, Equipamentos de Processamento de Dados, Máquinas e Equipamentos Elétricos

*Os valores referem-se ao valor patrimonial de aquisição

CENSIPAM

De acordo com dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), em 2021 foram empenhados R\$ 48.662.719,00 – sendo R\$ 8.460.001,00 em investimentos e equipamentos e R\$ 40.202.718,00 em serviços de engenharia e outros serviços continuados.

TOTAL DE RECURSOS APLICADOS EM 2021 (R\$ 1,00)	
GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS
Investimento	8.460.001,00
Custeio	40.202.718,00
Total	48.662.719,00

ADMINISTRAÇÃO PREDIAL CENSIPAM (R\$ 1,00)	2019	2020	2021
Gastos com manutenção predial	16.255.611,04	4.072.256,12	5.786.141,49
Quantidade de imóveis geridos	4	4	4

DESPESAS COM CONTRATOS DE MANUTENÇÃO NO CENSIPAM (R\$ 1,00)	2019	2020	2021
TOTAL	3.392.454,14	1.403.140,55	1.557.213,23

DESAFIZAMENTO DE ATIVOS E DESMOBILIZAÇÕES (R\$ 1,00)	2019	2020	2021
Quantidade de bens doados/cedidos	672	391	432
Valor	10.516.433,96	1.080.072,48	2.277.203,95

PRINCIPAIS CASOS DE DESAFIZAMENTO DE BENS (R\$ 1,00)		QDE. DE ITENS	VALOR	TIPO DE MATERIAL
2021	Instituto Nova Ágora de Cidadania – INAC	225	342.397,26	Informática, comunicação e eletrônicos obsoletos
	5º Batalhão de Engenharia de Construção	2	199.330,30	Veículos ociosos
2020	Instituto Nova Ágora de Cidadania – INAC	297	810.222,08	Informática, comunicação e eletrônicos obsoletos
	Estado-Maior da Ala 8 – Comando da Aeronáutica	8	56.050,00	Aparelhos de ar-condicionado ociosos
2019	Metal Norte Rondônia LTDA	62	7.576.984,25	Comunicação (VSATs obsoletas e desativadas)
	Centro Social Salesiano Dom João Batista Costa	424	563.536,34	Informática, comunicação e eletrônicos obsoletos

Fonte: SIAFI. *Os valores referem-se ao valor patrimonial de aquisição

ESG

De acordo com dados extraídos do SIAFI, em 2021 foram empenhados R\$ 15,70 milhões – sendo R\$ 1,09 milhão em investimentos e equipamentos e R\$ 14,61 milhões em serviços de engenharia e outros serviços continuados.

Conforme consta do SIADS, não houve desfazimento de bens em 2021.

TOTAL DE RECURSOS APLICADOS EM 2021 (R\$ Milhão)	
GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS
Investimento	1,09
Custeio	14,61
Total	15,70

ADMINISTRAÇÃO PREDIAL CENSIPAM (R\$ Milhão)	2019	2020	2021
Gastos com manutenção predial	1,88	3,86	5,82
Quantidade de imóveis geridos	5	5	5

DESPESAS COM CONTRATOS DE MANUTENÇÃO NO CENSIPAM (R\$ Milhão)	2019	2020	2021
TOTAL	1,88	3,86	5,82

DESFAZIMENTO DE ATIVOS E DESMOBILIZAÇÕES (R\$ Milhão)	2019	2020	2021
Quantidade de bens doados/cedidos	-	-	-
Valor	-	-	-

Conforme consta do SIADS, não houve desfazimento de ativos em 2021.

HFA

De acordo com dados extraídos do Tesouro Gerencial, em 2021 foram empenhados R\$ 78.201.176,51 milhões, sendo R\$ 20.495.822,49 milhões em investimentos e equipamentos e R\$ 57.705.354,02 milhões em serviços de engenharia e outros serviços continuados, bem como demais despesas em custeio. Os dados são pertinentes a execução dos recursos consignados na LOA 2021 à Unidade Orçamentária 52902 - FUNDO DE ADM. DO HFA.

TOTAL DE RECURSOS APLICADOS EM 2021 (R\$ Milhão)	
GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS
Investimento	20,5
Custeio	57,7
Total	78,2

ADMINISTRAÇÃO PREDIAL CENSIPAM (R\$ Milhão)	2019	2020	2021
Gastos com manutenção predial	2,8	2,7	1,5
Quantidade de imóveis geridos	1	1	1

A tabela não contempla as despesas empenhadas com recursos descentralizados ao HFA.

ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS (R\$ Milhão)	2019	2020	2021
Gastos com manutenção predial	2,7	1,4	2,8
Quantidade de imóveis geridos	477	477	477

A tabela não contempla as despesas empenhadas com recursos descentralizados ao HFA.

DESPESAS COM CONTRATOS DE MANUTENÇÃO NO CENSIPAM (R\$ Milhão)	2019	2020	2021
TOTAL	5,5	4,1	4,3

- Totalizadas as despesas empenhadas com manutenção hospitalar e manutenção de PNR.
- Nos períodos em apuração houve um prestador contratado para o serviço de manutenção predial;

DESFAZIMENTO DE ATIVOS E DESMOBILIZAÇÕES (R\$ 1,00)	2019	2020	2021
Quantidade de bens doados/cedidos	279	921	679
Valor	422.053,11	1.654.258,38	982.226,25

Os valores referem-se ao valor patrimonial de aquisição

PRINCIPAIS CASOS DE DESFAZIMENTO DE BENS (R\$ 1,00)	QDE. DE ITENS	VALOR	TIPO DE MATERIAL
---	---------------	-------	------------------

2021	PREFEITURA MUNICIPAL DE VALPARAISO DE GOIÁS – CNPJ 01.616.319/0001-09	1	177.619,05	EQUIPAM/UTENSÍLIOS, MÉDICOS, HOSP (Aparelho de Raio-X marca VMI, modelo Arco Cirúrgico Cenus)
2020	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PLANALTINA DE GOIÁS – CNPJ 04.394.880/0001-89	1	439.900,00	EQUIPAMENTO, MÉDICOS, HOSPITALAR (ARCO CIRURGICO MÓVEL, DIGITAL, GERADOR E TUBO RAO X 1,5 OHM MONITORES E VIDEO 15 E 17” 220V EM “C”, PLENO.0003503192)
2019	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO – CNPJ 00.394.700/0014-22	8	78.623,02	EQUIPAM/UTENSÍLIOS, MÉDICOS, HOSP, MAT/INFORMÁTICA, COMUNICAÇÃO

*Os valores referem-se ao valor patrimonial de aquisição

ESD

A Escola Superior de Defesa (ESD) foi criada pelo Decreto 10.806, de setembro de 2021, e foi ativada oficialmente em novembro do mesmo ano. As movimentações e atos de cunho orçamentário, financeiro e patrimonial de 2021 foram centralizados pelo Campus ESG-Rio, na UG 110402.

ADMINISTRAÇÃO PREDIAL CENSIPAM (R\$ Milhão)	2019	2020	2021
Gastos com manutenção predial	-	-	1,539
Quantidade de imóveis geridos	-	-	1

A tabela não contempla as despesas empenhadas com recursos descentralizados ao HFA.

DESPESAS COM CONTRATOS DE MANUTENÇÃO NO CENSIPAM (R\$ Milhão)	2019	2020	2021
TOTAL			1,539

DESAFIZAMENTO DE ATIVOS E DESMOBILIZAÇÕES	2019	2020	2021
Quantidade de bens doados/cedidos	-	-	-
Valor			

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS NA GESTÃO PATRIMONIAL, DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

UNIDADE	AÇÃO
ADM CENTRAL	- Fortalecer o processo de orientação aos servidores sobre os procedimentos de gestão patrimonial; - Promover ações de conscientização do bom uso dos bens públicos; - Realizar o desfazimento dos bens inservíveis; - Cumprir mais uma etapa da modernização das instalações prediais; - Otimizar o espaço físico ocupado pelo MD; - Acompanhar e implementar novas ações e tecnologias de redução de consumos.
ESG	
CENSIPAM	

	– Manter o controle da gestão de bens patrimoniais móveis e imóveis do Centro de Coordenação Geral (CCG) e auxiliar os Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho, em face do limitado quadro de pessoal; e – Modernização das instalações físicas e renovação do mobiliário. – Prosseguir com o recebimento e regularização patrimonial dos bens móveis e imóveis adquiridos por ocasião da criação do Projeto SIVAM utilizados pelo Censipam; e – Efetuar o desfazimento dos bens móveis, sistemas e equipamentos pendentes de recebimento, após a incorporação, regularização dos registros patrimoniais e contábeis ou autorização do DECEA.
HFA	– Construção de uma ETE (Estação de tratamento de Esgoto) para tratamento e reaproveitamento da água que sai da Lavanderia e vai para o esgoto sanitário; – Implantação do processo de coleta seletiva de lixo; – Intensificar a campanha de redução de consumo de água e de energia elétrica; – Prosseguir com a substituição de torneiras comuns por torneiras com válvula e com a instalação de bacias sanitárias com caixa acoplada e descarga dual flux de acionamento automático no Hospital todo; – Desmembramento da água do HFA com o INCOR DF.

3.6 GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PRÁTICAS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE ADOTADO NAS CONTRATAÇÕES

Na ACMD, foram adotados critérios e práticas de sustentabilidade, como a exigência de produtos com selo de baixo consumo de energia e aquisição de produtos de maior durabilidade. Além disso, há previsão de critérios e práticas de sustentabilidade na fase de planejamento das contratações, bem como nas demais fases, considerando os normativos vigentes, como o Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012 e o Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017.

No âmbito da ESG, foram adotados critérios e práticas de sustentabilidade em todas as contratações, sejam elas de fornecimento de materiais ou prestação de serviços. Os materiais fornecidos ou utilizados nos serviços devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável. Além disso, as empresas contratadas devem adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, assim como devem observar a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades.

No âmbito do HFA, foram adotados critérios e práticas de sustentabilidade, merecendo destaque as aquisições e contratações sustentáveis, com prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

Na ACMD é realizada a coleta seletiva de lixo em diferentes escalas. Em 2021, houve contratação de empresa responsável pela coleta e adequação do descarte dos rejeitos orgânicos e secos, bem como de cooperativas para coleta dos resíduos recicláveis.

O Censipam evita ao máximo o manuseio de resíduos poluentes, mas quando não se pode evitar a utilização de tais substâncias, como baterias, óleo lubrificante e combustíveis, são realizados todos os procedimentos para o descarte sustentável.

A ESG tem uma empresa contratada responsável pela coleta seletiva de lixo, pela separação e pelo descarte sustentável, rejeitos orgânicos e secos, de acordo com a legislação em vigor.

No âmbito do HFA, os resíduos da construção civil são descartados em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente. Os motores das subestações de energia foram substituídos por motores mais modernos e menos poluentes.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

ADM CENTRAL

Visando a redução do consumo de papel e por meio do contrato de OUTSOURCING, foram instaladas “ilhas de impressão” nos dois prédios administrativos da ACMD com a redução do número de impressoras e com o controle do número de cópias por equipamento, resultando na redução do número de impressões.

Os banheiros e vestiários dos prédios administrativos da AC/MD já contam com torneiras com temporizadores e descargas com controle/redutores de vazão, que contribuem para redução de consumo de água

Consumo de papel

2021:

3.063 resmas

Consumo de água

2021:

20.091 m³



CONSUMO DE ÁGUA (M³)



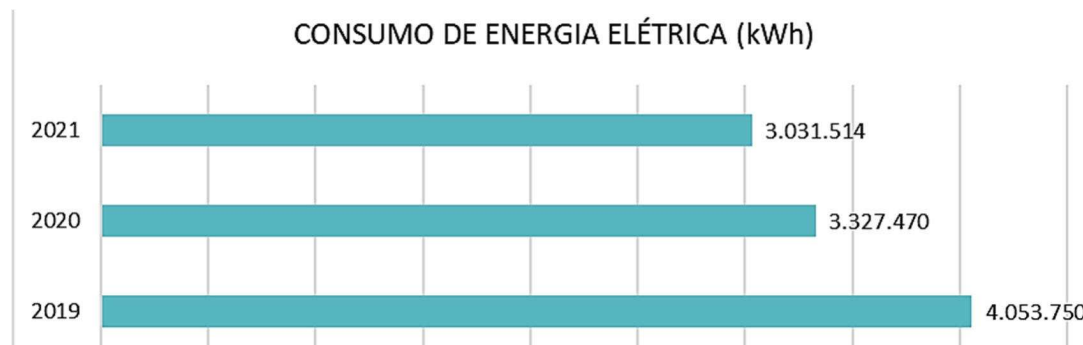
Na ACMD, no tocante à redução do consumo de energia, houve a substituição de aparelhos de ar-condicionado por aparelhos de menor consumo energético e a troca de lâmpadas tubulares e fluorescentes por lâmpadas de led.

Além disso, a recente instalação da Usina Fotovoltaica, que produz energia limpa e de fonte renovável, vem contribuindo sobremaneira para a redução dos gastos com energia. A economia em virtude da geração própria em 2021 foi de R\$ 221,9 mil.

Consumo de energia

2021:

3,031,514 kWh



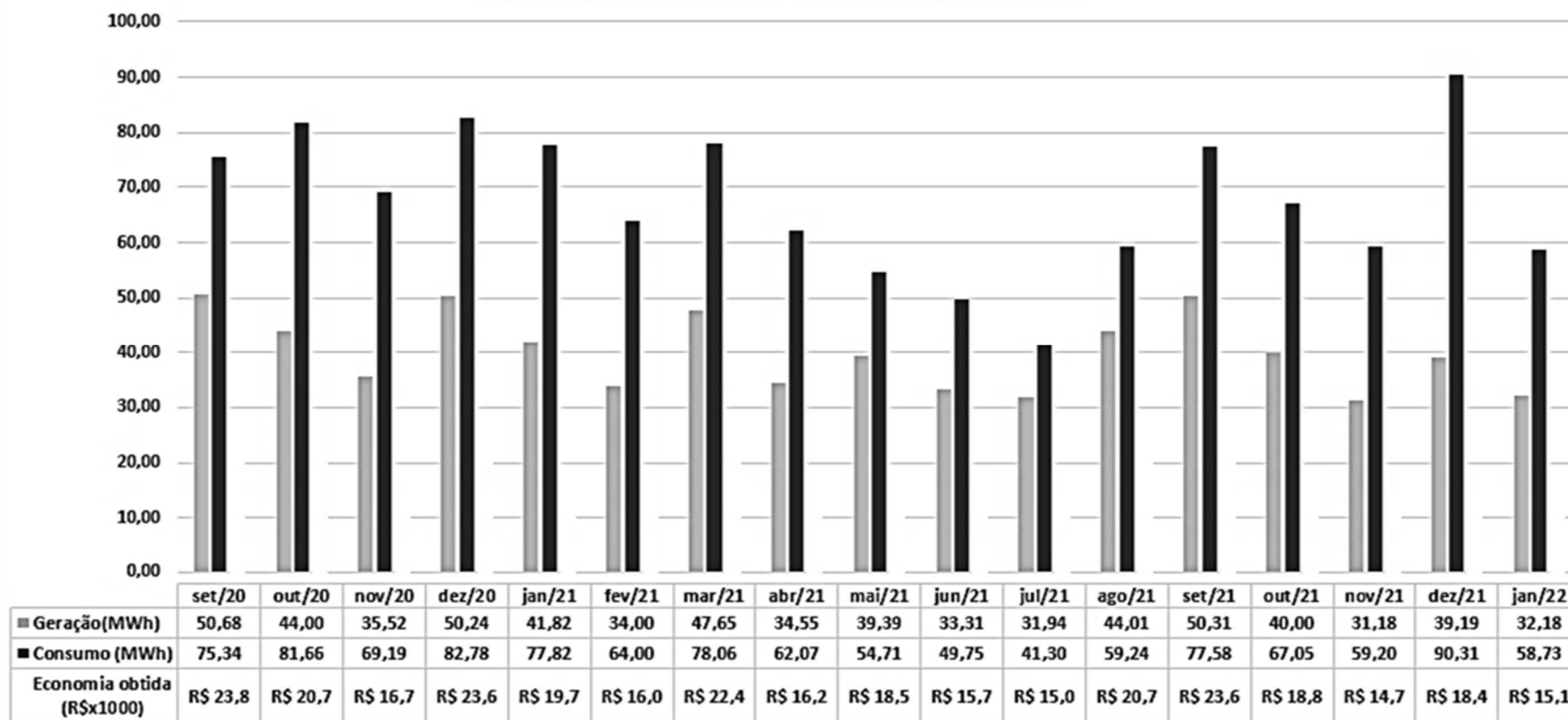
Usina Fotovoltaica Ed. Anexo MD (vista superior)

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	2019	2020	2021
Produção da Usina Fotovoltaica kWh	n/a	281.163	467.330
Economia em virtude da geração própria R\$	n/a	143,3 Mil	221.9 Mil



Usina Fotovoltaica – Ed. Anexo MD

Dados da Usina Solar Fotovoltáica do MD



Energia Total	Faturamento Total	Valor do investimento	% Retorno
679,97 MWh	R\$ 319,6 MIL	R\$ 2.437.000	13%

*Valores não consideram o período de testes do sistema

Benefícios Ambientais	
	Redução das Emissões de CO2 302.313,25 kg
	Equivalente a Árvores Plantadas 9.023,13

CENSIPAM

O **Censipam** está avançando para também ter produção de energia fotovoltaica. Foi instalada uma usina de energia fotovoltaica no Centro Regional de Porto Velho, cujo funcionamento foi iniciado no final de dezembro de 2021. Com isso, somente em 2022 será possível realizar uma análise com relação à economia nos gastos com energia. Encontra-se em fase final de processo licitatório a contratação de empresa para instalação de uma usina de energia fotovoltaica no Centro de Coordenação Geral do Censipam, localizado em Brasília.

O Centro de Coordenação Geral (CCG) do Ceniapm, em Brasília, já possui contrato de *outsourcing* de impressão e está em fase de contratação do mesmo serviço para os Centros Regionais de Belém/PA, Manaus/AM e Porto Velho/RO. No Censipam são feitos esforços contínuos buscando o uso racional de recursos naturais e dos bens públicos, as licitações sustentáveis e a adequada gestão dos resíduos sólidos.

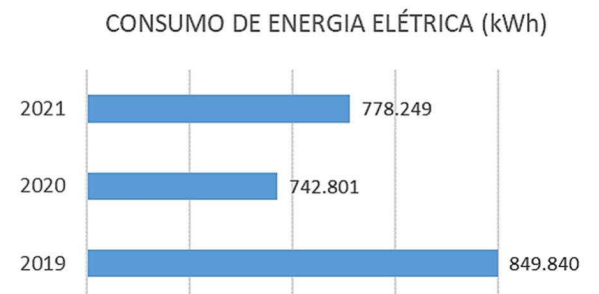
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (FORA DE PONTA + PONTA)	2019	2020	2021
TOTAL (KWH)	6.371.664	5.643.380	6.254.319

CONSUMO DE ÁGUA	2019	2020	2021
TOTAL (M³)	1.500	1.270	1.405

CONSUMO DE PAPEL	2019	2020	2021
TOTAL (RESMAS)			272

ESG

A ESG adotou e continua adotando uma série de medidas voltadas à redução do consumo de energia elétrica, como: utilização racional dos equipamentos, em especial, dos aparelhos de ar condicionados, da iluminação dos ambientes, dos equipamentos de tecnologia da informação, dos elevadores, dos chuveiros elétricos e das cafeteiras elétricas; assim como limitar a permanência dos integrantes da Escola após o horário de expediente, permitindo apenas nos casos de necessidade do serviço ou em casos excepcionais. Vale destacar que vem sendo realizada a troca de lâmpadas tubulares e fluorescentes por lâmpadas de led.



Na ESG foram adotadas medidas com vistas à redução do consumo de água, como: existem pessoas encarregados pela verificação e manutenção rotineiras das diversas instalações hidráulicas, com vistas a evitar desperdícios. Periodicamente são realizadas ações voltadas à conscientização dos integrantes da escola com relação aos cuidados básicos referentes ao fechamento de torneiras e à utilização racional de chuveiros e outras instalações, a fim de evitar excesso de consumo e desperdícios.

Com a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), do contrato de OUTSOURCING, com a instalação de "ilhas de impressão" nos diversos prédios da administrativos da escola, reduzindo ainda mais o número de impressoras, e do controle do número de cópias por equipamento, foi verificado uma significativa redução no consumo de papel.

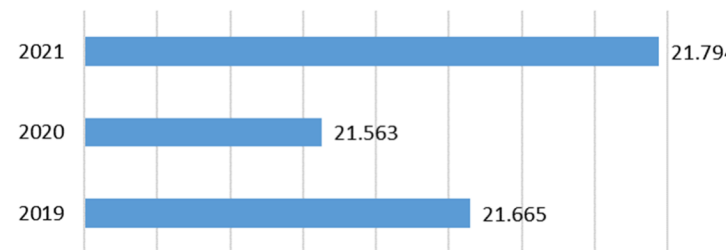
HFA

No tocante à redução do consumo de energia, merecem destaque as seguintes medidas: substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas eletrônicas de LED e troca de aparelhos de ar condicionado tipo Janela por modelo "SPLIT", mais econômicos; otimização do funcionamento da bomba de água, reduzindo seu consumo de energia.

Os banheiros do prédio do HFA já contam com torneiras de válvula de acionamento automático, bacias sanitárias com caixa acoplada dual flux. Houve redução das regas das áreas jardins no período de seca usando água proveniente do poço artesiano. Iniciativas de redução de consumo de água proveniente do poço artesiano para abastecer a lavanderia do Hospital.

Tem sido realizadas ações no âmbito do HFA voltadas à redução do consumo de papel, como racionalizar as solicitações de papel, orientar a impressão nos dois lados do papel e fomentar o uso consciente

CONSUMO DE ÁGUA (M³)



Consumo de papel 2021:

761 resmas



CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (FORA DE PONTA + PONTA) TOTAL (KWH)	2019	2020	2021
	P: 948566 Fp: 9633798 10.582.364	P: 868472 Fp: 8948595 9.817.067	P: 854064 Fp: 8869803 9.723.867

CONSUMO DE ÁGUA	2019	2020	2021
TOTAL (M³)	147.517	108.256	125.950

Consumo de papel 2021:

4.828 resmas



INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CAPÍTULO 4

4.1 PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS, CONTAS OU GRUPO DE CONTAS

EVIDENCIAÇÃO DA SITUAÇÃO E DO DESEMPENHO FINANCEIRO, ORÇAMENTÁRIO E PATRIMONIAL DA GESTÃO NO EXERCÍCIO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em 2021, as despesas empenhadas na Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD) atingiram a cifra de R\$ 1,4 bilhão, o que representa um crescimento de 43,10% quando comparado ao exercício de 2020, conforme pode ser observado no Quadro ao lado.

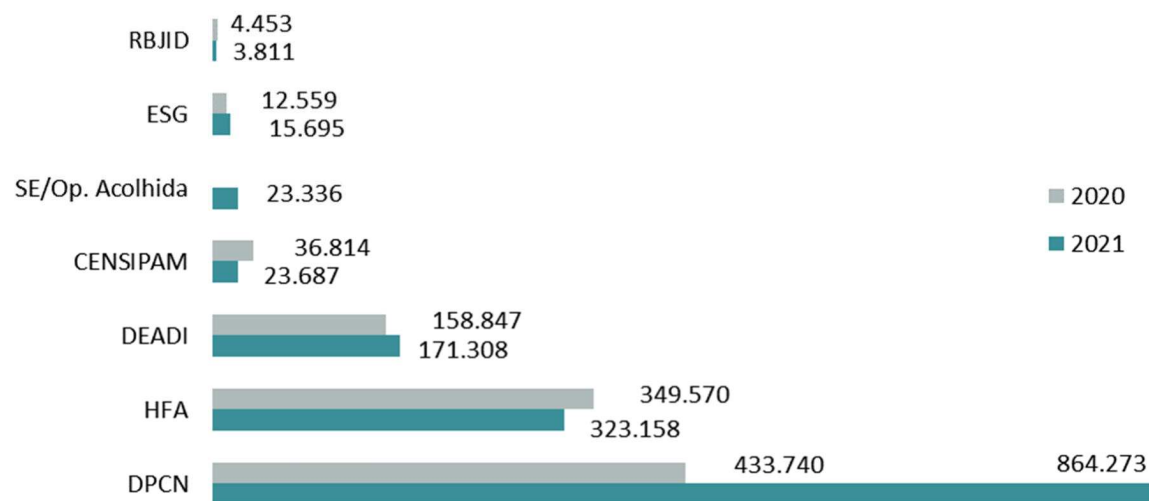
Despesa Empenhada por Grupo				R\$ milhares
Grupo de Despesa	2021	2020	AH (%)	AV (%)
Pessoal e Encargos Sociais	251.830	250.317	0,60	17,67
Outras Despesas Correntes	271.345	269.072	0,84	19,04
Investimentos	902.091	476.593	89,28	63,29
Total das Despesas	1.425.267	995.983	43,10	100,00

Fonte: Siafi, em 8/2/2022

Do montante executado de R\$ 1,43 bilhão, tem-se a distribuição por grupo de despesa, conforme gráficos a seguir.



Despesas Orçamentárias por Unidade Gestora (em R\$ milhares)



Fonte: Siafi, em 8/2/2022.

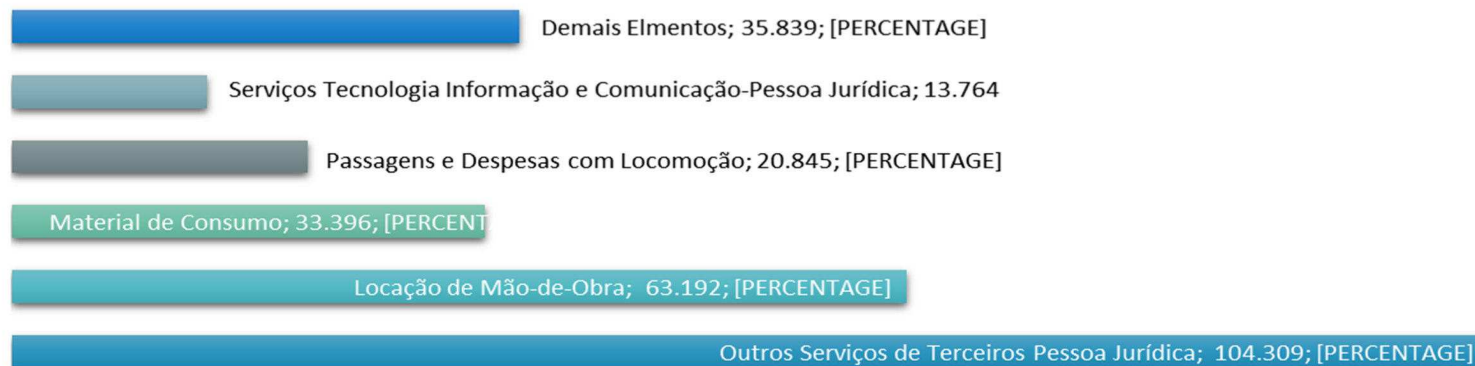
VALORES EMPENHADOS – PRINCIPAIS ELEMENTOS DE DESPESA

Despesa de Pessoal e Encargos (Em R\$ milhares)



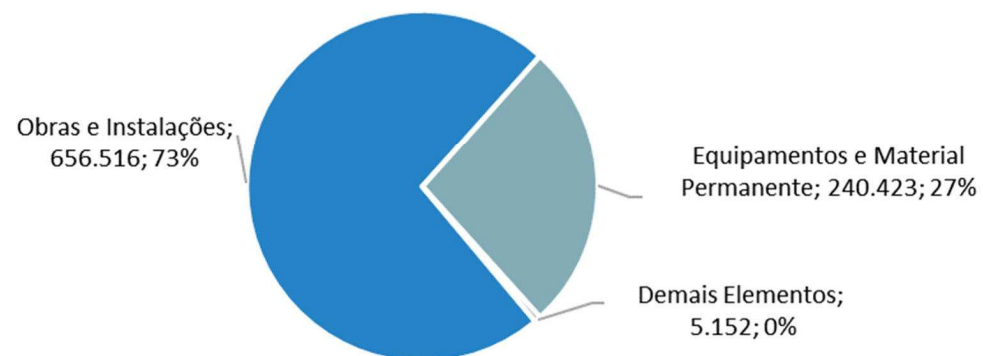
Fonte: Siafi, em 8/2/2022.

Outras Despesas Correntes (Em R\$ milhares)



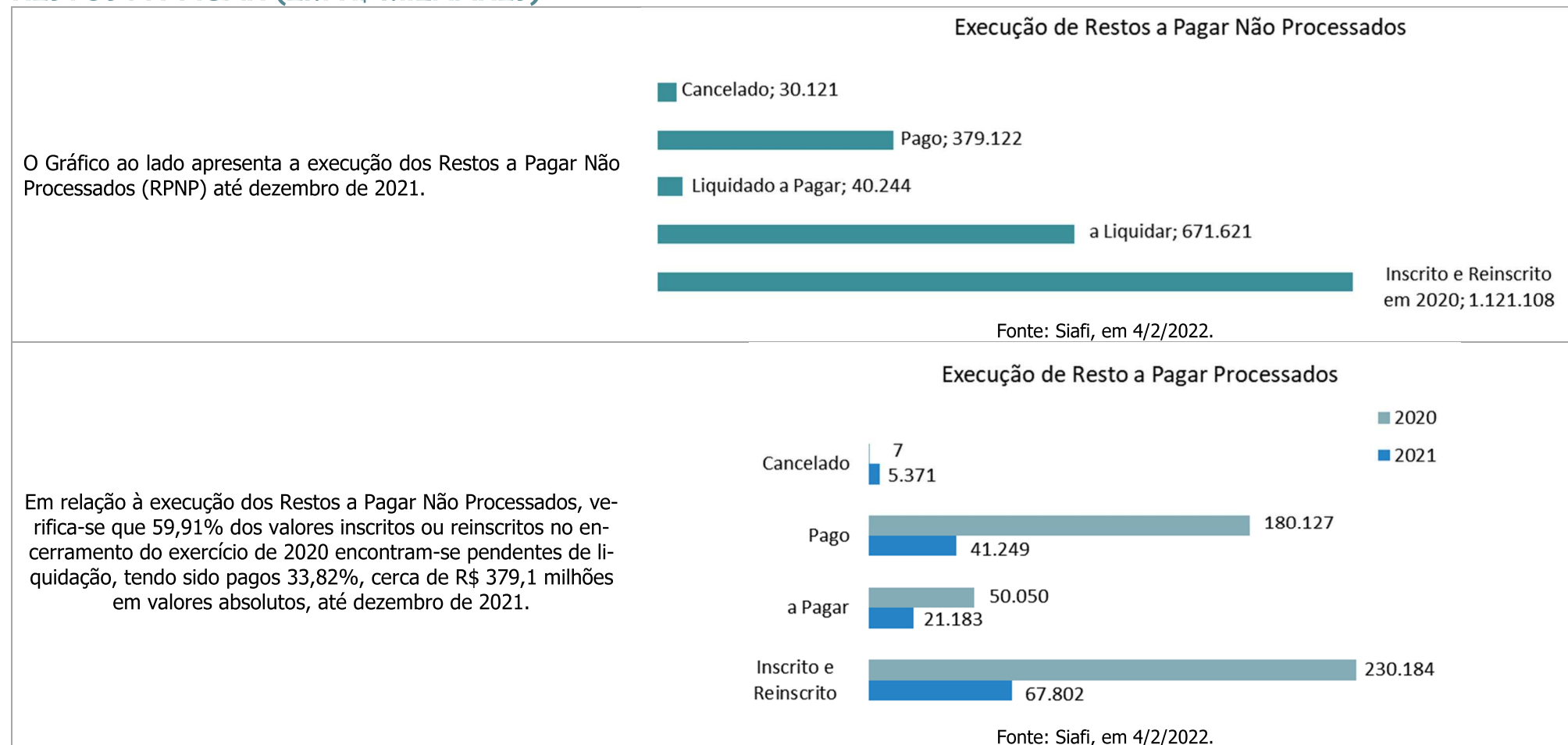
Fonte: Siafi, em 8/2/2022.

Despesa Orçamentária - Investimento (Em R\$ milhares)



Fonte: Siafi, em 8/2/2022.

RESTOS A PAGAR (EM R\$ MILHARES)



Quanto à execução dos Restos a Pagar Processados - RPP, verifica-se que foram pagos R\$ 41,3 milhões de RPP inscritos, correspondendo a 60,84% do montante inscrito de R\$ 67,8 milhões. Houve cancelamento de 7,92% dos valores inscritos. Com isso, permaneceu um saldo de R\$ 21,2 milhões (31,24%) de RPP inscritos em exercícios anteriores a 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL

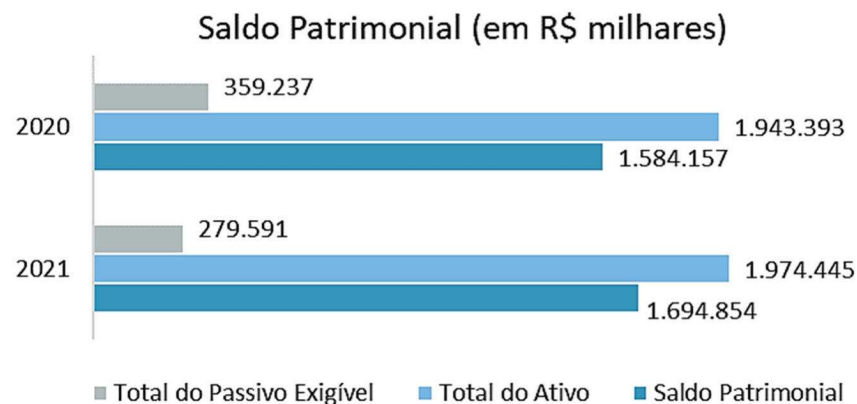
O Balanço Patrimonial da Administração Central do Ministério da Defesa evidencia os Ativos, os Passivos e o Patrimônio Líquido e sua evolução em 2021 em relação a 2020.

R\$ milhares		
Balanço Patrimonial	2021	2020
Ativo (I)	1.974.445	1.943.393
Ativo Circulante	207.031	174.849
Ativo Não Circulante	1.767.414	1.768.544
Passivo (II)	279.591	359.237
Passivo Circulante	279.169	358.302
Passivo Não Circulante	422	935
Patrimônio Líquido	1.694.854	1.584.157
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	1.694.854	1.584.157

Fonte: Siafi, em 1º/2/2022.

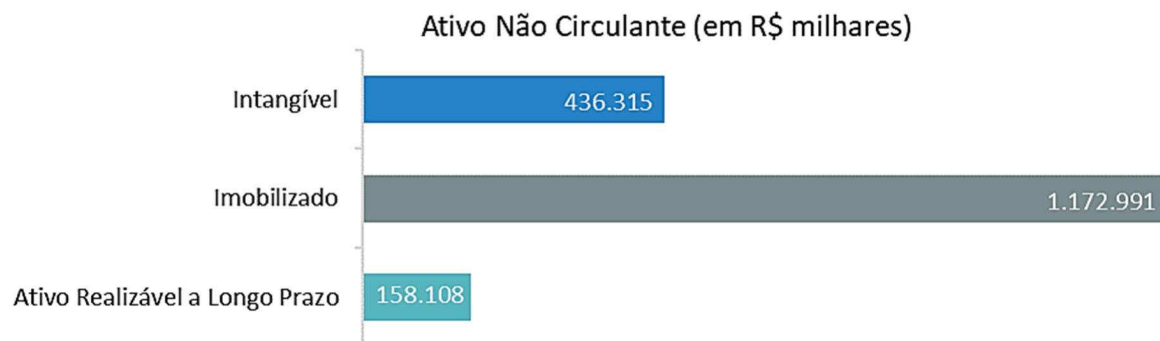
Observação: Em síntese, considera-se "Circulante" aqueles bens, direitos e obrigações realizáveis ou exigíveis até o término do exercício seguinte. O "Não Circulante", em consequência, após esse período.

O Balanço Patrimonial teve saldo patrimonial no montante de R\$ 1,69 bilhão. O Saldo Patrimonial, diferença entre o total do Ativo e o total do Passivo, apresentou um acréscimo de 6,99% no exercício de 2021, quando comparado ao exercício de 2020, conforme demonstrado no gráfico a seguir.



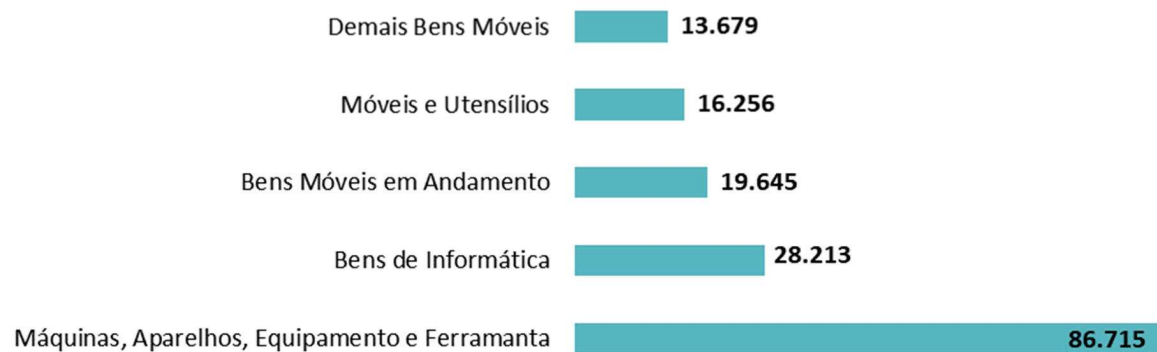
Fonte: Siafi, em 1º/2/2022

O Ativo Não Circulante representa 89,51% do total do Ativo, ou seja, cerca de R\$ 1,77 bilhões em valores absolutos assim distribuídos: Imobilizado (59,41%), Intangível (22,10%) e Ativo Realizável a Longo Prazo (8,01%). O gráfico a seguir apresenta a composição do Grupo em valores absolutos.



Fonte: Siafi, em 1º/2/2022.

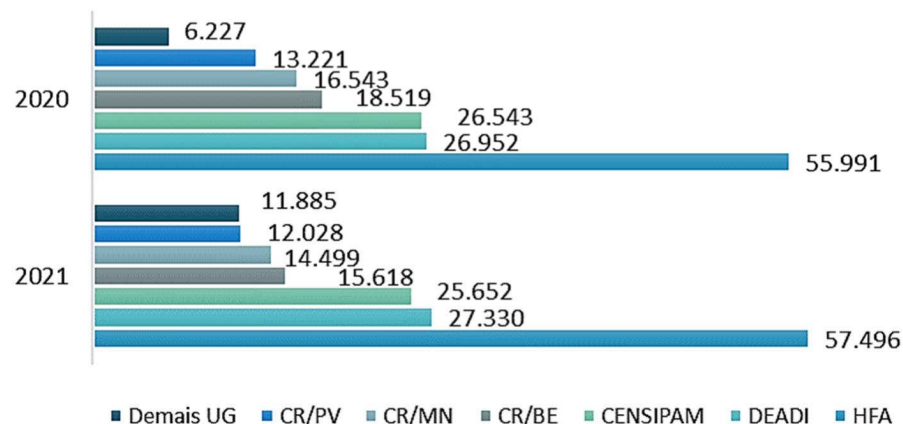
Ativo Imobilizado: Bens Móveis - Composição (em R\$ milhares)



Fonte: Siafi, em 3/2/2022.
Em Valores Contábeis Líquidos

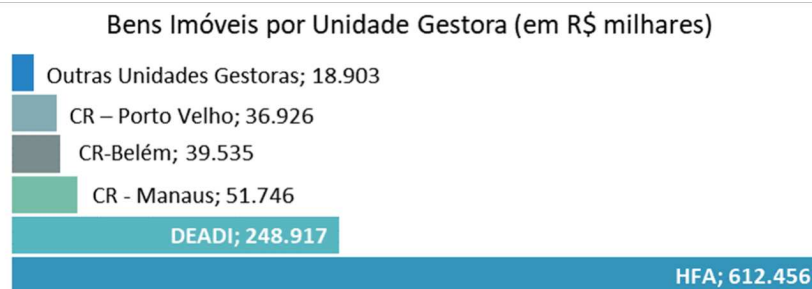
O Ativo Imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativo, sendo classificado em bens móveis e imóveis. Ao final do exercício de 2021, o item "Bens Móveis" totalizava o valor líquido de R\$ 164, 50 milhões.

Bens Móveis por Unidade Gestora (em R\$ milhares)

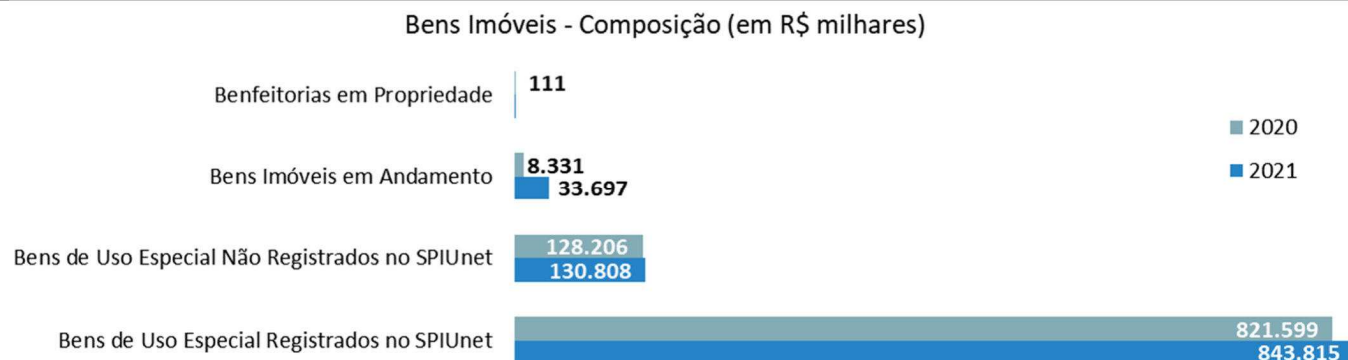


Fonte: Siafi, em 3/2/2022.
Em Valores Contábeis Líquidos.

Em 31/12/2021, o item "Bens Imóveis" totalizava R\$ 1,01 bilhão e estavam distribuídos conforme detalhado no gráfico a seguir.



Fonte: Siafi, em 3/2/2022.
Em Valores Contábeis Líquidos.

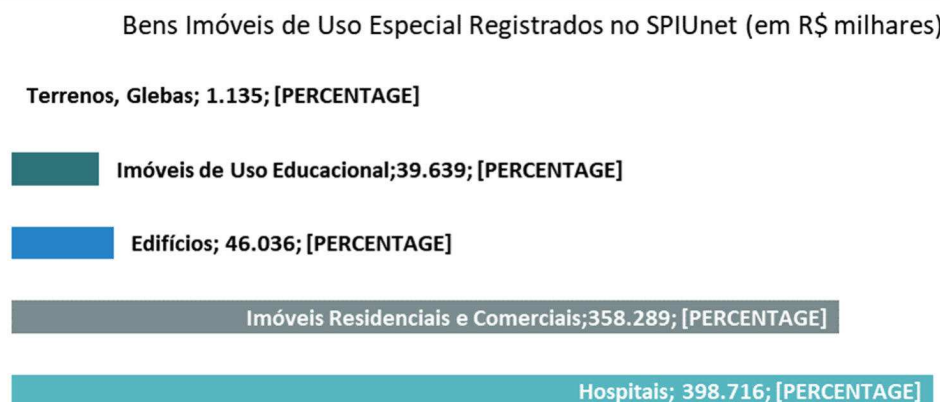


Fonte: Siafi, em 3/2/2022.
Em Valores Contábeis Líquidos

Os "Bens de Uso Especial" representam 96,64% do total do item. Esses bens são segregados conforme sua forma de registro. Os maiores valores são os dos "Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet", ferramenta de apoio à administração dos imóveis de uso especial da União. Esses bens representam 76,58% do total dos bens imóveis.

O gráfico ao lado apresenta o detalhamento dos "Bens de Uso Especial", considerando os registrados no SPIUnet.

Os "Bens de Uso Especial", tais como edifícios ou terrenos, são bens destinados a serviço ou estabelecimento da administração pública.



Fonte: Siafi, em 3/2/2022.
Em Valores Contábeis Líquidos.

O item relativo a “Hospitais” refere-se aos prédios onde o HFA funciona.

Ao final do exercício de 2021, o Ativo Intangível totalizava o valor líquido de R\$ 436,31 milhões.

No Intangível, destaca-se o título “Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Indefinida”, que representa cerca de 96,15% do total do Grupo, ou seja, aproximadamente R\$ 419,5 milhões, montante proveniente da apropriação do contrato de uso da banda militar X do Sistema SGDC – Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicações Estratégicas, e está integralmente registrado no DEADI.

O **Intangível** compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Intangível - Composição (Em R\$ milhares)

Software com Vida Útil Indefinida; 3.945

Software com Vida Útil Definida; 12.843; [PERCENTAGE]

Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida; 419.527;
[PERCENTAGE]

Fonte: Siafi, em 3/2/2022.

O “Ativo Realizável a Longo Prazo” apresentou saldo no montante de R\$ 158,1 milhões, registrado em sua totalidade no subgrupo “Créditos a Longo Prazo” ao final do exercício de 2021.

Em relação à composição dos “Créditos a Longo Prazo”, o título “Demais Créditos e Valores a Longo Prazo” registrou saldo no montante de R\$ 171,05 milhões.

Em 2021, houve registro de “Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores” no valor de R\$ 13,5 milhões pelo HFA, que se refere à ajuste de perdas de créditos apurados em Tomada de Contas Especial.

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo (Em R\$ milhares)

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados; 16

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados; 16

■ 2020

■ 2021

Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo; 26.671

Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo; 21.433

Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU; 143.324

Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU; 149.597

Fonte: Siafi, em 2/2/2022

Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU (Em R\$ milhares)



Fonte: Siafi, em 2/2/2022

Ainda em relação ao título “Demais Créditos a Longo Prazo”, o item “Outros Créditos a Receber a Longo Prazo” apresentou uma variação negativa (19,64%) em 2021 na comparação com o mesmo período em 2020.

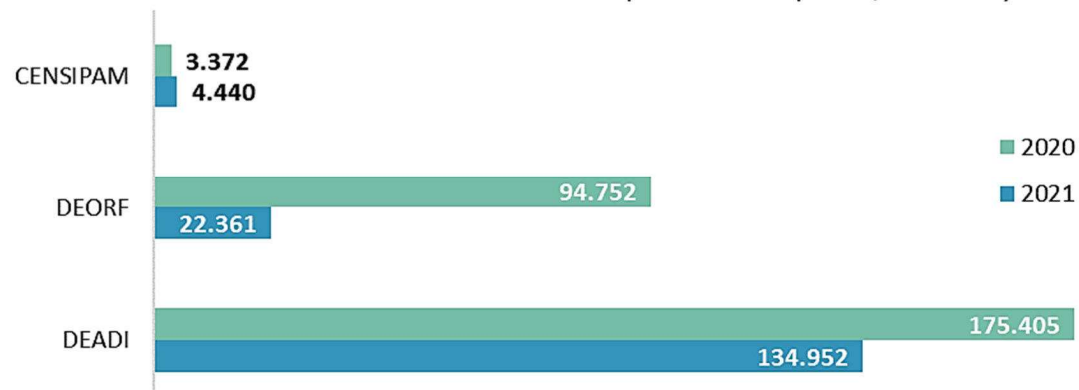
Essa variação negativa ocorreu devido a equívoco em valores lançados pelo DPCN a título de “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações – Longo Prazo”, realizados em dezembro de 2020, para atualização monetária anual. Os valores lançados indevidamente em dezembro de 2020 foram revistos e estornados para as correções pertinentes em janeiro de 2021.

Em 31/12/2021, o subgrupo “Demais Obrigações a Curto Prazo” registrou saldo no montante de R\$ 192,8 milhões, que representa 9,76% do Passivo Circulante.

Transferências Financeiras a Comprovar - TED (Em R\$ milhares)

Nesse contexto, o subitem “Transferências Financeiras a Comprovar - TED” apresentou 83,90% do saldo do Subgrupo, ou seja, R\$ 161,8 milhões em valores absolutos. O gráfico a seguir apresenta a segregação por Unidade Gestora.

Registra os valores decorrentes de transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada - TED, pendentes de comprovação.

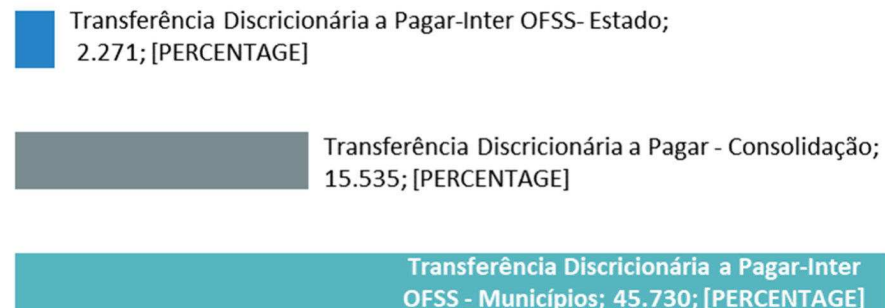


Fonte: Siafi, em 3/2/2022

Ao final do exercício de 2021, o Subgrupo "Transferências Fiscais a Curto Prazo" totalizava o montante de R\$ 63,54 milhões, registrado no DPCN, representado, em sua quase totalidade, por convênios a pagar. O gráfico a seguir apresenta a composição por item.

"Transferências Fiscais a Curto Prazo" compreendem os recursos a serem transferidos entre os entes da Federação, às entidades do setor privado ou referentes aos repasses para execução orçamentária, tais como Convênios, transferências constitucionais ou legais.

Transferências Fiscais a Curto Prazo (Em R\$ milhares)



Fonte: Siafi, em 3/2/2022

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em decorrência da pandemia da Covid-19, foram demandadas ações emergenciais da União com vistas ao direcionamento de políticas públicas relacionadas à saúde, à manutenção da atividade econômica, bem como outras, com vistas à estabilidade social, amparadas nos ditames da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, que possibilitou a adoção do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para atender às despesas urgentes necessárias ao enfrentamento da pandemia.

Entre as principais ações adotadas no âmbito do Ministério da Defesa durante os exercícios de 2020 e 2021, destacam-se as seguintes:

Ações Orçamentárias: COVID 19

R\$ milhares

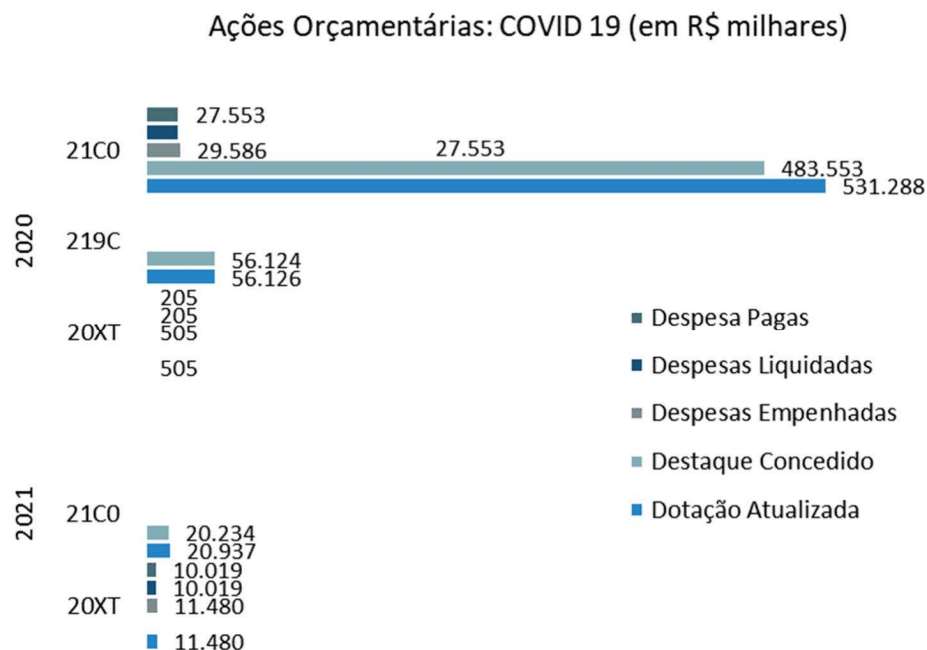
Exercício	Ação de Governo	Dotação Atualizada	Destaque Concedido	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesa Pagas
2021	20XT	11.480	-	11.480	10.019	10.019
	21C0	20.937	20.234	-	-	-
	SUBTOTAL	32.417	20.234	11.480	10.019	10.019
2020	20XT	505	-	505	205	205
	219C	56.126	56.124	-	-	-
	21C0	531.288	483.553	29.586	27.553	27.553
	SUBTOTAL	587.919	539.677	30.091	27.758	27.758
TOTAL		620.336	559.912	41.571	37.777	37.777

Fonte: Siafi, em 3/3/2022.

20XT – Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa

21C0 – Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância

219C – Acolhimento Humanitário e Interiorização de Migrantes em Situação de Vulnerabilidade



Fonte: Siafi, em 3/3/2022.

BALANÇOS, DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS PUBLICADAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O escopo deste Relatório de Gestão leva em conta as Demonstrações Contábeis da Administração Central do Ministério da Defesa – ACMD.

As Demonstrações Contábeis da ACMD são constituídas pelo Balanço Patrimonial, pelo Balanço Orçamentário, pelo Balanço Financeiro, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, e Notas Explicativas.

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001; e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e o Manual Siafi, da Secretaria do Tesouro Nacional, e foram emitidas em nível de “Órgão” e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UG) constantes da tabela a seguir:

UNIDADES GESTORAS EXECUTORAS DO ÓRGÃO 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	
110402	Escola Superior de Guerra - ESG
110404	Departamento de Administração Interna - DEADI
110406	Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - RBJID
110407	Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças - DEORF
110511	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM

110572	Centro Regional de Porto Velho – CR-PV
110573	Centro Regional de Manaus- CR-MN
110586	Centro Regional de Belém – CR-BE
110594	Departamento do Programa Calha Norte - DPCN
110794	Secretaria-Executiva de Coordenação de Ações Emergenciais na Operação Acolhida
110798	Escola Superior de Defesa -ESD
111415	Fundo do Ministério da Defesa - FMD
112408	Hospital das Forças Armadas - HFA
113413	Fundo do Serviço Militar – FSM

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas do Ministério da Defesa encontram-se disponíveis na íntegra em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/aceso-a-informacao/outros/demonstracoes-contabeis>.

SIGLAS E ABREVIações	
ACMD	Administração Central do Ministério da Defesa
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CR/BE	Centro Regional de Belém
CR/MN	Centro Regional de Manaus
CR/PV	Centro Regional de Porto Velho
DEADI	Departamento de Administração Interna
DEORF	Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças
DPCN	Departamento do Programa Calha Norte
HFA	Hospital das Forças Armadas
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBC T	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
SIAFI	Sistema de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TED	Termo de Execução Descentralizada
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora



MINISTÉRIO DA
DEFESA

www.gov.br/defesa/pt-br